

Nº 03

1991

RESGATE

REVISTA DE CULTURA



ARTIGOS * ENSAIOS
COMUNICAÇÕES
DEBATE * NOTICIÁRIO



PAPIRUS

EDITORIAL

Apesar de todas as dificuldades, algumas previsíveis e outras nem tanto, nossa Revista vai deixando para trás a tendência dominante entre as publicações do gênero, que não vão além do segundo número. Reconhecemos que ainda temos um longo caminho pela frente, mas os primeiros passos, geralmente os mais complicados, já foram dados. E — o que é ainda mais importante — foram e estão sendo dados com desenvoltura, dentro dos padrões a que nos havíamos proposto inicialmente.

Este número da *Resgate* traz amostras de uma produção bastante variada, privilegiando os estudos históricos, e globalmente contemplando a filosofia e as humanidades. Os cinco artigos e ensaios serão certamente capazes de atender aos gostos mais diversos e exigentes. O mesmo se aplica às comunicações. A seção Debate apresenta uma interessante e estimulante abertura para o campo arquetônico; por enquanto, o debatedor do tema é um só, mas suas colocações polêmicas certamente atrairão outras vozes...

Sugerimos ao leitor que não deixe de atentar também para o Noticiário, que procura ser algo mais do que um simples registro dos eventos do passado, apontando para fatos novos e tendências do momento.

* * *

Dito isto, este editor quer retomar o tom coloquial com que nos apresentamos nos primeiros números da revista.

É uma maneira de prosseguirmos juntos — leitor e editor — nessa caminhada, que não tem sido fácil. *Resgate* não foi lançada no momento mais favorável, pois a crise que se abate sobre o País está nos exigindo um esforço dobrado em todas as fases de execução do projeto da revista. Do livreiro ao distribuidor, passando pelo editor, para chegar ao colaborador, há um movimento seqüencial que hesita, recua e, afinal, avança com não poucos temores, mas muita pertinácia, apesar de inevitáveis atrasos na periodicidade. Somos poucos, mas fazemos barulho! Tanto assim, que continuamos sendo calorosamente recebidos no País e no exterior, atingindo circuitos que estão distantes da universidade, o que é um dos objetivos que perseguimos.

É verdade que não mudamos muito. Não se mexe em time que está ganhando. Em todo o caso, o leitor que atentar notará discretas alterações que vão da capa e apresentação gráfica ao conteúdo desses três números.

Não vamos explicá-las, mas queremos abrir espaço para que você, leitor, ajude-nos a melhorar a qualidade da *Resgate*, sem encarecê-la. Mande-nos suas críticas e sugestões. Sem elas, a nossa fala não tem alcance. Precisamos bradar juntos para sermos ouvidos.

MEMÓRIA E FICÇÃO *

Adélia Bezerra de Menezes

Professora de Teoria Literária — USP/UNICAMP

A autora de *A obra crítica de Alvaro Luis e sua função histórica*
e de *Desenho mágico — Poesia e política em Chico Buarque*

As questões relativas à Memória são absolutamente fundantes na Psicanálise¹. Não se trata, no entanto, de um feudo apenas dos psicanalistas: desde os inícios da Filosofia, no apogeu do mundo grego, essa *topos* instiga a reflexão humana. São questões também da Filosofia, do questionamento do homem sobre seu ser e seu devir. O problema da Memória surge em Platão, que criou para ela o antepassado longínquo do símile do “Bloco Mágico” a que se refere Freud. É assim que essa imagem de um bloco de cera aparece no diálogo platônico denominado *Theeteto*:

Sócrates: Suponha pois comigo, com vistas à necessidade do argumento, que há em nossas almas um bloco de cera, maior que este, menor que aquele, de uma cera mais pura em alguns, mais impura e mais dura em outros, mais mole em alguns, e, nos outros, exatamente condicionada.

Theeteto: Eu o suponho.

Sócrates: Digamos agora que é um presente da mãe das Musas, Mnemosyne, e que, todas as vezes que nós quere-

mos nos lembrar de algo que vimos ou ouvimos, ou pensamos, temos esse bloco sob nossas sensações e nossas concepções, e aí as imprimimos, como gravamos o carimbo de um anel, e que o que foi assim imprimido, nós lembramos e sabemos, durante o tempo que a imagem permanece na cera; enquanto que o que se apagou ou o que foi impossível de gravar, nós esquecemos e não sabemos².

Freud, face às “dificuldades óbvias envolvidas em supor-se que um só e mesmo sistema possa com exatidão reter modificações de seus elementos, e apesar disso, permanecer perpetuamente aberto à recepção de novas ocasiões de modificação de seus elementos”³, descobre no “Bloco Mágico” um símile do nosso aparelho mental. Surgido no mercado por então, esse invento (utilizado sobretudo como um brinquedo para as crianças) permite que se registrem traços que ficam gravados num bloco de cera, ao mesmo tempo que podem ser apagados quando se levanta a folha de cobertura dupla da prancha, uma vez que aquilo que foi registrado não o foi dire-

* Obs. geral: todas as citações de Freud foram tiradas da Edição Standard Brasileira das *Obras Completas*, Imago, Rio de Janeiro, vols. I a XXIX.

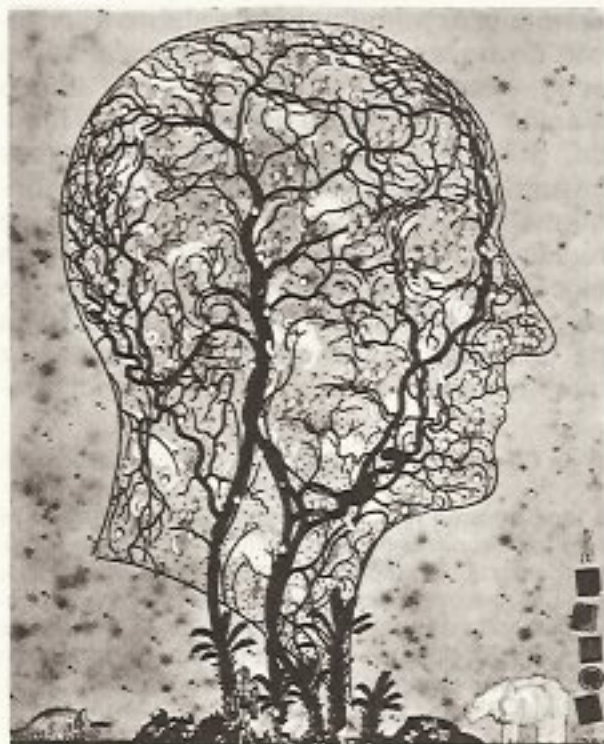
1. “O nascimento da Psicanálise acontece a partir de uma questão relativa à Memória; a histórica sofre de reminiscências; seu sintoma é a ação, no corpo, de algo que não pode ser lembrado; cumpre à Psicanálise ajudar para que a lembrança possa ser verbalizada. É preciso lembrar a cena traumática, resgatar a imagem, para então nomear. O mistério de um aparelho psíquico que pode reter as percepções e, simultaneamente continuar a recebê-las, permeia toda a obra de Freud, desde o “Projeto de uma psicologia para neurólogos” (1895), até o “Bloco Mágico” (1925) — sintetiza Miriam Chnaiderman (“Memória: Ideograma e montagem”, in *Ensaio de Psicanálise e Semiótica*, S. Paulo, Escuta, 1989, p. 37).

2. Platão: “*Theéteto*”, in *Oeuvres Complètes*, Tomo III, Paris, Garnier, trad. Chambry, pp. 412-413).

3. Cf. *Interpretação dos Sonhos*, vol. V, p. 574.

tamente sobre a cera, mas sobre um papel de celulóide que por sua vez recobre um fino papel encerado. O papel de celulóide funcionaria, assim, como uma espécie de "escudo protetor". O aparelho mental, segundo Freud, semelhantemente, consiste também em duas camadas: "um escudo protetor externo contra estímulos, cuja missão é diminuir a intensidade das excitações que estão ingressando, e uma superfície por detrás dele, receptora dos estímulos, ou seja, o sistema Pcpt.-Cs"⁴. Assim, seleciona-se o que se vai registrar: a memória não é museológica, mas *seletiva*.

A necessidade inelutável de um poder seletivo da Memória, aliás, é muito significativamente figurada num conto de Borges, intitulado "Funes, o Memorioso", presente em *Ficciones*. Nele, a personagem Funes adquire, após um acidente, a capacidade de se lembrar absolutamente de *tudo*, sem selecionar nada. Assim, para reconstruir o que se passara num dia, necessitava de um dia inteiro. Passo a palavra ao próprio narrador:



Ao cair, perdeu o conhecimento; quando se recobrou, o presente era intolerável, de tão rico e tão nitido, e também as lembranças mais antigas e triviais. Pouco depois, constatou que estava aleijado. (Perdera o pólo motor; nele continuava ativo somente o pólo receptor do aparelho psíquico.)

Agora, sua percepção e sua memória eram infalíveis. Nós, de uma olhadela percebemos três copos em cima de uma mesa; Funes, todos os rebentos e cachos de frutos que comporta uma parreira. Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer de trinta de abril de 1882 e podia compará-las na lembrança com as listras de um livro espanhol que um remo sulcou no Rio Negro na véspera da batalha de Quebracho...⁵

Irineu Funes recusava qualquer sistema, qualquer cadeia associativa: Para que uma série, se ele se lembrava constantemente de tudo? Por isso, ele "rebatiza" os números aleatoriamente: assim, 500 era "nove"; em lugar de 7.014, usava "A Ferrovia", e assim por diante. Funes, assim, recusa a sistematização e a integração de cada entidade "memorável" numa rede associativa. Não há sistema: há um acréscimo "museal", um depositar sem seleção, indiscriminado. É por isso que Funes diz ao narrador: "Minha memória, senhor, é como um despejador de lixos". Tudo aquilo que se acumula indiscriminadamente facilmente vira... depósito de lixo!

"Suspeito, entretanto", observa o narrador, "que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes, não havia senão pormenores, quase imediatos". E significativamente, Funes, o Memorioso, morre, ainda extremamente jovem (por volta dos 20 anos), de ... *congestão pulmonar*.

Mas voltemos ao Bloco Mágico. Essa mesma metáfora da memória como uma cera na qual as impressões se registram à maneira de um "carimbo feito com um anel" aparece também em Aristóteles, discípulo de Platão. Aliás, foi sobretudo esse filósofo que se ocupou com o problema da Memória, tendo-lhe dedicado um Tratado inteiro, intitulado, especificamente, "Da Memória e da Reminiscência" (*Peri Mnemes kai Anamneseos*), além de também lidar com essa instigante questão em seu *Tratado sobre a Alma (Peri Psychês)*. E o que é surpreendente é que podemos encontrar em Aristóteles antecipações das mais audazes teorias freudianas como aquela que igualiza a realidade e a fantasia.

Todos sabemos que, a partir de uma determinada fase de suas reflexões e de sua prática clínica com as histéricas, Freud começa a "desconfiar" das cenas de sedução que elas lhe relatavam: "Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado, ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei por algum tempo inteiramente perplexo". Quando se refez da perplexidade que quase abalara toda sua teoria, foi capaz de tirar as conclusões certas de suas descobertas: "a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejo e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material⁴. Mas o que é ainda mais decisivo é que tais "fantasias cheias de desejo" e que se apresentavam como recordações verídicas, não são apanágio de histéricas e neuróticos em geral, mas também das pessoas ditas "normais".

É o que Freud prova com seu famoso texto intitulado "Lembranças encobridoras", em que narra a história de um "conhecido" seu, a cuja mente sempre ocorria uma imagem, de notável nitidez, e que devia reportar-se aos seus três ou quatro anos de idade. Através de perguntas de Freud a esse seu interlocutor (que os biógrafos, mais tarde, provaram tratar-se do próprio Freud), impôs-se a conclusão de que aquela fantasia, particularmente inocente e quase elegíaco-pastoril (visto tratar-se de um buquê de flores amarelas, do sabor inesquecível de um pão que uma camponesa repartia entre crianças) na realidade era um condensado ressignificado de fantasias eróticas (deflorar a menininha, que remetia a uma adolescente amada pelo jovem Freud, e cujo vestido tinha a mesma cor das flores) e de "ganhar a vida" (o pão de cada dia) de uma maneira menos onerosa; fantasias, assim, oriundas de épocas diferentes da vida, como pertencendo a estratos geológicos que se sobrepõem. Portanto, aquela lembrança era uma ficção.

Pois bem, e Aristóteles? Depois de articular a Memória a uma noção de *tempo*, e de discorrer que a Memória se aplica ao passado, o Filósofo se pergunta:

A que parte da alma pertence a Memória?

É evidente que a esta parte da qual brota também a imaginação⁵.

Na realidade, importa verificar que não é só em Aristóteles especificamente que se formula essa equação Memória/Fantasia: no cerne do espírito grego, a nível mítico, essa aproximação se faz: a Memória, em grego *Mnemosyne*, era uma deusa, a mãe das Musas, mãe das divindades responsáveis pela inspiração. *Mnemosyne* preside

4. Cf. *op cit.*, vol. XIX, p. 288.

5. Borges, J.P. Funes, o memorioso. in *Ficções*. Trad. Carlos Nejar, Globo, Porto Alegre, 1970, p. 93

6. Freud, *op cit.*, vol. XX, p. 471.

7. Aristóteles "De la mémoire et de la reminiscence", in *Parva Naturalia*, Paris, Belles Lettres, 2ª ed., p. 55).

à função poética e imaginativa dos artistas criadores. A própria sacralização da Memória (os gregos fizeram dela uma divindade!) revela, por si só, o alto valor que lhe é atribuído numa civilização de tradição oral, como foi, entre os séculos XII e VIII, antes da difusão da escrita, a da Grécia. Essa deusa feminina revela as ligações obscuras entre o "rememorar" e o "inventar": a musa inspiradora da *invenção* poética é, ela própria, filha da Memória.

Voltemos a Freud, nesse contraponto. Tratando das histéricas, diz ele: "Metade da amnésia histérica fica definida quando dizemos que as pessoas histéricas não sabem o que elas *não querem* saber; e o tratamento psicanalítico que se esforça por preencher tais lacunas da memória, no curso de seu trabalho, leva-nos à descoberta de que a tarefa de recuperar essas lembranças perdidas enfrenta certa resistência, que tem que ser contrabalançada por trabalho proporcional à sua magnitude"⁸. E um pouco mais adiante: "o esquecimento de sonhos é tendencioso e serve aos propósitos da resistência"⁹.

Assim, conclui-se pela não confiabilidade da Memória. Já vimos que o texto "Lembranças encobridoras" leva-nos à evidência de que há uma ligação mais íntima do que poderíamos supor entre o "lembrar-se", o "omitir" e o "esconder" (encobrir). Pois bem, de novo, vale recorrer aos gregos. *Verdade* é, em grego, *Aletheia*, ou melhor, *a* (= alfa privativo) + *letheia* (Le-the = esquecimento). Portanto, "verdade" = não esquecimento. Isso já é prenhe de significações. Mas, continuo: há no verbo "esquecer-se" em grego, como observa Vernant, uma ambigüidade (aliás, muito bem explorada pelos trágicos, no caso específico por Ésquilo), que provoca um mundo de subentendidos. "Trata-se de subentendidos utilizados de maneira plenamente consciente por certas personagens do drama, para dissimular, no discurso que elas dirigem a seu interlocutor, um segundo

discurso, contrário ao primeiro, cujo sentido é perceptível por aqueles que dispõem, na cena e no público, dos elementos de informação necessários"¹⁰. Diz o vigia, no exemplo que Vernant seleciona, da peça *Agamenon* de Ésquilo:

Para os que sabem, eu falo; para os que não sabem, expressamente *eu me escondo* (ou: *eu esqueço*; em gr. *léthomai*).

(vs. 38-39)

Esquecer-se/esconder-se: Essa fórmula, centrada na ambigüidade da voz média do verbo *léthomai* não resume o essencial daquilo que Freud fala das lembranças esquecidas/escondidas/encobertas por conta da repressão? As histéricas, os neuróticos e as pessoas, de um modo geral, se escondem no esquecimento. Ou: esquecem-se, escondem algo de si próprias no esquecimento.

Importa mais uma vez repetir, com Freud e com os gregos, que a nível psíquico, memória e ficção se equivalem. E não é à toa que Freud cunhou a expressão "romance familiar dos neuróticos" para a história de vida de cada um.

"Romance familiar": sem isso não há história humana, não há vida humana. Todos temos, indispensavelmente, um pai e uma mãe: entidades afetivas que são o ponto nodal de todo um tecido de relações (que, por sinal, nos precede e nos ultrapassa) e que nos individualiza. Em outras palavras: faz de nós seres humanos.

Essa idéia é extremamente bem ilustrada pelo filme *Blade Runner*, em que se trata da criação de um passado para as personagens:

— "Fale-me das boas coisas sobre sua mãe" — é assim que o investigador de *Blade Runner* formula o que acabou sendo a última questão de um interrogatório que tinha como objetivo testar se o seu

interlocutor era um humano ou um andróide ("replicante", como se diz no filme).

— "Minha mãe... devo falar sobre minha mãe..." — não apenas a pupila de Leon não se dilata nem se contrai sob emoção, mas o andróide nesse momento reage a uma lembrança que ele não possuía e a uma história que ele não poderia apresentar, com um tiro: assassina o investigador.

Essa é a cena inicial do filme de Ridley Scott (1982), levado às telas aqui como "O caçador de andróides", estrelado por Harrison Ford (o policial Deckard), mas que literalmente deveria ser traduzido como "O que corre ao fio de uma navalha". Projetados para imitar os humanos, com exceção das emoções (e com um prazo de vida de quatro anos), os replicantes da fase Nexus após algum tempo passaram a poder desenvolver emoções próprias: ódio, amor, medo e inveja. Superando em força e agilidade, mas iguais em inteligência aos engenheiros que os criaram, eles eram enviados pelos humanos para as colônias espaciais, para trabalharem como escravos, e de lá não poderiam nunca sair. No entanto, um grupo deles, da fase Nexus, rebela-se, extermina a população de uma nave e volta à Terra, a esta altura quase desabitada, um lugar fétido e poluído, com uma constante chuva e uma mixórdia de raças e culturas, habitado somente, como se diz no filme, por dois tipos de gente: tiras ou gentalha.

E qual o objetivo dessa volta? Vai-se descobrindo aos poucos, ao longo do filme: é procurar respostas para as mesmas questões que nos atormentam: de onde vieram, quando foram "ativados" (e, portanto, até quando durariam) e, pateticamente, rebelarem-se contra a arbitrariedade de uma vida

tão curta. Mas esse pequeno grupo de replicantes retornados, infiltrados entre os humanos, deveria ser exterminado, após identificação. E para isso existiam os testes: perguntas que implicariam respostas emocionais.

A grande questão do filme é a da criação de uma *história de vida* para cada um dos replicantes, de atribuir-lhes um passado, aquilo que Freud chamaria de "o romance familiar" de cada um. Como diz Deckard: "Memórias. Você fala de memórias. Replicantes não têm família". Por que, então, alguns deles guardavam *fotos* com uma suposta família, com mãe, pai, irmãos e infância? (Fotos: não foi Freud que se preocupava com um aparelho mental que exercesse a função de um "espelho telescópico" ao mesmo tempo que a de uma "chapa fotográfica"? Pois bem, trata-se aqui de uma espécie de memória externalizada, de cenas infantis *materializadas* em fotografias.) "Se lhes for dado um passado, será criada uma base para a emoção", é a resposta do policial Bryant, que convoca Deckard para a caçada aos andróides. "Replicantes não deveriam ter emoções. E *Blade Runners* também não", objeta este último. Mas acontece que Deckard começa a se envolver com Raquel, uma das replicantes que deveria ser eliminada. E apesar de Raquel ser uma "replicante" de tipo especial (não tinha prazo fixo de vida, ignorava, ou melhor, "desconfiava" de sua condição de andróide, tinha recebido implantes cerebrais, o que lhe possibilitaria "saber" algumas coisas das quais não tivera experiência, como por exemplo tocar piano), ela andava angustiadamente à busca de sua própria identidade. Ora, um dos suportes essenciais da identidade é a memória, como diz o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses: "O conceito de identidade

8. Freud, *op cit.*, vol. III, p. 324.

9. Freud, *op cit.*, vol. V, p. 553.

10. J.-P. Vernant e P. Vidal-Naquet. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*, S. Paulo, Duas Cidades, 1977, p. 84.

implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de re-conhecimento do que de conhecimento. (...) A Antropologia e a Sociologia, por sua vez, nos informam que a identidade, quer pessoal, quer social, é sempre socialmente atribuída, socialmente mantida e também só se transforma socialmente. (...) Isto é, não se pode ser humano por si, por representação própria: os valores, significações, papéis que me atribuo necessitam de legitimidade social, de confirmação por parte de meus semelhantes. Pode-se dizer, assim, que é em virtude de definições que existem indivíduo e sociedade. Dentro dessa ótica, é fácil entender que o processo de identificação é um processo de construção de imagem, por isso terreno propício a manipulações" ¹¹. É por isso que Raquel necessita tão desesperadamente perguntar a Deckard se ele acreditava que ela era uma replicante. E mostrava fotos, apresentava retalhos de uma história pessoal, de seu "romance familiar".

"Se lhes for dado um passado, será criada uma base para a emoção", repete-se ao longo do filme. Conseqüentemente, numa cena em que estão os dois a sós, no apartamento dele, e em que já se capta uma aura de erotismo infiltrada em ambos, diz Deckard a Raquel:

— "Lembra-se de quando tinha seis anos de idade, e você e seu irmãozinho foram ao porão de um edifício desabitado, brincar de médico? E ele mostrou o dele a você, e quando chegou a sua vez, você se acovardou e fugiu? Lembra-se?" É uma pungente tentativa de oferecer a ela um passado, uma fantasia infantil, que logo na cena seguinte seria "ressignificada", quando ele a acaricia e a atrai para si, e ela meio que se esquiva. E avançando nesse processo "humanizador" e de criação de uma memória emocional, a ser imediatamente reativada, Deckard a beija.

E ela não reage. (Em termos do jargão *psi*, trata-se da criação de um *traço mnêmico*, imediatamente traduzido em imagens verbais, e, na seqüência, reatualizado — ressignificado — pela cena que se segue entre o casal) Pois Deckard não somente a beija e a abraça, mas lhe diz "te quero" e a faz repetir "beije-me", "te gosto". Ao que ela responde "*I can not rely on that*". Uma consulta ao *Webster's Dictionary of Synonyms* pode ser útil: "*Rely usually connotes a judgement based on previous experience and, in the case of persons, actual association*". Raquel confessa, assim, que "não tinha prévia experiência" daquilo que estava vivenciando; mas, tendo-lhe sido brindada a cena sexualizada entre os dois irmãozinhos, ela, logo em seguida, vivendo a experiência do beijo e a emoção subsequente, a nível de percepção sensitiva, recebe a tradução daquela emoção em palavras, a ressignifica e a vivencia. Tudo ao mesmo tempo: a vida dos replicantes era muito curta.

A emoção provocada pelo ato pode, assim, ser ligada a uma reminiscência, artificialmente forjada: memória manipulada.

Não será inevitável, aqui, que a gente se reporte ao "Recordar, repetir e elaborar" de Freud? "Há um tipo especial de experiência da máxima importância, para a qual lembrança alguma, via de regra, pode ser recuperada. Trata-se de experiências que ocorreram na infância muito remota e não foram compreendidas naquela ocasião, mas que subsequente foram compreendidas e interpretadas" ¹². Deckard fornece a Raquel uma lembrança de uma "experiência que ocorrera em infância muito remota, e que não fora compreendida", mas que se constituía num "traço mnêmico" que será ressignificado quando ele, ao mesmo tempo que *verbaliza* essa significação (me abraça, me beije, te quero), provoca nela sensações sexualizadas. Há aqui, importantíssima, uma ligação do "re-memorar" com o "colocar em palavras":

“Uma apresentação que não seja posta em palavras, ou um ato psíquico que não seja hipercatexizado permanece a partir de então no Inconsciente, em estado de repressão”¹¹. Esse “traço mnêmico” (*recordado*) de uma cena sexualizada infantil — e edipiana — em que, por sinal, a personagem foge, é *repetido* no momento em que Raquel se esquia a Deckard; em seguida, é *elaborado* na cena em que ela toma a iniciativa de beijá-lo e em que, na seqüência, é sugerida a realização de um ato sexual entre os dois. (Apenas sugerido, pois após o beijo a cena sofre um significativo corte.)

Nesse meio tempo, entre o fugir da menininha e o esquivar-se da mulher adulta, processou-se a resignificação do traço mnêmico (a lembrança infantil) que possibilitaria à replicante a viabilização da emoção, pois se estabeleceu uma conexão entre a cena, a idéia e seu significado emocional. Só que, repito, a criação do traço mnêmico quase que coincide com sua resignificação. Passado e presente se superpõem: na vida de um replicante, por falta de tempo (foram “ativados” já adultos), o passado tem que ser criado junto com a experiência do presente. Deckard humaniza sua amada, cada vez mais, dando-lhe um passado. Só que o “vazio de memória que permeia os primeiros anos da infância”, para falarmos com Freud, aqui se deve não à ação da repressão, mas à inexistência da experiência, à inexistência de passado. Deckard, além do seu papel de “humanizador” (aquele que *cria* essa instância fundamental do humano, que é a memória), também representa aqui o papel de psicanalista: não é tarefa do psicanalista “tornar consciente tudo que é patogenicamente inconsciente?” O problema é que, com os

replicantes, não haveria nada de patogênico, *pois não havia repressão*, não havia o Édipo. “Replicantes não têm família”, Mas a engenhosidade de Deckard foi exatamente esta: fornecer a Raquel uma fantasia que já contivesse o elemento *repressão*, a saber: o sentimento de vergonha que a faz “acovardar-se e fugir”, numa cena alusivamente edipiana (o complexo incestuoso irmão/irmã sendo um derivativo do complexo fundamental de Édipo). Com efeito, o pudor é, classicamente, uma formação reativa sustentada pelo investimento anteriormente colocado num sentimento sexual. Em todo o caso, é isso um tratamento psicanalítico: não tanto a busca da lembrança, mas o recordar — no seu sentido forte, aqui também, etimológico: colocar (de novo) no coração.

Evidentemente, o filme não se esgota nesses traços levantados, sobre a criação de um passado, de uma história e de uma memória, lidos à luz de Freud. Ai estão questões — não psicológicas, mas antes filosóficas — que cada um de nós se coloca: a arbitrariedade da duração da vida, a experiência de conviver com a finitude e com o medo, a busca da identidade, a crítica ao racionalismo (“Penso, logo existo”, diz ironicamente uma das replicantes, algumas cenas antes de ser eliminada, ou melhor, no linguajar do filme, “removida”), a dor de morrer e a dor do esquecimento: “Todos esses momentos ficarão perdidos no tempo como lágrimas na chuva” — são as palavras agonizantes do líder dos andróides, quando para ele chega a “hora de morrer”. “Os andróides não viverão. Mas quem vive?” pergunta um dos policiais do filme. Somos todos *Blade Runners*: corremos ao fio de uma navalha.

11. Cf. Ulpiano Bezerra de Meneses. “Identidade cultural e patrimônio arqueológico”, in Alfredo Bosi (org.), *A cultura brasileira*, S. Paulo, Ática, 1987, cap. XII, pp. 182-191.

12. Freud, *op cit.*, vol. XII, p. 195.

13. *Idem, ibidem*, vol. XIV, p. 230.

ENTRE O PROVÁVEL E O IMPOSSÍVEL

Vilém Flusser

Filósofo e ensaísta. Professor universitário e conferencista, foi co-editor da *Revista Brasileira de Filosofia*, e publicou *Língua e realidade* (1963), *A história do diabo* (1965) e *Filosofia da caixa preta* (1985), entre outros.

O homem que surgiu da Revolução Industrial, a partir do século XVIII substituiu a mística visionária da Idade Média por uma concepção de cultura situada entre o real e o possível, que gerou não apenas ideologias como o marxismo e o liberalismo, mas também formas de expressão estética, de organização do Estado e da vida cotidiana.

Na época atual, com o desenvolvimento da informática, da genética, da neurofisiologia, da *cultura imaterial*, está em andamento uma nova revolução no sistema produtivo, que, como analisa Vilém Flusser no presente artigo, traz consigo conseqüências profundas na cultura. Viver, hoje, seria uma aventura entre o provável e o impossível.

O real está cercado pelo possível por todos os lados. Mas não como se fosse ilha cercada por oceano. Porque não há linha que defina o real contra o possível: o possível se realiza ininterruptamente ao apresentar-se, e nós somos moradores de tal zona cinzenta. Anfíbios que vivem com os pés no real e a cabeça no possível. Sempre tem sido assim, desde que o homem é homem: bicho que devora o possível, a fim de realizá-lo. Mas a nossa geração é excepcionalmente privilegiada: o possível está atualmente se apresentando com riqueza e variedade jamais iguais na história da humanidade. Numerosas virtualidades tidas por praticamente irrealizáveis há poucos decênios estão se tornando prováveis. Estamos ainda com os pés no real (embora não fiemos muito nele), mas com a cabeça estamos mergulhados na região flutuante entre o provável e o impossível. Os verdadeiros realistas são atualmente os que exploram tal região flutuante. Viver atualmente é viver aventura. Estamos nos preparando para decolar do real, para transformarmos-nos de anfíbios em planadores.

Os horizontes que estão se abrindo são literalmente deslumbrantes. As aventuras do passado, como as viagens espaciais, as descobertas renascentistas, as expedições ousadas dos antigos para além das colunas de Hércules e rumo à terra das formigas cavadoras de ouro, e até a aventura gloriosa dos nossos antepassados longínquos que abandonaram a floresta para adentrar a savana centro-africana, empalidecem se comparadas com as nossas próprias perspectivas. São sobretudo três os terrenos que começam a condensar-se do impossível para se tornarem mais e mais prováveis: o do campo ele-

tromagnético, o da genética e o da neurofisiologia. Tais terrenos, quais ondas de maré alta, varrem dois outros, os quais ainda recentemente concentravam em si o interesse: o da física nuclear e o da astronomia. Os avanços em direção das partículas e dos astros estão rapidamente se banalizando, já que se dão na região entre o provável e o realizável. E por detrás dos três terrenos que estão emergindo do impossível começam a delinear-se vagamente mais outros, muito mal captados por termos como psicotrópicos e parapsicologia. Temos a sensação inebriante que a aventura está apenas se iniciando. Não podemos mais viver, agir e pensar como antes. As nossas categorias epistemológicas (Ciência), estéticas (Arte) e éticas (Política) deixam de ser operantes. O verdadeiro desafio que a aventura nos lança é o de elaborarmos novas categorias de ação e de pensamento, novas categorias de vida. Estamos nos transformando.

Este ensaio tratará do terreno eletromagnético emergente, daquilo que se costuma chamar *cultura imaterial* há alguns anos. Procurará sugerir a que novas categorias tal terreno provável (embora impossível há uns poucos anos) nos obriga. Mas não posso deixar de lançar olhar furtivo em direção dos dois outros terrenos. Na genética estamos nos preparando para criar novas formas de vida, ao acelerarmos os processos mutativos, e ao os deliberarmos. Já agora começam a surgir vírus e bactérias projetados e programados; nos laboratórios estão sendo fabricados clones e quimeras de organismos complexos, e órgãos até agora inexistentes (tanto sensoriais quanto motores) estão sendo simulados. Mas não é tal desenvolvimento de organismos já agora provável (novas espécies de plantas, animais e, por que não, epi-humanos) que está desafiando a nossa imaginação e fantasia (afinal, os mitos do tipo *Pygmalion* e *Golem*, os mitos fundadores da arte, o prefiguram). É a possibilidade sempre mais provável de virmos a sintetizar a vida com elementos que não o carbono que rasga horizontes inacessíveis à fantasia mais exacerbada da ficção científica da atualidade. Não há dúvida: a biosfera com sua mutação lenta e sujeita ao jogo do acaso está em vias de ser substituída por formas de vida artificiais, programadas a transformações rápidas e abertas em leque.

A neurofisiologia oferece perspectivas ainda mais estonteantes. Não estou pensando em primeiro lugar nas simulações de processos cerebrais, nas ditas "inteligências artificiais", sejam elas fundadas em silício, sejam feitas de tecido nervoso. Estou pensando, sobretudo, na possibilidade desde já aberta para dirigir e controlar os processos cerebrais mesmos (seja do próprio cérebro, seja do cérebro de outrem), e na transplantabilidade de cérebros (de memórias e de processamento de dados) de um organismo para outro, por exemplo, de uma pessoa idosa para o corpo de um recém-nascido. Tais pers-



pectivas são estonteantes, porque colocam problemas tidos por transcendentais, como o da identidade, do espírito, da mente, da morte e da imortalidade, em contexto científica e tecnicamente acessível.

O mais óbvio terreno no qual está ocorrendo a aventura é o da revolução informática, no entanto. A chamada *cultura imaterial*, a cultura do simulacro, a da pós-história (para recorrer aos termos de Lyotard, de Baudrillard e ao meu). Ao pensarmos nisto, temos em mente coisas como rádio, TV, vídeo, satélites, cabos, disquetes de computador, hologramas, isto é, simultaneidade e interatividade de todas as mensagens. Sem dúvida: as implicações disto são vastas. A simultaneidade implica superação da geografia com suas categorias — “cidade”, “campo”, “nação”, “língua materna”; implica cultura a um tempo universal e regionalista. E a interatividade da mensagem implica relações intersubjetivas, democracia direta, sem a necessidade de representação e governo, e organização cibernética da sociedade. Tais implicações, por certo revolucionárias, estão sendo no entanto objeto de numerosos estudos dos ângulos mais diversos, e não será isto o tema aqui perseguido. Dirigirei sua atenção sobre duas implicações mais revolucionárias ainda: a transformação da posição existencial, e a transformação da vivência estética (isto é: do clima da vida).

O termo-chave da revolução informática é *informação*, o que significa configuração pouco provável. A cultura humana pode ser definida como estrutura que visa a produção, a transmissão e o armazenamento de configurações pouco prováveis. Configurações do tipo “ponte”, “organização bancária” ou “sinfonia”. Ora, a cultura não é a única ilha informativa no universo, o qual, como um todo, tende para a desinformação crescente. No universo surgiram, estão surgindo e surgirão configurações improváveis como galáxias, organismos vivos e cérebros humanos. A diferença entre informações naturais e culturais está no fato de que as naturais surgem ao acaso, e as culturais deliberadamente. O cérebro humano é estrutura surgida ao acaso que inverte a produção de informações (a *criatividade*, ao torná-la deliberada). O cérebro humano é ponto de ruptura no processo criativo: é sede da liberdade.

Os processos que ocorrem nas sinapses cerebrais (percepções, imaginação, sentimentos, desejos, pensamentos e decisões) são saltos quânticos e podem ser formalizados por cálculos de probabilidade. No entanto, resultam em atos deliberados. Tal dialética da liberdade, a qual opõe o ato livre não tanto à necessidade quanto ao acaso, pode ser analisada e vivenciada apenas atualmente. Tal vivência é sintoma da revolução informática em curso.

Até agora, no curso da história, o homem armazenava suas informações sobretudo em matéria inerte: pedra, tijolo, papel, tela coberta de óleo, aço. Ao fazê-lo, vivenciava ele a resistência da matéria: liberdade contra necessidade. Doravante, as informações serão armazenadas em campo eletromagnético (fitas, discos, memórias de computadores). O que se vivencia em tal caso é o jogo do cálculo e da computação, portanto o acaso como opositor da liberdade. A cultura imaterial emergente está colocando em termos novos o problema da liberdade. As implicações disto são vastas. No decorrer da história, o homem ia adquirindo consciência histórica, isto é, consciência do efêmero da informação armazenada em matéria inerte. Toda obra humana (matéria informada) está condenada a se decompor (cidades caem em ruínas, culturas inteiras vão ser esquecidas). As memórias imateriais são mais fiáveis (mais eternas que o bronze). Ora,

isto implica desvalorização da obra, e valorização da informação imaterial, dita "pura". O novo conceito de liberdade implica transvalorização de valores.

Imprimir informações sobre objetos (trabalhar) continuará a ser feito no futuro, e que seja apenas porque o corpo humano necessita de matéria informada (pão, casa, roupa). Mas o confronto com a matéria inerte será relegada do homem sobre instrumentos automatizados. Trabalhar será gesto indigno do homem. O gesto humano se concentrará sobre a elaboração de informação imaterial, a programar os instrumentos e a criar configurações improváveis. Isto significa que o homem será cada vez menos sujeito de objetos, e cada vez mais inserido em relações intersubjetivas. Cada vez menos determinado pelo mundo objetivo, e cada vez mais condicionado por suas relações com os outros homens. Tal desprezo por objetos (sejam naturais, sejam culturais) e tal valorização do ato criativo que relaciona homem com homem (tal desprezo do suporte da informação, e tal valorização da criatividade pura) resultará em transformação da posição existencial humana. Não mais sujeito de objetos (mente fazendo face à matéria), mas *o outro dos outros*, disposto a alterar o outro e a ser por ele alterado.

Tal mutação existencial é também, e sobretudo, mutação estética (de *aisthestai* = vivenciar-se). Uma das conseqüências da imaterialização da cultura é o surgir de um novo pensamento imaginativo. Estão emergindo imagens que são resultado de cálculo e computação de conceitos claros e distintos. Imaginação nova: pós-conceitual, não pré-conceitual, imaginação que surge da crítica, não que a exige. As novas imagens têm a crítica, isto é, a ciência, no seu bojo. O crítico, o cientista, precede o artista, e a arte é resultado de crítica criativa. O impacto de uma fita de vídeo-clip, de uma imagem digitalizada e animada, de um holograma (como de uma composição musical programada e sintetizada, de um poema com manipulação de *word processor*) é violento, por mobilizar no receptor os três níveis de consciência simultaneamente: o pré-conceitual, o conceitual e o pós-conceitual, e por isto mesmo torna a recepção difícil.

Acresce que, dada a interatividade da mensagem informatizada, a distinção entre emissor, crítico, transmissor e receptor não mais é viável. Todo receptor é virtual emissor, e isto imediatamente no momento da recepção da mensagem. A experiência estética passa a ser imersa em clima de responsabilidade. Isto explica por que há resistência contra a invasão da cena por este tipo novo de imaginação e imagem. Não seria isto "arte" no significado tradicional (ideologicamente sacralizado) do termo. A querela não é



apenas semântica: questão de definição de termos. Isto seria fácil de ser resolvido, se definirmos “arte” como produção de modelos para vivências do concreto. A querela é ideológica: propor modelos para vivências do concreto seria, segundo os defensores dos valores históricos, tarefa reservada a especialistas (os que dispõem de intuição, talento, gênio, vocação, e termos empíricos equivalentes). No entanto, o impacto estético exercido desde já pelas imagens imateriais (sobretudo em telas e monitores) vai silenciar indubitavelmente todas as reservas. As novas imagens, embora ainda tecnicamente primitivas, estão desde já invadindo a cena.

O que está ocorrendo, em termos estéticos, é um novo espanto. As novas imagens espantam. Basta observar uma pessoa exposta pela primeira vez na vida a hologramas ou a imagens digitalizadas em permutação programada. Ora, o espanto (*propter admirationem enim*) é o sintoma da arte. Depois de séculos durante os quais a mensagem estética, subjugada por mensagens científicas e políticas, tem sido eliminada da sociedade e encerrada em guetos glorificados do tipo academia, exposição e museu, assistimos à re-estetização da vida quotidiana. Importa, no entanto, insistir na novidade revolucionária da vivência concreta proporcionada pelas novas imagens: não mais pré-científica (mítica, mágica) mas pós-científica (exigindo reação responsável).

Não preciso insistir nos perigos inerentes em tal mutação do sentido estético da vida. Na sua potencial banalidade, e na possibilidade nela inerente de manipular o comportamento da sociedade. Tais perigos são precisamente os desafios estéticos diante dos quais a atual aventura nos coloca. Mas nós, os que refletimos sobre a cena, que nos engajamos para nela interferir, não podemos fugir da nossa responsabilidade, que é a de elaborarmos categorias estéticas novas. Abrem-se diante de nós perspectivas deslumbrantes e ameaçadoras. Depende em grande parte de nós se a utopia em via de emergir será positiva ou negativa.

O TRÂNSITO DAS LUZES NO FINAL DO SÉCULO XVIII: O CASO DO SEMINÁRIO DE OLINDA

Wojciech Kulesza

Físico, pesquisador de História do Ensino de Ciências e professor do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

O final do século XVIII tem sido considerado como um período iluminista no Brasil. Uma de suas características é a importância dada às ciências naturais. O Seminário de Olinda fundado em 1800 é considerado instituição exemplar na renovação do ensino brasileiro. O estudo da parte referente ao ensino de ciências constante de seu currículo revela a complexidade dos modos através dos quais o iluminismo se fez presente entre nós.

O último quartel do século XVIII tem sido envolvido por uma aura iluminada na historiografia brasileira. As mais diferentes interpretações do período têm constantemente destacado seu caráter iluminista, seja como mero reflexo do Século das Luzes europeu, seja como resultado do desenvolvimento do circuito de reprodução ampliada do capital mercantil. Fala-se em "ilustração brasileira", "breve *Aufklärung*", "manifestações nacionalistas", "formação da inteligência brasileira", "orientação revolucionária da burguesia", quando se estudam as transformações que ocorreram nesse período de *Enlightenment of Brazil*. De um ponto de vista empírico, não há dúvida de que este foi um período de florescimento da cultura, tanto na colônia como no ultra-

mar, com significativa participação dos "naturais da terra" sobre os quais ajuizava Vilhena em 1799: "é tal a propensão e capacidade que há para os Estudos e eu tenho descoberto na maior parte dos naturais deste país que eles poderiam ser assombro da Nação e fazer a glória da sua Pátria"¹.

No que se refere às ciências humanas e naturais, aponta-se a existência de um "pico" de atividades científicas nesta fase de nossa história. Pode-se verificar quantitativamente este *boom* através da presença em nossas bibliotecas de livros característicos do *Enlightenment* então em curso na Europa, da acentuada procura pelos novos cursos de ciências da reformada Universidade de Coimbra por aqueles que para lá se dirigiam, ou então pelas inúmeras viagens científicas empreendidas no período. Qualitativamente, basta recordar os nomes de José Bonifácio, José Maria Lisboa, Conceição Veloso, Silva Telles, Rodrigues Ferreira, para avaliar a extensão da contribuição brasileira na constituição da ciência daquela época².

Na área educacional sobressai o brilho do Seminário de Olinda, fundado por Azevedo Coutinho em 1800, como instituição pioneira na introdução do ensino de ciências no Brasil. Fruto da fase pombalina de

1. Luis dos Santos Vilhena. "Carta sobre a educação na colônia", in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. VII, nº 20, 1946, p. 301.
2. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. "O pensamento científico no Brasil na segunda metade do século XVIII", in *Ciência e Cultura*, vol. 40, nº 9, setembro de 1988, pp. 859-868.

nossa história, seja pelos seus Estatutos, calcados nos da Universidade de Coimbra reformada por Pombal em 1772, seja pela própria formação de seu idealizador nessa mesma universidade, o Seminário estava em sintonia com as soluções para a crise do sistema colonial que ora se implementavam em Portugal. Não importa que o Marquês não estivesse mais à frente do governo porque, como mostrou Fernando Novais, “o reinado de D. Maria I apresenta-se, pois, mais bafejado pelas luzes do que o período anterior”, ou ainda, “o período que se segue ao ‘consulado’ pombalino aparece-nos muito mais como seu desdobramento que sua negação”³. As mudanças nas estruturas sociais introduzidas por Pombal vieram para ficar, pois eram condizentes com as transformações que então se operavam na sociedade, ou, no dizer de outro estudioso do período, “identificam-se, em Portugal, a Ilustração e o período pombalino, muito embora aquela, como é fácil deduzir-se, compreenda uma faixa cronológica um pouco maior”⁴.

O “despotismo esclarecido” português promove a secularização do clero, transformando os religiosos em funcionários do Estado, entre os quais, o bispo Azeredo Coutinho, último inquisidor geral do Reino, é representante típico. Este “absolutismo mercantilista” reverte radicalmente a tarefa dos religiosos que, na condição de funcionários a serviço da Coroa, deveriam agora deixar para segundo plano sua missão evangelizadora para cuidar da promoção econômica do Reino. Os jesuítas, que haviam tomado quase exclusivamente para si, antes da consolidação dos Estados nacionais, a função missionária, sucumbem aos avanços do mercantilismo estatal e sua expulsão de Portugal constitui o primeiro passo para que o Vaticano extinga em todo o mundo da Companhia de Jesus. Conseqüência imediata da política de Pombal é o desaparecimento dos cristãos-novos de Portugal, pois então “sobem ao poder os próprios que a Inquisição perseguia e os seus aliados. Sobem ao poder a burguesia mercantil

e a elite esclarecida que via no comércio a base da prosperidade das nações”⁵.

Resultado da política educacional do Estado absolutista português em suas “conquistas”, o Seminário de Olinda tem despertado a atenção dos historiadores da cultura brasileira pela sua inovação no que se refere ao ensino de ciências. “Começou a ensinar as *ciências úteis*, escreve Gilberto Freyre, deu importância “no plano de estudos ao ensino das matemáticas e das ciências físicas e naturais”, assinala Fernando de Azevedo. Claro é o sentido que a adoção oficial do ensino de ciências tinha na estratégia pombalina. Desde o estabelecimento da Aula de Comércio em 1752, “destinada a formar a ‘elite’ indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejava organizar”⁶, a diretriz pombalina de assimilar o “progresso das Ciências” para um melhor planejamento econômico do Estado é uma constante. A justificativa dada na reforma da Universidade de Coimbra para a importância do ensino das matemáticas é ilustrativa a respeito: “Por ellas se regulam as Epocas, e Medidas dos tempos; as situações Geograficas dos Lugares; as demarcações, e medições dos Terrenos; as manobras, e derrotas da Pilotagem; as operações taticas da Campanha, e da Marinha; as construções da Architectura Naval, Civil, e Militar; as Maquinas, Fabricas, Artificios, e Apparelhos, que ajudam a fraqueza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossível às suas forças; huma infinidade de outros subsídios, que ajudam, promovem, e aperfeiçoam vantajosamente hum grande número de Artes uteis, e necessarias ao Estado”⁷.

Esse “pressuposto cientificista e pragmático”, isto é, “a ciência só se justificava na sociedade se, em vez de ser uma atividade puramente especulativa, predominantemente teórica, tivesse imediatas aplicações práticas, quer para o aumento da riqueza do Estado, quer para a melhoria

das condições da vida dos indivíduos”, como explica Beatriz Nizza em seu trabalho, onde mostra como isso é patente nas memórias enviadas do Brasil para a Academia Real das Ciências de Lisboa nesse período e orienta todas as atividades relacionadas com as ciências³. Essa Academia, criada em 1779 “para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas”, editava suas *Memórias Econômicas*, onde se podem encontrar numerosas contribuições luso-brasileiras perseguindo o objetivo de “conhecer as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, e o de que são capazes”. Como não poderia deixar de ser, Azeredo Coutinho, para quem o século XIX “em que nós vivemos será, talvez, o século das artes e ciências úteis”, foi um ilustre colaborador dessas *Memórias*.

Como sabia muito bem o bispo, interinamente Governador de Pernambuco, antigo proprietário de engenhos de açúcar no Rio de Janeiro, a salvação do sistema colonial dominado por Portugal estava em suas colônias, entre as quais se destacava o Vice-Reino do Brasil. Propugnando um mercantilismo baseado na exploração agrícola — cujo sentido fisiocrata Pombal deixa transparecer claramente nas Instruções Régias que levava o futuro Governador da Capitania de Minas Gerais em 1755: “o ouro, que por meio das Lavras se extrai da terra (...) fica sendo este genero de Agricultura o mais importante objeto desse Governo”⁴

—, com a queda da produção aurífera, a política econômica mercantilista volta-se para outros produtos da terra. Almejava-se uma modernização e diversificação da agricultura, mantendo-se porém inalterados o regime de propriedade da terra e o modo de produção baseado no trabalho escravo. Esta inter-relação era tão sólida que na ideologia do “bispo proprietário” o direito à escravização era fundamentado nas mesmas bases do direito à propriedade: o escravo era de seu Senhor, transformado agora em diligente funcionário da Coroa, do mesmo modo que era do Reino a terra conquistada. Não é de surpreender, portanto, o cuidado que Azeredo Coutinho dedicou à formação leiga de seus sacerdotes, provenientes, em princípio, da classe dos proprietários de terras e de escravos. Analisando o período que vai da queda de Pombal até a vinda de D. João VI para o Brasil (1777-1808), Fernando Novais, numa demonstração da organicidade da ideologia do fundador do Seminário para o sistema vigente, reencontra “agora realizado concretamente, o princípio teórico de política econômica colonial, formulado por Azeredo Coutinho”⁵.

Porém, como assinala Ruy Bello, lamentando-se da falta de dados a respeito do que efetivamente acontecia em Olinda — “matéria ainda controvertida” —, “é difícil formar um exato juízo sobre o verdadeiro espírito da escola fundada por D. Azeredo Coutinho e até sobre suas finalidades”⁶.

3. Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1986, 4ª ed., pp. 11 e 224.

4. Francisco José Calazans Falcon. *A época pombalina*, São Paulo, Ática, 1982, p. 197.

5. Antonio José Saraiva. *Inquisição e cristãos-novos*, Porto, Editorial Inova, 1969, p. 319.

6. Laerte Ramos de Carvalho. *As reformas pombalinas de instrução pública*, São Paulo, Saraiva/EDUSP, 1978, p. 43.

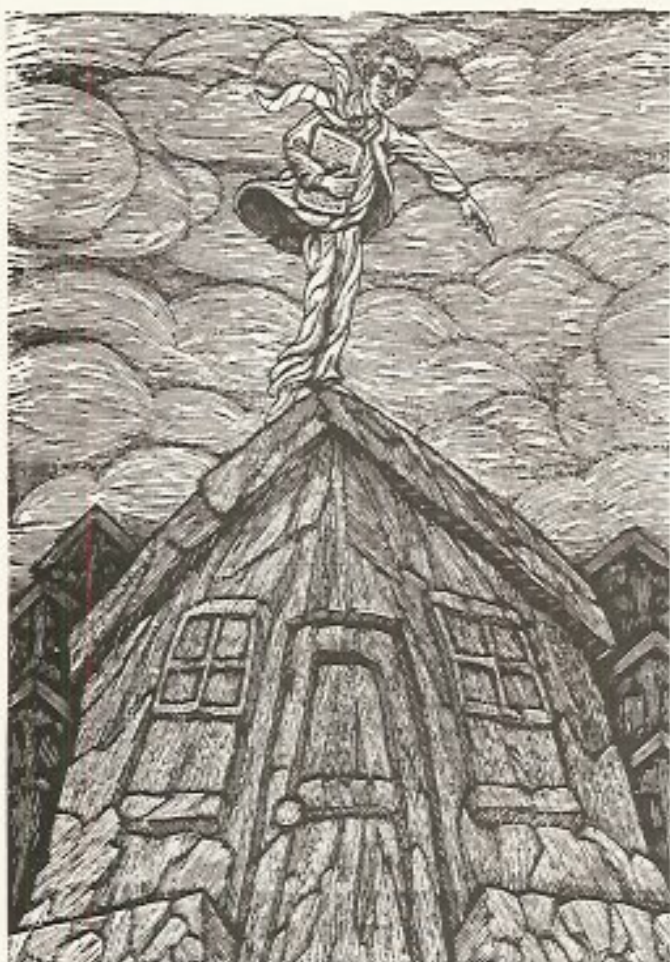
7. Rômulo de Carvalho. *As ciências exatas no tempo de Pombal*, in *Como interpretar Pombal?*, Lisboa, Brotéria, 1983, pp. 223-224.

8. Maria Beatriz Nizza da Silva, *op cit.*

9. Cf. José Ferreira Carrato. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo, C. Ed. Nacional/EDUSP, 1968, p. 255.

10. Fernando A. Novais *op. cit.* p. 293.

11. Ruy Bello. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*, Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, pp. 81-82.



Se não há dúvida sobre os resultados do Seminário que, ao contrário do que preconizava o bispo, acabou por contribuir para a formação de uma geração de próceres e mártires que superou o sistema colonial vigente ao engajar-se na luta pela independência, permanece obscura sua contribuição para a introdução da ciência moderna no País. O cônego Alfredo Xavier Pedrosa chega a defender o bispo da "acusação" de que ele teria dado "mais importância às ciências profanas que às eclesiásticas, na instalação do Seminário", remetendo o leitor para o programa de estudos constante dos Estatutos do Seminário¹². Ao seu papel na "história de nossa independência intelectual" podem-se aplicar ao "Senhor de Campos dos Goitacazes" as palavras com as quais se julgou o próprio Marquês de Pombal na história de Portugal: "Este Ministro quis um impossível político; quis civilizar a Nação e ao mesmo tempo fazê-la escrava; quis espalhar a luz das ciências filosóficas

e ao mesmo tempo elevar o poder real ao despotismo; inculcou muito o estudo do direito natural e das gentes e do Direito Público universal e lhes erigiu cadeiras na Universidade de Coimbra, mas não via que dava luzes aos povos para conhecerem, por elas, que o poder soberano era unicamente estabelecido para o bem comum da Nação e não do Príncipe, e que tinha limites e balizas em que se devia conter"¹³. Se concordarmos com o parecer de Sérgio Buarque de Holanda a respeito de suas obras econômicas — "as opiniões e instituições com que mais geralmente se identificou, pertenciam ao passado e já andavam agonizantes" —, como atribuir ao Seminário um caráter iluminista no que se refere à introdução do ensino de ciências na educação brasileira?

Em primeiro lugar, os Estatutos do Seminário publicados em 1798 pertencem a uma época, iniciada pelos enciclopedistas franceses, na qual ainda se consolidava a sistematização do conhecimento humano que iria definir a atual taxionomia das ciências: "A filozofia é a ciencia, que ensina a indagar as coisas pelas suas cauzas, e efeitos; e se divide em tres grandes partes, que são a Racional, Moral, e Natural" define Azeredo Coutinho nos Estatutos. Esta última engloba a "Fizica Experimental, Istoria Natural e Quimica", enquanto as matemáticas estão incluídas na "ciencia da Jeometria" a ser estudada separadamente devido à sua importância. Nos próprios estatutos de 1772 da Universidade de Coimbra maior ainda é a confusão com que a palavra "ciência" é utilizada. Analisando a questão, comenta Rómulo de Carvalho: "É de crer, em presença de tão diversas designações atribuídas às mesmas Ciências, que os contemporâneos da publicação dos Estatutos, interessados na sua leitura, se sentissem confusos e inclinados a criticas jocosas"¹⁴.

Se tomarmos entretanto os Estatutos de uma instituição similar elaborados pelos franciscanos para o Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, também "orde-

nados segundo as disposições dos Estatutos da Nova Universidade”, é flagrante o contraste em relação ao ensino de ciências¹². Nos Estatutos do Rio de Janeiro a divisão da “Filosofia” é a mesma; no entanto, o ano do curso dedicado à filosofia natural “será destinado para a Fysica, em cujas lições seria necessario para dar aos Estudantes huma boa instrucción, que se gastassem os tres annos, que mandam os Regios Estatutos da Universidade, porém não he possivel que nesta parte nos conformemos com elles, porque a Theologia, e não a Fysica, deve ser o termo das nossas applicações”, recomendando mais adiante que o professor dessa disciplina deverá começar o curso “explicando os principios da Geometria Elementar”. A renovação introduzida pelos franciscanos no seu currículo para a formação de sacerdotes concentra-se na rejeição do “Methodo Peripatetico Escolastico” até então utilizado. Segundo os Estatutos, a reforma de Pombal, “em quem se ajuntaram as luzes”, permitiu que se afastasse “as trévas do erro” para que brilhassem “as luzes do Evangelho” na formação de homens “segundo as pias intenções da Igreja, segundo os santos designios do Nosso Padre, e segundo os catholicos desejos do nosso Soberano”.

É, portanto, muito mais em oposição à tradição jesuítica do que em função do absolutismo ilustrado de Pombal, que os franciscanos elaboram seus Estatutos. Permanece assim a superficialidade concedida ao ensino de ciências, demonstrando ainda os franciscanos não estarem imbuídos do espírito iluminista da época e da

sua afirmação no poder da razão humana, como está exemplificado quando nos seus Estatutos eles advertem ao professor de “Fysica experimental”, para que “nunca se demore em averiguar as causas primordaeas dos Fenomenos, e efeitos da Natureza, por ter mostrado a experiencia de milhares de annos ser esta huma empreza, que excede os limites do humano entendimento”.

Completamente diverso é o papel reservado às “luzes” nos Estatuto de Olinda, principalmente em sua relação com as ciências mas também nas questões religiosas. Neles, tanto elas “são necessárias para descobrir os segredos mais ocultos da Natureza”, como para “saber adorar os misterios mais profundos da Divindade”. Escrevendo mais tarde sobre seus objetivos, “quando aos estudos eclesiásticos juntei os estudos das ciências naturais”, no Seminário, Azeredo Coutinho assim explica seus propósitos: “Quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos seus tesouros; o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais, é o homem que se deseja”¹³. Ao considerar como atribuições do professor de filosofia o ensino de mecânica, hidrostática, história natural e química, “proprios não só de um bom, e verdadeiro Ministro da Igreja; mas também de um bom Cidadão, e de um indagador da Natureza, que adora o Creador nas suas obras, e as fas servir aos bem dos ômens”, os Estatutos de Olinda perseguem

12. Alfredo Xavier Pedrosa. Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho e o Seminário de Olinda, in *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. 10, dezembro de 1950, p. 899.

13. Citado por João Cruz Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, pp. 69-70.

14. Rômulo de Carvalho. *op. cit.*, p. 220.

15. Ver a respeito Luiz Antônio Cunha. *A universidade temporã*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp. 53-61.

16. Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil, in *Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho* (apresentação e notas de Sérgio Buarque de Holanda), São Paulo, Ed. Nacional, 1966, p. 212.

os objetivos sociais da ciência moderna, isto é, o domínio da natureza.

Mas Azeredo Coutinho nunca escapa da esfera do sistema colonial, cuja manutenção circunscreve todo seu pensamento, como revela o último parágrafo referente ao ensino de filosofia no Seminário: "É necesario porém, que a latoria de cada um dos produtos da Natureza, principalmente daqueles, que são proprios da Zona Torrida ou muito raros nos outros Climas, seja muito bem descrita, e deenhada, e as suas analizes muito bem circunstanciadas, para que os sabios, que abitão fóra da Zona Torrida, que ou não tem, ou não podem ter os ditos produtos tão perfeitos, e taes, quaes a Natureza os produs no lugar dos seus nacimentos, se posão aproveitar do noso trabalho, e nós também das suas luzes".

O professor que Azeredo Coutinho trouxe para a cadeira de filosofia natural, ou "Filosofia Universal", como registra o cônego José do Carmo Barata, foi "Frei José da Costa Azevedo que, sendo natural do Rio de Janeiro, regia em Lisboa uma cadeira de Ciências Naturais, e veio para Pernambuco a convite do bispo", sendo posteriormente "lente de Mineralogia no Rio de Janeiro e o primeiro diretor do Museu Nacional"¹⁷. Assim, tanto na teoria como na prática, o bispo, que acumulava também as funções de Diretor Geral de Estudos

em Pernambuco, insistia na importância do ensino de ciências para a sobrevivência do sistema colonial português. Até que ponto o seu projeto foi realmente implantado em Olinda é difícil de avaliar, mesmo porque ele permaneceu menos de três anos na direção do Seminário recém-instalado e o cunho personalista de empreendimentos deste tipo, naturalmente, não podia prescindir de sua ativa presença.

Fato é que os acontecimentos históricos posteriores, aguçando a crise até a ruptura do sistema colonial, inviabilizaram o projeto pombalino do qual Azeredo Coutinho foi fiel discípulo. Parece-nos, todavia, que muitos dos problemas no ensino de ciências tratados nos Estatutos de Olinda permanecem presentes em nossa modernidade. Num momento em que as concepções dos fisiocratas foram há muito tempo ultrapassadas pela idéia do trabalho como fonte de riqueza, de Adam Smith, propostas do tipo das Zonas de Processamento de Exportações, fazem reviver a ideologia de Azeredo Coutinho, consubstanciada na epígrafe a ser ostentada pelo artefato que ele imaginou em seus estudos aeronáuticos e cuja inscrição ele desejava fosse sua única recompensa:

O Pássaro do Brasil
Voando em giro redondo
Levará riquezas mil
às gentes de todo mundo.

17. José do Carmo Barata. *Escola de Heróis*, Recife, 1972, p. 53.

O FOGO E OS RITUAIS DE PURIFICAÇÃO: A TEORIA DO MALEFÍCIO

Maria Luiza Tucci Carneiro

Professora doutora do Departamento de História da FFLCH/USP; autora dos livros *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia* e *O anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração — 1930-1945*.

O Tribunal do Santo Ofício acionou, por mais de três séculos, todo um sistema de símbolos e ritos que, organizados sob a forma de espetáculo, agiam ao nível do imaginário coletivo. Uma aura profunda rodeava cada um destes símbolos fortalecendo o caráter sagrado da Inquisição que, desta forma, contribuía para uma “visão da realidade”, muitas vezes falsa, mas pouco contestada¹.

Como muito bem lembra Pierre Bourdieu:

A Igreja contribuía para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem².

Assim, pensamentos comuns foram impostos através da autoridade usufruída pela Inquisição ibérica, proibindo-se de “pensar diferente”. Qualquer desvio deveria ser denunciado, tornando-se prática constante a eliminação pública do culpado identificado com o Mal. Desta forma a Inquisição construiu a “teoria do malefício”, na qual o cristão-novo ocupava um espaço significativo, peça-chave para a compreensão deste universo social.

Desde fins da Idade Média a idéia de acusação aparece ligada ao conceito de “pu-

rificação social” ou “depuração social”³, permitindo-nos identificar a organização de todo um sistema de repressão especificamente montado com o objetivo de justificar a existência daquela instituição que, em nome da Santa Fé, da Misericórdia e da Justiça, levava para os cárceres e para a fogueira os acusados de heresia, feitiçaria, bigamia, sodomia, apostasia etc.

Contraopondo conceitos positivos (o Bem) aos negativos (o Mal) justificava a eliminação do culpado apelando para o imaginário que, através do grande espetáculo montado com efeitos especiais, dramatizava a realidade: cânticos sacros, sermões, estandartes, efigies, crucifixos, além de toda uma retórica que justificava a necessidade da reparação pública.

Nesta trama de símbolos sagrados que deveriam ser respeitados e venerados, a Inquisição delineou seu estilo de atuar impondo-se através do medo e da pressão social que, por seu lado, reforçava o compromisso emocional existente entre ela (instituição) e o povo. Ao apontar à comunidade o “herege”, o Tribunal da Fé definia seu papel (ou função), garantindo sua sobrevivência junto às esferas do poder.

Geertz ao analisar os símbolos sagrados afirma que:

1. C. Geertz. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 147.
2. P. Bourdieu. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 70.
3. G. Balandier. *O poder em cena*, Brasília, Universidade de Brasília, 1982, p. 43.

A força de uma religião ao apoiar os valores sociais repousa, pois, na capacidade dos seus símbolos de formularem o mundo no qual esses valores bem como as forças que se opõem a sua compreensão, são ingredientes fundamentais⁴.

E o Tribunal do Santo Ofício colaborou para formular um mundo onde os desvios e a livre-crítica não tinham lugar. A verdade imposta não deveria nunca ser contestada: a ordem deveria ser mantida e os "elementos heréticos" e "diabólicos", que colocavam em perigo a sociedade do seu tempo, deveriam ser eliminados. E foi através do fogo que a Santa Inquisição eliminou os pecadores. Condenar apenas não adiantava: era preciso queimar, transformando o Mal em cinzas e os descendentes dos condenados em párias.

Com o fogo destruíam-se, lentamente, os vivos e até mesmos os mortos cujos ossos eram, muitas vezes, desenterrados e incinerados em praça pública nos espetaculares autos-de-fé, verdadeiros rituais de purificação. E o fogo, naquele momento, apontava o conflito existente entre o Bem e o Mal, interferindo na forma de interpretar a realidade.

A queima pelo fogo restabelecia a idéia de uma sociedade purificada, inocentando os "homens da Inquisição", responsáveis pelo estabelecimento da ordem; enquanto que o culpado era sempre acusado pela situação de crise da fé, pestes, doenças e miséria social⁵. O fogo era elemento imprescindível nestas encenações públicas do poder. De *fenômeno natural*, o fogo transformava-se em *elemento-símbolo* da purificação, ligado à idéia de desobediência a Deus (pecado) e à imagem do Inferno. Era, o mesmo fogo, símbolo do Bem que brilhava no Paraíso, mas ardia também no Inferno⁶. E era para este Inferno que os seres "diabólicos" deveriam retornar. O fogo emergia sobrecarregado de uma "ta-

ra" específica, hipnotizando e extrapolando o sentimento da idolatria. Durante um auto-de-fé não se venerava o fogo, pois ele castigava recuperando a idéia de Juízo Final⁷.

E, na história de atuação do Santo Ofício da Inquisição, o fogo aparece em diferentes momentos denunciando o "pecador". Torturava-se o réu queimando-lhe a sola dos pés, pressionando-o a confessar suas culpas e a delatar culpados. Aqui, o fogo (elemento natural) queimava, mas não matava. Deixava marcas e dor. Aterrorizava forçando a denúncia: era um meio e não um fim.

Do interior das salas de torturas, o fogo "veio à luz" como símbolo de combate às tentativas heréticas de subversão da ordem imposta, colaborando para criar, de um lado, um clima de justiça e restauração da normalidade e, de outro, "ilusão de Inferno". O culpado já tinha sido identificado; restava purificar a sociedade, destruindo o pecado. Recorria-se ao fogo que contribuía, de forma viva-colorida, para a configuração do imaginário.

Ser queimado vivo ou garroteado implicava um longo trajeto de humilhação e de exposição pública do pecado, que tinha início com a procissão de auto-de-fé, momento em que a Inquisição não guardava mais segredo. E o "pecador", lentamente, caminhava para o queimadeiro, local onde, também, seria destruído lentamente. Como muito bem lembra Canetti:

Qualquer coisa que a Igreja mostre é sempre mostrada lentamente. As procissões são um exemplo impressionante. Elas devem ser vistas pelo maior número de pessoas... E era, nesta procissão que cada qual desfilava paramentado conforme sua dignidade⁸.

A perda da dignidade implicava assumir a infâmia, sinal de desaprovação pública que privava o culpado e seus descendentes da "confiança que a sociedade tinha

nele..." O suplício tinha sua continuidade no ato de vestir a samarra ou o sambenito (traje da infâmia) onde gravuras de chamas e diabinhos antecipavam a sentença, configurando a idéia de Inferno e alimentando a curto prazo o mito do herege:

Atraz desta primeira cruz caminhavam oitenta presos: depois deles seguia-se outra cruz, no alto da qual havia um crucifixo, atraz de que seguiam três homens e três mulheres que haviam de ser queimados por não terem querido retractar-se e gritar misericórdia. Iam vestidos de uma túnica pintada com chamas infernais, com o seu retrato pintado na frente.

(...) Seguia os homens que levavam a estátua de um que tinha morrido na prisão impenitente, e um outro um cofre de chamas infernaes, onde iam os ossos deste defunto⁴.

Através do simbolismo do "fogo revoltado" que diferenciava os hábitos daqueles que, relaxados, confessavam suas culpas, o fogo mais uma vez castigava, mas não queimava. Apenas trazia a público a extensão do pecado. Enquanto que, para os cristãos-novos que declaravam o desejo de morrer na lei de Moisés, a pena era mais cruel: o fogo deveria consumi-los vivos, ampliando desta forma os sofrimentos físicos:

... condenavam o réu que, com barão e pregão pelas ruas públicas seja levado a Ribeira desta cidade, e assim esteja levantado em um poste alto e,

queimado vivo, feito por fogo em pó, por maneira que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória.

Maio, 1682.⁵

Portanto, a queima final do herege em praça pública fazia parte de um verdadeiro ritual de purificação, recriando, teatralmente, a cena do Inferno, diariamente alimentada pela voz da Igreja sustentada por seus dogmas incontestáveis. A crença na idéia de Inferno era constantemente "cobrada" dos fiéis cristãos como símbolo de lealdade à verdadeira fé católica. Duvidar da sua existência era razão para denúncias junto à Mesa do Santo Ofício:

... tenho noticias que... se deu contra mim a este Santo Tribunal, em que me delatavão afirmar que *não havia Inferno...* e se acazo a fiz, me acuzo disso a este St.^o Tribunal, e lhe rogo se haja commigo com piedade, pois *creyo e sempre cri, que haja Inferno* assim, e da mesma sorte que Christo Nosso Redemptor o disse, e ensina a Santa Madre Igreja Catholica Romana como também a *fogo nelle* assistente...
Outubro, 1763⁶.

E em cena de Inferno transformava-se a apoteose do auto-de-fé. A montagem final do queimado lembra-nos uma visão apocalíptica equivalendo à obsessão pelo julgamento, onde a destruição do pecador-herge simboliza a "queima do pecado" feito "por fogo em pó". Neste momento, o fogo era único recurso capaz de destruir a

4. C. Geertz, *op. cit.*, p. 143.

5. G. Balandier, *op. cit.*, p. 43.

6. G. Bachelard, *A psicanálise do fogo*, trad. M. Isabel Braga, Lisboa, Estudos Cor, 1972, p. 21.

7. *Idem*, p. 11.

8. E. Canetti, *Massa e poder*, trad. Rodolfo Krestan, Brasília, Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1983, p. 172.

9. Impressões de um auto de fé celebrado em Coimbra (séc. XVII), pelo Pe. francês de Terus, que se encontram arquivadas na Biblioteca de Ruão, *apud* A. Baião, *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1973, Vol. III, p. 114.

10. Extrato de um processo, maio de 1682.

11. Extrato translado da apresentação que nesta Meza da Visita les por parte o mestre de Campo Ferreyra Ribeyro a qual entregou nesta Meza Frei Manoel Ferreira Ribeiro, filho do dito Mestre de Campo em 17 de outubro de 1763, *Apud* A. Baião, *Episódios dramáticos...*, *op. cit.*, Vol. III, p. 199.



heresia, força-viva, perigosa. E, conforme reflexões de Elias Canetti à respeito do fogo:

Quanto mais vida tenha alguma coisa menos pode defender-se do fogo; somente o que existe de mais inanimado — os minerais — consegue resistir ao fogo. Sua falta de misericórdia não conhece limites ¹².

Assim como o fogo, o Santo Ofício não conhecia limites. O ritual era periódico contribuindo para a configuração e reforço do imaginário. A praça transformava-se num espaço simbólico e os inquisidores nos guardiães da Fé ¹³. E a cena, envolvida em grande pompa, impressionava a população crédula e ignorante, que via no “braseiro” muito mais que a aplicação da justiça.

A cena do fogo hipnotizava atraindo a massa que, pela cor, movimento e brilho das chamas, tinha diante de si uma visão apocalíptica. O comportamento da população era tipicamente paranóico: medo e êxtase misturavam-se ao calor emitido pelas brasas avermelhadas. Configurava-se o respeito pelo fogo-vivo, destruidor ¹⁴.

Aos paroquianos mais responsáveis se concedia o direito honorífico de colocar as ramas secas nas chamas, alimentando o fogo insaciável: com isto, aumentava aos olhos da Igreja seus méritos de “bom cris-

tão”. E a fogueira deveria ser armada de forma a consumir toda a vítima, ou seja, todo o mal nela incorporado. Não poderia deixar rastro: era a própria destruição da erva daninha, erva inútil que, na versão da Igreja, contaminava como praga os campos já doutrinados e anestesiados pela fala do Clero.

As cinzas deveriam ser recolhidas e jogadas no rio ou ao vento, impedindo que, desta forma, os familiares dos hereges recolhessem os restos de seus mártires para adorá-los. Assim, o auto-de-fé aqui visto como um espetáculo de massa e um ritual de purificação extrapolava para o irreal, recriando e cristalizando a idéia de Inferno já configurada pelas descrições bíblicas, literárias e pelas pinturas que, geralmente, ornamentavam uma das paredes laterais do adro principal das igrejas, recuperando do fogo a figura do diabo, símbolo do pecado. E o diabo emigrava do fogo e para o fogo deveria ser devolvido.

Neste sentido, o fogo funcionava como elemento preventivo e não coercitivo, enquanto que, na cena do queimado, o fogo castigava e destruía. As sensações de dor, vergonha, moral e medo eram articuladas pelo poder Inquisitorial interferindo no inconsciente de cada observador, com o objetivo de mantê-lo sob os seus olhos e regras. E o fogo era uma das peças-chave neste “jogo da ordem e da desordem”,

sendo esta trazida pelo herege¹⁵. Mas o controle nunca era integral, visto que “diabos” nunca faltaram para alimentar as chamas das fogueiras inquisitoriais.

Ao nível do imaginário coletivo e das práticas ritualizadas, a eficácia do fogo é altamente simbólica, tendo ao mesmo tempo um alcance político e teológico, mascarando com fé e misericórdia a prática da violência. Terminada a queima (teatralização visual marcada pelo clima de pompa e festa), recolhidas as cinzas, voltava-se à normalidade e à ordem. O conformismo caracterizava novamente o comportamento das massas ainda hipnotizadas pela visão apocalíptica da fogueira. Meses depois, convocava-se novamente o povo para mais um auto-de-fé.

Esta necessidade constante que a Santa Inquisição tinha de destruir publicamente o herege, fazendo-o “por fogo em pó”, expressa ao mesmo tempo a sua insegurança. O herege, elemento crítico e contestador da verdade imposta, deveria ser eliminado. Mas o fogo destruiria seu corpo, nem sempre suas idéias. Assim mesmo tentava-se: temos notícias da queima de livros “heréticos” que, condenados pela Inquisição portuguesa, foram incinerados:

No fim do auto se leo a sentença
dos livros proibidos e se mandarão
queimar três canastras delles

Maio, 1624¹⁶.

Foi por causa da sua obra *Discours pathétique ou suget des calamités...*, publicada em Londres (1756) que Cavalheiro de Oliveira foi relaxado à justiça secular que o fez queimar em estátua com o livro suspenso ao pescoço — como herege convicto

— durante o auto-de-fé realizado em Lisboa no ano de 1761¹⁷:

A queima de obra heréticas não foi uma prática característica apenas da Inquisição medieval e moderna portuguesa. Esta necessidade de “queimar o perigo” (travestido de diabo, herege, cristão-novo ou bruxa) repetiu-se durante séculos transformando-se em uma das rotinas típicas dos países regidos pelo totalitarismo ou autoritarismo, característicos do nosso mundo contemporâneo. Em nome da “segurança interna” ou “da preservação de uma raça pura ariana”, outros tantos Torquemadas ordenaram que se transformasse em pó centenas de obras “diabólicas” purificando as sociedades alemã, brasileira ou chilena, por exemplo, do perigo semita, comunista ou bolchevista. Mudaram as técnicas, mas o espírito de “purificação” ainda é o mesmo.

Assim, a persistência desta prática inquisitorial até nossos dias¹⁸, oferece-nos a possibilidade de refletir a respeito da extinção ou não dos “Tribunais da Fé”, agora envoltos em novas roupagens.

A título ilustrativo dessas nossas reflexões lembramos que a queima de livros em praça pública foi prática constante na Alemanha, modelando a vida cultural e favorecendo o movimento nazista comandado por Hitler. O III Reich armou-se, como os antigos Tribunais da Fé, de elementos psicológicos, interferindo no comportamento e na mentalidade do povo alemão.

A queima de obra “heréticas” foi uma constante, lembrando cenas dos antigos autos-de-fé. Na Alemanha, livros queimados em praça pública simbolizavam a morte

12. E. Canetti, *op. cit.*, p. 80.

13. G. Balandier, *op. cit.*, p. 15.

14. G. Bachelard, *op. cit.*, p. 33.

15. Cf. posição defendida e argumentada por G. Balandier, *op. cit.*

16. A. Baião, *op. cit.*, p. 113.

17. A.C. Teixeira de Aragão. *Diabruras, santidades e prophcias*, Lisboa, Vega, s/d., p. 101.

18. Ver “Chile queima obra de Garcia Marquez”. In *Correio Brasiliense*, 25/01/1987, p. 14.

da cultura de Weimar e a ressurreição de uma nova era. A cidade de Breslau orgulhava-se de ter queimado mais de 200 quilos de obras "heréticas" condenadas pelo *Index* Nazista. Em Frankfurt, na praça de Romerberg foram queimados os livros de inspiração não alemã, ao som da marcha fúnebre de Chopin¹⁹.

Situação semelhante vivenciamos no Brasil durante o governo Vargas quando a liberdade esteve preventivamente limitada pela censura à imprensa, ao teatro, cinema e rádio. Várias edições de livros foram apreendidas e queimadas em praça pública,

impedindo a divulgação de idéias comunistas no Brasil²⁰.

Em fevereiro de 1986, um pequeno grupo de policiais civis chilenos assistiu a 15 mil livros de García Marquez serem queimados e transformados em cinzas, durante uma cerimônia secreta. Simplesmente substituiu-se a antiga expressão "em nome da Santa Fé católica" por "segurança interna do Estado". Retrocedemos aos tempos inquisitoriais: a teoria do malefício persiste da mesma forma como o fogo que, com sua onipresença oculta e mágica, mantém acesa sua chama simbólica, vibrante e inextinguível.

19. C. Rocha. "Bibliocausto", in *Um inquérito entre intelectuais brasileiros*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, p. 220.
20. H. Silva. *1945: Por que depuseram Vargas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 351.

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO NO CONE SUL. A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL DO SINDICALISMO BRASILEIRO EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO

Paulo Roberto de Almeida

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas. Mestre em Economia internacional.
Ex-Professor de Sociologia da Universidade de Brasília.

Ensaio de pesquisa histórica sobre as vinculações internacionais das organizações operárias e sindicais brasileiras nas primeiras décadas deste século, no contexto dos movimentos políticos e sociais que atuavam no Cone Sul, especialmente os anarquistas e os comunistas.

O "internacionalismo proletário" cobre as tentativas de ligar as lutas operárias às atividades das correntes de mesma filiação ideológica no plano internacional, com destaque para as diversas "internacionais operárias" existentes nessa época e, particularmente, a atuação sul-americana da Internacional Sindical Vermelha. Ademais do recurso à história oral, que motivou o início da pesquisa, foi utilizada a extensa bibliografia disponível sobre o assunto, configurando um panorama da experiência internacional do sindicalismo brasileiro, num período ainda marcado pela forte presença do trabalhador imigrante de origem europeia na composição e organização do movimento operário.

Introdução

"Um fator importante a considerar no movimento sindical brasileiro é que, antes da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), antes dos anos 30, o movimento sindical estava muito ligado ao movimento continental e internacional"¹. Para comprovar empiricamente este depoimento de um dos grandes líderes do movimento operário brasileiro, que atuou intensamente desde os anos 20 até meados dos anos 70, o Autor procurou analisar as diversas experiências de vinculação das organizações operárias e sindicais brasileiras ao sindi-

calismo internacional, nas primeiras décadas deste século, com especial relevância para os anos 20.

Com a conquista do poder na Rússia, em 1917, pela corrente bolchevista, o confronto entre as várias correntes do movimento operário mundial, já fragmentado pela experiência frustrada da Primeira Internacional várias décadas antes, viu-se particularmente aguçado. Com efeito, ele se encontrava cada vez mais dividido entre diversas variantes político-ideológicas, desde o anarquismo apolítico e o anarco-sindicalismo revolucionário até o reformismo de tipo pluriclassista proposto pelo Bureau Internacional do Tra-

1. Roberto Morena. *Entrevista* (Praga, 26.12.76, Arquivo pessoal do Autor). O presente trabalho de pesquisa foi em parte inspirado em exercícios de história oral conduzidos com representantes do movimento sindical e operário brasileiro, ou outros líderes políticos, que atuaram na primeira metade e meados do presente século. As fontes primárias serão referidas no curso do trabalho, ao lado da documentação secundária utilizada.

balho, passando pela poderosa corrente socialista e social-democrática e pela recém-lançada tentativa de capitalização política ensaiada pelo *Profintern*, a Internacional Sindical Vermelha, de obediência bolchevista.

O movimento operário brasileiro, ainda que incipiente e com fraca capacidade mobilizadora nas primeiras décadas deste século, não ficaria indiferente à luta ideológica entre essas correntes, como aliás a maior parte dos movimentos sindicais nos países do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Brasil). De forma geral, os próprios grupos políticos organizados em forma de partido procuraram mobilizar a luta do operariado nessa região — toda ela caracterizada pela industrialização tardia e dependente e pelo afluxo intenso de trabalhadores imigrantes europeus — em função de programas e táticas propostas por suas respectivas correntes de filiação ideológica no cenário internacional, vale dizer europeu. Esse “internacionalismo operário” de princípios do século mereceu até agora pouca atenção dos estudiosos do movimento operário e, salvo as abordagens sob o prisma do movimento comunista internacional e dos partidos comunistas nacionais, não recebeu o tratamento sistemático que seria de se esperar em face da relativa proliferação de trabalhos sobre os movimentos operários e sindicais na região.

O presente ensaio histórico, oferecido como contribuição inicial ao estudo dessa questão, pretende traçar um quadro tão completo quanto possível das relações entre o movimento operário organizado no Brasil e as diversas “internacionais sindicais” em atividade nas primeiras décadas deste século. Cronologicamente, esta análise se estende desde princípios do século, caracterizada pela influência quase que exclusiva do movimento anarquista sobre os diversos movimentos operários nacionais nos países do Cone Sul, até meados dos anos 30, quando o sindicalismo oficial imposto aos trabalhadores pelo Estado reformista eli-

mina qualquer veleidade “internacionalista” que poderia ainda existir no movimento operário brasileiro².

1. Movimento operário e imigração

Não é necessário sublinhar mais uma vez a predominância dos imigrantes europeus na formação inicial da classe operária brasileira, como também a importância, e mesmo a imprescindibilidade, desse elemento humano na determinação política das formas de luta adotadas pelas organizações de trabalhadores nos primeiros anos deste século. Os imigrantes europeus, ou seus descendentes imediatos, eram maioria na população ocupada no setor secundário dos grandes centros urbanos. Em São Paulo, por exemplo, “em 1900, 92% dos operários industriais no estado de São Paulo eram estrangeiros e 81% [desse número] eram italianos”³. No Rio de Janeiro, em 1906, de um total aproximado de 100 mil trabalhadores estrangeiros, 49% estavam ocupados na indústria, transporte e comércio⁴.

Do ponto de vista de sua filiação política, a grande massa dos imigrantes, proveniente da Europa meridional (penínsulas itálica ou ibérica), dividia-se entre as principais correntes anarquistas, enquanto que o socialismo reformista conseguia um bom número de adeptos entre os trabalhadores especializados (setor do livro, indústrias gráficas etc), para não referir-se aos intelectuais e diversos membros da pequena burguesia nacional. Nessa época, quando se reforçavam na Europa as primeiras confederações nacionais de trabalhadores e se davam os primeiros passos para a constituição de uma “internacional sindical”, as organizações de trabalhadores no Brasil e nos demais países da região ainda percorriam o difícil caminho da “resistência”, em busca do simples direito de representação política ou corporativa.

A inspiração anarquista — que preside a todo um período de lutas do movimento operário, grosso modo, de 1906 a 1920 — encontra grande estímulo nas organizações sindicais francesas e na CNT espanhola, as quais, segundo o modelo anarco-sindicalista, atribuíam à greve geral o principal papel na transformação revolucionária da sociedade. Não se encontra todavia indícios de uma vinculação mais estreita, nessa primeira fase, entre as organizações sindicais brasileiras e suas congêneres em outros continentes, a despeito mesmo de uma intensa troca de materiais e da constante remessa de publicações da mesma linha ideológica.

A Confederação Operária Brasileira (COB), constituída inicialmente sob inspiração anarquista, começa a ter voz ativa a partir de 1908. Já no ano seguinte, representantes brasileiros comparecem a uma conferência de organizações operárias anarco-sindicalistas organizada em Buenos Aires pela *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), sem que no entanto se chegasse a qualquer resultado prático em termos de coordenação supra-nacional de lutas sindicais. Mais tarde, a perseverança dos anarquistas argentinos produz alguns resultados com o estabelecimento, em 1929, da *Asociación Continental de Trabajadores* (ACT) — filial regional da Associação Internacional de Trabalhadores, de linha anarquista

— numa época contudo em que os grupos operários brasileiros dessa tendência entravam em franca decadência⁵.

O “internacionalismo” anarquista no Cone Sul se revela sobretudo pela adoção das mesmas palavras de ordem emitidas por seus companheiros europeus, nessa época geralmente relativas à luta contra a guerra e a defesa da paz mundial. Em outubro de 1915, ao mesmo tempo em que organizavam um Congresso Anarquista Nacional, no Rio de Janeiro, os anarquistas brasileiros patrocinaram um Congresso Internacional da Paz que, naquelas compreensíveis circunstâncias, contou apenas com a inexpressiva presença de dois representantes de organizações libertárias argentinas. No ano anterior, a realização, programada para agosto, em Londres, de um Congresso Internacional Anarquista — do qual deveriam participar delegados brasileiros, e supostamente do Cone Sul — viu-se frustrada em razão da deflagração da guerra européia⁶.

Em escala continental deve ser feita menção às tentativas da *American Federation of Labour* (AFL), dirigida pelo histórico líder Samuel Gompers, de congregar, sob sua bandeira, organizações de trabalhadores de países do “sul do Rio Grande”. Entretanto, tanto diferenças de opinião política quanto a própria distância geográfica mantiveram os sindicatos brasileiros de fora

2. Alguns depoimentos e outros materiais documentais aqui utilizados já foram divulgados pelo Autor em oportunidades anteriores, cujas circunstâncias obrigaram entretanto à utilização de pseudônimo. Ver, assim, os artigos publicados por Pedro Rodrigues: “Roberto Morena: 60 anos de militância sindical”, *Plural* (São Paulo, Ano I, n.º 4, abril-junho 1979, pp. 68-81); “O sindicalismo internacional e o movimento operário no Brasil: A experiência dos anos vinte”, *Plural* (São Paulo, Ano II, n.º 5, julho-setembro 1979, pp. 49-71); “Brasileiros na Espanha”, *Temas de Ciências Humanas* (São Paulo, volume 9, 1980, pp. 125-158); “Roberto Morena: o Operário, o Militante, o Homem”, *Memória e História* (São Paulo, n.º 3, Instituto Astrojildo Pereira — Archivo Storico del Movimento Operario Brasileiro — Editora Nova Rumos, 1987, pp. 15-32).
3. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. “O proletariado industrial na Primeira República”, in Fausto, Boris (org.), *O Brasil republicano*, 2.º vol.: *Sociedade e instituições* (São Paulo, Difel, 1977, p. 139).
4. Cf. Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*, São Paulo, Difel, 1976, Tabela I-6, p. 32.
5. Victor Alba. *Historia del movimiento obrero en America Latina*, Mexico, Librerias Mexicanas Reunidas, 1964, p. 457.
6. Cf. John W. F. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*, Austin, Ed. da Universidade do Texas, 1973, p. 34.

dessa iniciativa, que de resto se dirigia mais às organizações moderadas porventura existentes no México, na América Central e no Caribe. Mais próxima ideologicamente dos anarquistas do Cone Sul estava a *Industrial Workers of the World* (IWW) — uma cisão da *American Federation of Labor*, que, a princípio (1905), era socialista, convertendo-se logo depois ao anarquismo — que aliás recrutava grande número de trabalhadores imigrantes italianos ou espanhóis nos Estados Unidos⁷.

No campo do sindicalismo de filiação socialista ou social-democrata não há praticamente nenhum registro de uma experiência concreta de um relacionamento efetivo entre sindicalistas brasileiros e o movimento correspondente europeu, apesar da existência — ressaltada por Fausto⁸ — de uma significativa fração “trabalhista”, dominante no final do século passado, disposta à colaboração de classes e à dependência para com o Estado. É sabido que diversos “partidos” socialistas viram a luz em todo o período aqui analisado, mas nenhum deles chegou sequer a colocar a questão de sua vinculação internacional, precisamente em virtude da falta absoluta de qualquer embasamento real na classe trabalhadora.

A corrente social-democrata européia, por sua vez, não chegou a constituir uma verdadeira “internacional operária” no período anterior à Primeira Guerra Mundial, em virtude sobretudo da oposição do líder da Federação Sindical Alemã, Legien, às concepções revolucionárias da CGT francesa. No terreno sindical reformista, entretanto, verifica-se a instituição do Secretariado Sindical Internacional, criado em 1902, e cujas conferências coincidiam frequentemente com os congressos internacionais socialistas. A pressão das organizações mais ativas — sobretudo os sindicatos franceses e os americanos da tendência IWW — consegue empurrar um pouco esse movimento, com o lançamento, em 1913, do esqueleto da Federação Sindical Interna-

cional, que desempenharia um papel importante no decorrer dos anos 20⁹.

Mas, indubitavelmente, a fase anterior a 1917 nos países do Cone Sul é dominada pelas correntes anarquistas, organizadas ou não em centrais sindicais nacionais. No Brasil, por exemplo, a COB comanda lutas importantes de cunho internacionalista (provavelmente repercutidas também nos demais países da região), como a “campanha contra o fuzilamento do anarquista espanhol Francisco Ferrer, chegando a realizar, em 1909, uma passeata no Distrito Federal (Rio de Janeiro), da qual tomaram parte mais de 5 mil pessoas”¹⁰.

Além da organização desse tipo de solidariedade internacional, a exemplo de outras lutas contra a guerra e o militarismo, os anarquistas traduziam e publicavam no Brasil diversos materiais de propaganda e de orientação anarco-sindicalista¹¹, como também enviavam “delegados à Espanha, Portugal e Itália — países de onde provinha o grosso da imigração — para narrar aos trabalhadores daqueles países o que se passava no Brasil”¹². No entanto, apesar do impacto causado nesses meios por acontecimentos ligados ao movimento operário internacional, não se tem notícia de alguma experiência de vinculação orgânica, ou qualquer relacionamento mais estreito entre organizações sindicais brasileiras e os “embriões” de internacionais sindicais em constituição nessa fase.

2. Anarquismo e marxismo

A irrupção da revolução bolchevista nos meios operários do Cone Sul se dá sobretudo, como em outros países, pela introdução do debate político em torno dos princípios que deveriam guiar a ação sindical na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a experiência soviética é um divisor de águas do movimento operá-

rio a nível internacional, introduzindo novos conceitos estratégicos e táticos e novas regras de organização. Depois de um período de confusão inicial, durante o qual congressos anarquistas chegaram a se realizar no Rio de Janeiro em apoio à causa da revolução russa, o debate se acirra e a oposição entre marxistas e libertários se torna cada vez mais irredutível.

Essa fase, sobretudo a partir de 1919, coincide com o declínio irresistível do movimento anarquista no Brasil. Com efeito, depois do fracasso da greve geral de 1917 e da insurreição frustrada de 1918, últimas tentativas políticas marcadamente anarquistas, esse movimento caminharia para sua “bancarota total”, nas palavras do ex-anarquista e principal fundador do Partido Comunista do Brasil, em 1922, Astrojildo Pereira.

A última grande manifestação da antiga hegemonia anarquista se daria por ocasião do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1920, onde, consoante ainda com as tendências políticas anteriores, optou-se não pela centralização, mas pelo princípio federativo, como forma de congregar as várias federações existentes e as associações autônomas representadas. Ainda assim, alguns dos membros da Comissão Executiva do Terceiro Congresso (CTEC), inspirados

nos sucessos dos bolchevistas russos, começavam já a propugnar a criação de um partido político do proletariado, considerado instrumento indispensável na sua luta pela conquista de seus objetivos revolucio-



nários, qual seja a transformação do Estado. Alguns meses mais tarde, os debates cada vez mais azedos entre as duas correntes resultam na cisão definitiva do movimento operário brasileiro entre anarquistas e comunistas¹³.

A cisão entre essas duas correntes é provavelmente o reflexo da debilidade do movimento reformista — ou mais exatamente do relativo atraso histórico da organização operária — no continente latino-americano, uma vez que a ruptura no movimento operário e sindical europeu

7. Ver Georges Lefranc. *Le syndicalismo dans le monde*, Paris, Presses Universitaires de France, 1949, p. 34.

8. Cf. Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, op. cit., p. 41.

9. Cf. William Z. Foster. *History of the three Internationals: The world socialist and communist movements from 1848 to the present*, Nova Iorque, International Publishers, 1955, p. 164.

10. Cf. Jover Telles. *O movimento sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962, p. 21.

11. Em 1909, por exemplo, o órgão socialista e anarquista “A Terra Livre”, criado em 1905 e administrado por Edgard Leuenroth e Neno Vasco, publicava em São Paulo o folheto do conhecido anarco-sindicalista italiano Enrico Malatesta, “Programa Socialista Anarquista Revolucionário”.

12. Cf. Jover Telles. *O movimento sindical no Brasil*, op. cit., p. 22.

13. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil*, op. cit., pp. 153-158. Um ano depois, Astrojildo Pereira receberia a visita de um emissário da Terceira Internacional, trazendo-lhe o encargo de organizar um partido comunista no Brasil, o que seria consumado em março de 1922. Ver Astrojildo Pereira. *Formação do PCB, 1922-1928*, Lisboa, Prelo, 1976.

não se dá entre anarquistas e comunistas, mas sim entre estes últimos e as correntes socialista e social-democrata, que conseguem reorganizar-se e manter sua hegemonia política e organizacional durante o período revolucionário que se abre no imediato pós-guerra. Assim, em abril de 1919, uma conferência sindical reunida em Amsterdam, com representantes de 14 países, reconstrói a Federação Sindical Internacional (FSI) sob a liderança das forças centristas e direitistas do movimento operário europeu¹⁴. Afastada a preponderância alemã *d'avant guerre*, as *trade union* britânicas passam a exercer um papel mais importante na Internacional reformista, o que todavia não impede os sindicatos ingleses de concluir, em 1924, um pacto de solidariedade com os sindicatos soviéticos¹⁵.

O pós-guerra é também um período de importantes mudanças na estrutura das relações sociais e laborais na maior parte dos países, por via de negociações inéditas no cenário internacional, já que pela primeira vez se passou a discutir questões trabalhistas e sindicais no plano multilateral. A conferência internacional sobre a legislação do trabalho, realizada no quadro da Conferência de Paz de Versalhes, contribuiu moderadamente para uma melhor organização social dos trabalhadores, no quadro institucional vigente, ao permitir o reconhecimento de direitos tidos antes como parte da esfera privada dos agentes econômicos. Concluído em abril de 1919, o Tratado de Paz contemplava, em seus artigos 387 e 427, uma série de cláusulas relativas à organização e proteção do trabalhador (princípio de oito horas de trabalho diário, interdição do trabalho noturno a mulheres e crianças, direito de associação e liberdade sindical etc), além de estabelecer a Organização Mundial do Trabalho, na qual passariam a estar representados, equitativamente, delegados governamentais e representantes patronais e operários¹⁶.

Nesse mesmo período, no Brasil, os grupos políticos que disputavam o controle

das organizações sindicais existentes estavam mais preocupados em preservar a pureza de suas concepções e princípios de luta respectivos do que em participar dos debates em curso no continente europeu. Ainda assim, os reflexos dos postulados adotados na Conferência de Versalhes, bem como das recomendações feitas na "Carta do Trabalho" elaborada pela FSI, fazem-se sentir de imediato no País: de maio a julho de 1919, os trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo conduzem uma série de greves pelas oito horas de trabalho sem redução de salário, que resultam vitoriosas em sua maior parte.

Mas questões políticas também vêm à tona: durante o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, algumas delegações insistem sintomaticamente na preservação da neutralidade política dos sindicatos, bem como na manutenção de uma posição estritamente sindicalista — e portanto apartidária — na condução das lutas operárias, o que não tardaria a se revelar como dificilmente sustentável no período de intensas comoções ideológicas que se estava abrindo com a ascensão política do leninismo em escala internacional¹⁷.

3. Os sindicatos brasileiros e o sindicalismo internacional

Durante a década de 20, diversos apelos dos mais diferentes horizontes ideológicos e programáticos solicitarão a atenção dos trabalhadores organizados no Brasil, alguns contando com o beneplácito do governo, outros sendo duramente reprimidos, assim como seus grupos políticos respectivos. A questão da vinculação internacional dessas diversas correntes ideológicas também não tardou a se colocar.

Se os socialistas reformistas podiam contar com o apoio moral da Internacional social-democrata de Amsterdam, os anarquistas, por sua vez, logo teriam a sua entidade supra-nacional, conhecida como

a "Internacional de Berlim". Os trabalhistas pró-governamentais lograram assegurar-se um mínimo de representatividade política, através da colaboração sustentada por canais oficiais como o Bureau Internacional do Trabalho de Genebra. Os comunistas, que passam a influir decisivamente na condução das lutas operárias a partir de meados dessa década, encontrariam cobertura internacional no PROFINTERN, a Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscou. A *American Federation of Labor*, finalmente, lidera nessa época uma tentativa de constituição de uma confederação panamericana de trabalhadores, que obteve contudo escassa repercussão nos países do Cone Sul.

A fundação — e preservação, contra os "ataques do capital internacional" — do primeiro "Estado proletário da História", personificado no governo soviético, não poderia deixar de exercer enorme impacto nos trabalhadores organizados de todo o mundo. Assim, quando, sob a condução dos bolchevistas russos, é criada a Terceira Internacional, ou COMINTERN, diversos sindicatos e mesmo centrais sindicais de alguns países europeus — Itália, Espanha e França, sobretudo — postulam seu ingresso no

"novo pólo da revolução mundial". Por decisão do próprio Lenin, entretanto, só seria permitida a filiação de partidos políticos, ainda assim sob ressalva de fiel adesão aos princípios bolchevistas de "centralismo democrático" e de total oposição ao reformismo socialista.

Por ocasião do Segundo Congresso do COMINTERN, em 1920, foi instituído um "Conselho Sindical Internacional", destinado a fazer face à Internacional "amarela" de Amsterdam: esse embrião do PROFINTERN chegou a incluir centrais sindicais de diversos matizes ideológicos, como a CGL italiana, de inspiração socialista, e a própria CNT dos anarco-sindicalistas espanhóis. Ao realizar-se, contudo, o Primeiro Congresso da Internacional Sindical Vermelha, em julho de 1921, clarificaram-se as posições políticas e a ideologia do novo movimento internacional, o que determinou a saída quase que imediata daquelas correntes socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas que por acaso ainda não tivessem sido afastadas em virtude do programa estritamente leninista do COMINTERN¹⁰.

Na América Latina, de maneira geral, e no Cone Sul, de forma acentuada, o

14. Cf. Foster. *History of the three Internationals*, op. cit., p. 319. Há evidências de que um delegado brasileiro assistiu à conferência de reconstrução da FSI; vide ALBA, *Historia del movimiento obrero en America Latina*, op. cit., p. 458, que cita Robert Alexander: *Labor parties of Latin America*, Nova Iorque, League for Industrial Democracy, 1942, pp. 42-43.

15. Cf. C.F.A. Losovsky. *Le mouvement syndical international, avant, pendant et après la guerre*, Paris, L'Internationale Syndicale Rouge, 1926.

16. Cf. Guy de Lusignan. *L'Organisation internationale du travail, 1919-1959*, Paris, Editions Ouvrières, 1959, pp. 21-34. O representante brasileiro na Conferência da Paz de Versalhes era Epiácio Pessoa que, pouco depois, seria conduzido à Presidência da República.

17. Sobre as posições moderadas apresentadas naquele último grande conclave unificado do movimento operário brasileiro, ver por exemplo as teses apresentadas pela Associação Gráfica do Rio de Janeiro ao Terceiro Congresso na antologia organizada por Edgard. Carone *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*, São Paulo, Difel, 1979. Sobre o livro, ver resenha crítica de Paulo Roberto de Almeida, "Uma antologia do movimento operário", *Plural*, São Paulo, Ano II, n° 5, julho-setembro 1979, pp. 169-172.

18. Cf. Lefranc. *Le syndicalisme dans le monde*, op. cit., pp. 54-55 e Losovsky, *Le mouvement syndical international*, op. cit., pp. 137-149. Ver o programa de ação da ISV em *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923* (reimpressão em fac-símile), Paris, François Maspero, 1972, pp. 129-134. Sobre as efêmeras relações entre os anarquistas e o COMINTERN, ver o livro de Franz Borkenau. *World communism: A history of the communist international*, Nova Iorque, W.W. Norton, 1939, pp. 168-7 e 196-7.

debate — para não dizer claramente a luta — entre anarquistas e comunistas se dá tanto em função das formas de organização que deveriam guiar as lutas do movimento operário, como em relação à vinculação internacional desse movimento. Ainda que os anarquistas e anarco-sindicalistas detivessem o controle de muitos sindicatos operários da região, a liderança política do movimento operário enquanto tal passou a ser asperamente disputada com os comunistas, em todas as frentes da luta ideológica. Como salientou um estudioso da questão operária na América Latina, “uma das questões cruciais que levaram à cisão entre as facções pró- e anti-comunista do movimento operário anarquista era o problema da vinculação internacional”¹⁹.

Numa primeira fase dos debates, o modelo ideal de organização sindical era dado pela *Industrial Workers of the World*, dos EUA, cuja estrutura avançada — agrupando sindicatos por tipos de indústria — era tida como importante fator de impulsão das lutas operárias. Mas, os anarquistas brasileiros, e também provavelmente seus homólogos do Cone Sul, consideravam essa estrutura muito centralizada, tendo preferido em seu lugar uma livre federação dos sindicatos de cada ramo²⁰.

No plano internacional, os anos 1921-22 assistem à cisão definitiva de várias centrais sindicais nacionais. Os socialistas, que já contavam com sua própria Internacional, conseguem preservar o essencial de suas forças nos diversos países europeus, com exceção da França, onde se constitui uma CGTU revolucionária. Os anarco-sindicalistas, por sua vez, decidem não tomar parte na ISV e estabelecem sua própria internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), cujo congresso constitutivo é realizado em Berlim no final de 1921²¹.

A repercussão no Brasil se deu de forma relativamente rápida. “A questão imediatamente se colocou no Brasil se os sindicatos anarquistas deveriam se ligar à Internacio-

nal de Berlim ou à de Moscou. A maioria decidiu finalmente que a COB deveria aderir à AIT de Berlim”²². Em verdade, nessa época, a COB não tinha muita existência real, mas diversos sindicatos e algumas federações de trabalhadores proclamam sua adesão à AIT anarco-sindicalista, no quadro de uma intensa campanha anti-bolchevista. A adesão era, na maior parte das vezes, puramente verbal e parece difícil avaliar, agora, o grau de vinculação efetivo ou o tipo de relacionamento entre as organizações sindicais brasileiras de obediência anarco-sindicalista e a AIT de Berlim²³.

Na primeira metade dos anos 20, contudo, quando os comunistas ainda não eram sérios concorrentes ao controle das grandes federações de trabalhadores organizados, a AIT de Berlim — cujas bases principais estavam na Espanha e na Itália e nas significativas minorias anarco-sindicalistas da Alemanha, França e Portugal — podia pelo menos reivindicar, como membros, algumas centrais sindicais na então distante América Latina, sobretudo na Argentina, no México e no próprio Brasil²⁴.

Os socialistas reformistas não parecem ter exercido muita influência em termos de vinculação internacional de organizações sindicais brasileiras. Apesar de que, na conferência constitutiva da FSI de Amsterdam, em 1919, Samuel Gompers, da AFL, tenha pretendido reivindicar a representatividade de “vinte e uma repúblicas da América Central e do Sul”, a penetração da *Pan-American Federation of Labor* (PAFL) era mínima no Cone Sul, para não dizer nula. Sua atuação, no decorrer dos anos 20, não ultrapassou limites geográficos muito restritos — geralmente, no imediato entorno geográfico dos EUA — e, assim mesmo, a pretendida representação de “sindicatos latino-americanos” era muitas vezes feita por líderes exilados nos EUA²⁵.

Pelo exame da documentação disponível, não se tem notícia da participação regular de alguma entidade sindical refor-

mista brasileira nos congressos internacionais da FSI — que, no período do entreguerras, agiu em estreita cooperação com a OIT — ou nos congressos regionais da PAFL, reunidos a cada dois anos entre 1917 e 1930, sob a liderança do citado Samuel Gompers e depois de Williams Green, secretários da AFL²⁰. O sindicalismo reformista, é verdade, já havia renunciado a toda mística revolucionária, em favor de um pragmatismo das “conquistas graduais” e, sendo assim, não poderia mesmo conquistar muitas posições no sindicalismo de combate dos países do Cone Sul, numa época em que as ativas minorias revolucionárias imprimiam seu estilo e direção às lutas operárias. Não que faltasse o elemento moderado, preconizador de reformas parciais, no sindicalismo desses países, mas a própria atitude intransigente, assumida pelas elites industriais e pelas autoridades do Estado, face às legítimas reivindicações de uma classe operária então super-explorada, contribuía para a exacerbação dos antagonismos que daí derivavam.

No Brasil, o governo Artur Bernardes (1922-26) tentaria, é verdade, a partir do impulso dado pela Conferência de Versalhes, modificar a tradicional política de repressão sistemática do sindicalismo organizado em favor de um ensaio de colaboração classista. Como indicou um líder contemporâneo, “no Governo Bernardes começou uma nova experiência: não havia

Ministério do Trabalho, mas se criou um Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e se fizeram as primeiras reuniões patrões-trabalhadores-Governo para se estabelecer as primeiras leis sociais”²⁷.

Papel relevante teve nesse contexto a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), dirigida por Sarandi Raposo, que durante um certo tempo serviu de cobertura legal para o então perseguido PCB, permitindo-lhe acesso à imprensa diária. O esquema colaboracionista integrava-se, de resto, nas recomendações sugeridas pelo Bureau Internacional do Trabalho, secundado pela FSI, no sentido de ser implementada, gradualmente, uma legislação social capaz de dirimir os mais graves conflitos trabalhistas. É assim que as primeiras propostas de introdução da “lei de férias”, das leis sobre acidentes de trabalho e das caixas previdenciárias são discutidas e encaminhadas durante o governo Bernardes, o que muito contribuiu, por outro lado, para reforçar e impulsionar a corrente “trabalhista” do sindicalismo brasileiro.

Em julho de 1925, no quadro de uma visita à América do Sul, chega ao Brasil o líder sindicalista francês Albert Thomas, então presidente do BIT: entre uma homenagem e outra, ele critica o governo por não designar delegados às conferências da organização. A questão da escolha do representante dos trabalhadores, em 1926, gera, como seria de se esperar, intenso debate entre comunistas, anarquistas e

19. Cf. Robert J. Alexander. *Communism in Latin America*, New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1957, p. 94.

20. Cf. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil*, op. cit., pp. 164-66 e 186.

21. Cf. Lefranc, pp. 54-55; Losovsky, pp. 281-284.

22. Ver Alexander. *Communism in Latin America*, op. cit., p. 94, que cita o jornal anarquista *A Plebe* (19/12/22).

23. Ver Dulles, op. cit., pp. 284-5.

24. A informação é do próprio líder da ISV, Losovsky. Ver *Le mouvement syndical international*, op. cit., p. 282.

25. Ver a obra de Moisés Poblete Troncoso e B.G. Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, Nova Iorque, Bookman Associates, 1960, pp. 129-132.

26. Ver Lefranc. *Le syndicalisme dans le monde*, op. cit., pp. 62-4 e Alba. *Historia del movimiento en América Latina*, op. cit., pp. 459-462.

27. Roberto Morena. Depoimento pessoal ao Autor, op. cit.; Morena, de origem anarco-sindicalista, mas que logo iria se tornar membro da Comissão Sindical do PCB, participou dessas primeiras reuniões de conciliação.

socialistas. Estes últimos tinham constituído, em maio do ano anterior, mais um Partido Socialista, com Evaristo de Moraes à frente, mas não parecem ter buscado contato com as entidades socialistas — políticas ou sindicais — no plano externo²⁸.

Os esforços dos socialistas para concorrer com os comunistas e os anarquistas — ou o que restava destes últimos — no controle do movimento operário logo receberiam adesão, no espectro moderado, de sindicalistas do sul do País que, em 1928, tomam a iniciativa de fundar um primeiro Partido Trabalhista, com relativo sucesso nesse final de década²⁹.

O apoio discreto dado pelos governos Artur Bernardes e Washington Luís (1926-1930) aos trabalhistas “bem comportados” abriu caminho à implantação do sindicalismo oficial na década de 30, quando a supervisão exercida pelo Ministério do Trabalho já não mais permitiria qualquer vinculação internacional por parte dos sindicatos brasileiros. O contingente até então moderado de entidades pró-governamentais — onde se incluíam alguns sindicatos de marítimos, a associação de cocheiros e condutores de veículos, dos empregados em armazéns e, sobretudo, diversos sindicatos têxteis — se veria particularmente reforçado a partir do governo reformista de Getúlio Vargas, instalado no poder pela Revolução de outubro de 1930.

4. *A Internacional sindical vermelha e o bureau Sul-Americano*

A formação de partidos comunistas nacionais, em princípios dos anos 20 coincidiu, como vimos, com um intenso debate político sobre o sentido e a orientação do trabalho sindical nas organizações operárias. Se na maior parte dos países europeus, a polêmica desatada significou, de imediato, rupturas e fracionamentos partidários e sindicais, no Cone Sul, pelo menos a consti-

tuição de correntes genuinamente comunistas no movimento sindical permitiria, pela primeira vez, o ingresso organizado da classe operária, com posições próprias, de corte nitidamente classista, na política nacional. Até então ela tinha sido mantida relativamente à margem do jogo político, seja devido a sua própria fragmentação orgânica, seja em virtude do tradicional apolitismo e apartidarismo de muitas correntes anarco-sindicalistas e libertárias.

O processo de incorporação dos comunistas, e das entidades sindicais a eles vinculadas, nas lutas políticas dos países do Cone Sul seria particularmente estimulado, a partir de meados da década, pela importância atribuída pelo COMINTERN ao movimento comunista e sindical latino-americano. Em 1925, é criado o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista e, em 1927, um Secretariado Sindical para a América Latina³⁰. A Internacional Sindical Vermelha começa a incluir a América Latina em sua área de interesse desde o Terceiro Congresso, realizado em Moscou em julho de 1924, logo após o Quinto Congresso da Internacional Comunista³¹.

No Brasil, as publicações do PCB revelam algumas referências ao PROFINTERN desde o período inicial, em 1922-23, mas, apenas a partir de 1925, a questão da organização comunista no meio operário assume contornos concretos, com a definição de uma política específica para o movimento sindical: é a época da política cominterniana de “frente única do proletariado” e das primeiras tentativas de formação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)³². Nessa mesma época, o PCB desenvolve a luta contra a velha estrutura “por ofícios” do sindicalismo brasileiro, propugnando uma organização e filiação por setores de indústrias, se possível em forma de federações, conforme o modelo sugerido pela IWW americana e adotado pelos comunistas³³.



Numa primeira tentativa para organizar o movimento sindical latino-americano, a ISV estimula, em 1926, uma conferência dos sindicatos de marítimos de alguns paí-

ses do continente. Reunido em Montevideu, o Congresso Continental dos Trabalhadores Marítimos contou com a presença de sindicatos dos EUA e do Chile, da tendência iww, e de alguns representantes de grupos de marítimos do Brasil e do Uruguai³⁴. Até 1927, no entanto, apenas duas centrais sindicais da região estavam filiadas ao PROFINTERN: a *Federación Obrera de Chile* e a *Confederación Obrera Nacional de Colombia*³⁵, esta última sendo porém uma entidade "de papel", à falta de um proletariado industrial relativamente importante nesse país³⁶.

Em abril de 1927, o PCB promove um congresso sindical, na tentativa de unificar sob seu controle o movimento sindical brasileiro e adiantar a constituição de uma CGT³⁷, não sem uma violenta oposição dos anarquistas: "embora

28. Cf. Dulles, *op. cit.*, pp. 278-296. O afastamento do Brasil da Liga das Nações — onde tinha sido, aliás, membro do Conselho, de 1920 a 1926 — significaria também o distanciamento em relação à OIT, com correspondente perda de respaldo internacional para grupos brasileiros de tendência socialista moderada.

29. Segundo informa um estudioso, em seu Segundo Congresso, realizado em 1930, esse Partido Trabalhista reuniu 181 delegados, representando 58 entidades sindicais, com uma adesão proclamada de cem mil trabalhadores. Cf. Poblete Troncoso e Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, *op. cit.*, pp. 77-78.

30. Ver Edgard Carone. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1970, p. 332.

31. Cf. Losovsky. *Le mouvement syndical international*, *op. cit.*, pp. 154-157.

32. Um representante do PCB, Antonio Canelas, tinha estado presente ao Quarto Congresso da IC, em fins de 1922; Astrojildo Pereira, o chefe histórico do PCB, visita Moscou em 1924 e, em 1928, outro delegado do Partido, Paulo Lacerda, comparece ao Sexto Congresso do *Comintern*; cf. Astrojildo Pereira. *Formação do PCB*, *op. cit.*, p. 69.

33. Cf. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil*, *op. cit.*, pp. 299-302. Cabe salientar que a IWW participou das atividades da Internacional Sindical Vermelha, numa primeira fase.

34. Ver Alexander. *Communism in Latin America*, *op. cit.*, p. 48.

35. *Idem, ibidem*, p. 47. A PAFL ou a FSI, ambas violentamente hostilizadas pelos comunistas, assim como a modesta AIT anarco-sindicalista, não podiam tampouco reivindicar adesões significativas num continente latino-americano que, com poucas exceções, não conheceu, em todo esse período, centrais sindicais nacionais realmente importantes.

36. Ver Alba. *Historia del movimiento obrero en America Latina*, *op. cit.*, pp. 401-2. A FOCH, por sua vez, que existia desde 1909, já havia aderido ao PROFINTERN logo da constituição deste último, em 1921, apesar da intensa oposição dos sindicatos socialistas e anarco-sindicalistas a ela afiliados. *Ibidem*, pp. 379-381.

37. O resultado seria a criação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro: Joaquim Barbosa, que um ano depois lideraria a "oposição sindical" ao PCB, seria eleito primeiro secretário, e João da Costa Pimenta e Roberto Morena designados segundo e terceiro secretários, respectivamente. Ver Dulles, *op. cit.*, p. 319.

se diga que o anarquismo deixou de ter impacto no movimento operário brasileiro a partir de meados da década de 20, é inegável que ele contribuiu para obstruir a ofensiva do PCB em prol da unidade sindical³⁸. Os próprios anarquistas reconheciam, entretanto, que os bolchevistas vinham ganhando terreno dentro das organizações operárias, mas atribuíam esse progresso às manobras de apoio da Internacional Sindical Vermelha, que já tinha realizado seu Terceiro Congresso³⁹.

Nessa mesma época, enquanto os anarco-sindicalistas da região se preparavam para uma Conferência Libertária Continental, convocada pela FORA argentina e pela CGT mexicana, os comunistas brasileiros continuavam a avançar decisivamente no terreno sindical, mesmo sofrendo o duro impacto da chamada “Lei Celerada”, de repressão a atividades políticas “ilegais”, sancionada em agosto de 1927⁴⁰.

No final desse ano, diversos líderes comunistas latino-americanos, reunidos em Moscou para as comemorações do 10º aniversário da revolução bolchevista, emitem longa declaração política onde, ao lado dos habituais ataques à PAFL e aos “amarelos” de Amsterdam, conclamam os sindicatos do continente a realizarem conferência em Montevidéu — então fixada para o final de 1928 — e destinada a criar uma Confederação Sindical Latino-americana⁴¹. Em nova reunião em Moscou, realizada em abril de 1928, os representantes latino-americanos redigiram novo manifesto dirigido às organizações operárias da região convocando a conferência para maio do ano seguinte, sempre em Montevidéu⁴².

Nessa fase, a orientação imprimida pelo PCB ao trabalho sindical gera divergências entre alguns dirigentes, desenvolvendo-se um movimento de críticas onde se acusava o PCB de estar “inteiramente fora das condições brasileiras” e de que sua “orientação era mais uma cópia ou ajustamento

de uma orientação ampla da Internacional [Comunista]”⁴³.

Indiferente a essas críticas, *A Classe Operária*, o órgão oficial do PCB, continuava a desenvolver ampla campanha em favor da criação de uma confederação sindical latino-americana, conforme as diretrizes do PROFINTERN, que acabava de realizar seu Quarto Congresso em Moscou⁴⁴. No final de 1928, efetivamente, o Terceiro Congresso do PCB, aplicando já as novas consignas de “frente única do proletariado”, adotadas no Sexto Congresso da IC — e, portanto, como reflexo da posição assumida em relação ao movimento sindical europeu — inicia a luta contra os “grupos socialistas no movimento operário”⁴⁵.

Na esfera continental, para preparar o Congresso de fundação da *Confederación Sindical Latinoamericana* (CSLA), começa a ser publicado, desde meados de 1928 em Montevidéu, *El Trabajador Latinoamericano*, o primeiro periódico verdadeiramente comunista em escala regional e que reproduzia obviamente as posições do PROFINTERN sobre a “luta ideológica” no movimento sindical⁴⁶.

Congregando forças para a conferência sindical de Montevidéu, as organizações vinculadas ao PCB reúnem, no Rio de Janeiro, de 26 de abril a 1º de maio de 1929, o Congresso Operário Nacional, “com o fim de passar em revista a situação trabalhista e constituir a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil”⁴⁷. Contando com a participação de mais de cem associações de trabalhadores, foram “aprovados os estatutos da CGTB e uma moção de apoio à *Confederación Sindical Latinoamericana*”⁴⁸. Como informou em depoimento pessoal um dos principais protagonistas, “no último dia do Congresso, em 1º de maio, foi eleita a delegação sindical que iria participar do Congresso Continental que se realizaria em Montevidéu”⁴⁹, ademais de outra delegação que seguiria para Buenos

Aires, para participar da "Primeira Conferência Latino-americana dos Partidos Comunistas", convocada pelo Secretariado Sul-Americano do COMINTERN⁵⁰.

Reunido de 18 a 26 de maio de 1929, e presidido pelo próprio líder da Internacio-

nal Sindical Vermelha, Alexander Losovsky, o congresso continental de Montevidéu congregou representantes sindicais de 15 países latino-americanos, além de delegados de associações de trabalhadores dos Estados Unidos (controladas por comunistas) e da

38. Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 320.

39. *Ibidem*, pp. 327-328.

40. *Ibidem*, pp. 334-339.

41. Cf. Alexander, *Communism in Latin America*, *op. cit.*, p. 49. Além de representantes de sindicatos ou centrais nacionais da Argentina, Uruguai, Cuba, Chile, México e Equador, a Resolução também recebeu o "apoio" da "Minoria Revolucionária dos Sindicatos do Brasil", na pessoa do estudante, e alfaiate de profissão, Heitor Ferreira Lima; cf. Dulles, *op. cit.*, p. 362.

42. Cf. Alexander, p. 49. Pouco depois, durante a realização do Sexto Congresso do COMINTERN, decide-se a transferência do Secretariado Sul-Americano da IC, de Buenos Aires para Montevidéu; *idem*, p. 35.

43. Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 351, que cita carta de Souza Barros, um dos integrantes da "oposição sindical". Na mesma ocasião, mas por motivos diferentes, deixou o PCB um grupo de intelectuais (entre eles, Livio Xavier e Rodolfo Coutinho) que se alinhariam na oposição trotsquista à política stalinista para o movimento comunista internacional. Em setembro-outubro de 1928, Joaquim Barbosa, que pouco depois lideraria essa "oposição sindical", publica um chamamento ao Congresso de Montevidéu, conchitando a "imprensa proletária a dedicar um sério trabalho em prol desse Congresso"; cf. Carone, *Movimento operário no Brasil*, *op. cit.*, pp. 428-430.

44. Alexander, p. 49. Dulles, p. 362. Sobre as relações entre o COMINTERN e a América Latina, ver a relação de documentos apresentada em Stephen Clissold (ed.). *Soviet relations with Latin America 1918-1968: A documentary survey*, Londres, Oxford University Press, 1970. Herminio Linhares faz referência à publicação, no Brasil, em 1928, do "Boletim da ISV", que seria provavelmente a tradução do *Bulletin de l'Internationale Syndicale Rouge*, editado em Paris; cf. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977, p. 71.

45. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. *Política e trabalho no Brasil: Dos anos vinte a 1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 136. Com a abertura do "terceiro período" na política da IC, cada Partido Comunista deveria estabelecer sua própria organização sindical, isolada dos demais grupos atuando contemporaneamente no movimento sindical, e filiá-la à ISV; cf. Alexander, p. 22. Sobre o Congresso de 1928 do COMINTERN e sobre a política sectária então adotada, ver o livro de Franz Borkenau. *World communism*, *op. cit.*, pp. 336-340. Esse autor, dirigente do Partido Comunista alemão e membro do Comitê Executivo da IC nessa fase, rompeu mais tarde com o movimento comunista, sem que no entanto sua obra sofra dos subjetivismos habitualmente freqüentes nos escritos de "intelectuais renegados".

46. Cf. Donald L. Herman (org.). *The communist tide in Latin America, a selected treatment*, Austin, The University of Texas Press, 1973, p. 14.

47. Dulles, *op. cit.*, p. 385.

48. *Ibidem*, pp. 385-6. Minervino de Oliveira foi escolhido Secretário-Geral da CGTB, embora os líderes efetivos fossem o operário gráfico Mario Grazini, de São Paulo, e o marceneiro-entalhador Roberto Morena, do Rio de Janeiro; *idem*, *ibidem*, p. 386.

49. Roberto Morena. *Entrevista*, Praga, 27.12.76 (Arquivo pessoal do Autor). Roberto Alexander fornece os nomes — na verdade os pseudônimos — dos sete delegados brasileiros ao congresso de Montevidéu, que representavam a CGTB, a União dos Trabalhadores Marítimos e Portuários do Brasil e o Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro: José dos Santos (provavelmente Mario Grazini), Antonio Gubellini (segundo depoimento de Roberto Morena, um operário do interior de São Paulo), Arnaldo da Silva (o próprio Roberto Morena, que voltaria a utilizar esse pseudônimo em reuniões ulteriores do PROFINTERN), José Augusto, Teodoro de Oliveira, Guilherme de Aguiar e Januário Vidal; cf. *Communism in Latin America*, p. 51.

50. Sobre o congresso de Montevidéu, ver Rollie E. Poppino. *International communism in Latin America: A history of the movement, 1917-1963*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1964, pp. 78-9 e 157-8. Sobre a participação brasileira a essa conferência, confira-se a visão pessoal de Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos: Memórias*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 68.

CGTU francesa⁵¹. O programa do encontro sindical continental compreendia, entre outros pontos, a luta contra os imperialismos britânico e americano [nessa ordem], a atitude frente à PAFL, o problema do índio e dos trabalhadores imigrantes⁵². Apesar de que a filiação ao PROFINTERN trouxe um certo respaldo internacional a suas atividades, a CSLA não logrou constituir-se em organismo realmente representativo do movimento operário continental: a adesão proclamada de 11 milhões de membros, através das centrais nacionais, nunca foi atingida, mesmo se se considera o conjunto dos trabalhadores organizados, de todas as correntes políticas, em toda a América Latina⁵³.

No Brasil, entretanto, o modelo adotado pela internacional sindical comunista, visando organizar o movimento operário sobre a base de sindicatos de indústria, iria ajudar a CGTB a conquistar uma certa audiência nos meios sindicais. Mas, já a partir de junho de 1929, uma intensa repressão policial, com a invasão da sede da CGTB no Rio de Janeiro, dificultaria sobremaneira a reorganização nacional do movimento operário nos moldes pretendidos pelo Partido Comunista. Os anarquistas, de seu lado, tentariam ainda retomar suas atividades sob o estímulo da AIT: depois de diversos ensaios abortados, os anarco-sindicalistas latino-americanos conseguiram finalmente criar, em 1929, a *Asociación Continental Americana de Trabajadores* (ACAT), mas não há evidências da participação de delegados brasileiros nesse congresso constitutivo que se reuniu em Buenos Aires⁵⁴. No que se refere às correntes trabalhistas e socialistas moderadas, o relativo progresso alcançado nos últimos anos da década na conquista de diversos sindicatos de trabalhadores urbanos — processo parcialmente favorecido pelas próprias autoridades governamentais, que manejavam, alternadamente, a cenoura e o bastão — não se veria apoiado, como no caso dos comunistas, por uma organização internacional

militante e combativa, capaz de levar adiante propostas políticas e econômicas por meio de um exército de combatentes disciplinado e eficaz.

De uma forma geral, a intensa mobilização social e política dos trabalhadores organizados, registrada durante toda a década de 20, apoiou-se mais em conflitos próprios à sociedade brasileira do que em diretivas gerais, formuladas fora do País, apesar de que estas pudessem desempenhar um papel relevante no caso dos comunistas. Assistia-se então, no Brasil, à contestação violenta e constante da velha ordem oligárquica, ainda dominante, por parte de elementos avançados da pequena burguesia radicalizada — dos quais muitos jovens militares — eventualmente secundados por grupos políticos, alguns pretendendo falar em nome dos trabalhadores. Quanto aos comunistas, eles inevitavelmente fariam apelo às fórmulas políticas e modelos de análise propostos nos centros do comunismo internacional, muitas vezes de maneira equivocada: a política de “frente única”, a hostilização constante dos demais grupos políticos trabalhando nos meios sindicais, a experiência de formação de um “Bloco Operário e Camponês” — consoante consignas emitidas desde Moscou — a condução da política de alianças com outras classes e tantas outras modalidades de intervenção comunista no cenário político nacional constituem, cada uma em seu contexto específico, diferentes etapas da aplicação das consignas gerais emitidas pelo núcleo dirigente do movimento comunista internacional⁵⁵.

Os “anos insurrecionais” do movimento comunista brasileiro se estenderiam até meados da década de 30, mas o padrão habitual do relacionamento Estado-trabalhadores seria transformado imediatamente após a vitória da Revolução conduzida pelo movimento político-militar da Aliança Liberal, em outubro de 1930: com a criação do Ministério do Trabalho — cujo primeiro titular foi Lindolfo Collor — o grupo que assumiu

o poder passou a privilegiar modalidades mais avançadas de ação social, atribuindo novas funções ao sindicalismo classista.

Apesar do apelo ainda remanescente do sindicalismo internacional — particularmente presente no caso dos grupos de obediência comunista — o movimento operário e sindical no Brasil passaria a ter sua ação pautada quase que exclusivamente pelos estritos limites do jogo político nacional, para cada vez mais encerrar-se num horizonte essencialmente interno em finais dessa década. Isso não quer dizer que depois de 1935, quando ocorre a tentativa frustrada de insurreição comunista, o trabalho organizado no Brasil permanecesse indiferente aos grandes movimentos do sindicalismo internacional, mas as grandes variáveis políticas e os grandes acontecimentos que ainda dividiriam as correntes políticas e sindicais internacionais nessa época — como a guerra civil espanhola ou a luta contra o nazi-fascismo, por exemplo — teriam escassa repercussão a nível especificamente operário no Brasil.

5. O “Estado Paternalista” e o declínio do internacionalismo

A chamada “questão social” emergiu poderosamente durante a campanha presi-

dencial que deveria decidir o sucessor de Washington Luís. No programa da aliança Liberal, Vargas já havia salientado a necessidade de adoção de um Código do Trabalho, a extensão do seguro social a todas as categorias de trabalhadores, a aplicação de leis relativas ao salário mínimo, férias, cooperativas de consumo, propondo ainda medidas de proteção ao trabalhador em matéria de instrução, higiene, alimentação, habitação, crédito e até mesmo recreação⁵⁶.

Vitoriosa a revolução liberal e instalado o Governo Provisório, começaria uma nova etapa para o movimento sindical e operário no Brasil, cujas relações com o novo poder institucional não seriam contudo despidas de ambigüidade. O Estado varguista, apesar de inspirar-se nos modelos corporativistas em vigor na Europa meridional e ibérica — chegando mesmo a aproximar-se ostensivamente do padrão mussoliniano em determinada fase de sua vigência — não permitiria ao sindicalismo brasileiro os frutos que uma vinculação internacional poderia trazer à condução de seus interesses no plano interno. Para a corrente de inspiração comunista, a situação se torna particularmente difícil em virtude de sua política de aberta hostilidade à Revolução de 30, mesmo se, numa segunda fase, as táticas extremamente sectárias determinadas pela direção da COMINTERN são

51. Cf. Clissold. *Soviet relations with Latin America*, op. cit., p. 12. Poppino, p. 79, apresenta a lista dos países representados. Victor Alba fornece um bom resumo de como se desenvolveu o congresso constitutivo da CSLA; ver *Politics and the labor movement in Latin America*, Stanford, Stanford University Press, 1968, pp. 321-22.

52. A agenda do congresso está reproduzida em Carone, *Movimento operário no Brasil*, op. cit., p. 428, e em Alexander, p. 50.

53. Ver Alba. *Politics and the labor movement*, op. cit. p. 322.

54. Segundo a doutrina anarco-sindicalista, a ACAT advogava uma estrutura federalizada, agrupando associações autônomas de trabalhadores de diversos países. Ver Poblette Troncoso e Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, op. cit., p. 133.

55. Sobre esse tema, ver a interessante análise desenvolvida por Ronald H. Chilcote *The Brazilian communist party: Conflict and integration, 1922-1972*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1974, “8. Conflict and integration with the cross-national environment”, pp. 194-214.

56. Cf. Dulles, op. cit., pp. 412-3. O seguro social, até então, era exclusivo das caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários e portuários, conquistado nos anos 20, em 1923 e 1926 respectivamente. Quanto à questão da organização dos trabalhadores, ela ainda estava restritivamente regulada pela velha “lei sindical” de 1907.

abandonadas em favor de um ensaio de colaboracionismo e de cooperação com as demais correntes organizadas do movimento operário.

Numa primeira fase do processo que se abre em 1930, os anarquistas e anarco-sindicalistas, aproveitando-se da derrocada da velha oligarquia e da desorganização eventual do PCB — este sob o impacto da repressão anti-comunista que precede e sucede à revolução da Aliança Liberal —, tentam reorganizar sob sua direção o movimento operário e sindical. Apesar de terem conseguido reativar a velha Federação Operária de São Paulo, os anarquistas não saberão contudo adaptar-se às novas contingências políticas do momento, sobretudo no que se refere às exigências advindas da lei de sindicalização compulsória de março de 1931. Eles paulatinamente perderão substância e capacidade mobilizadora, até tornarem-se verdadeiramente insignificantes no quadro do movimento operário brasileiro.

Já praticamente extinta como entidade internacional desde princípios da década de 30, a corrente anarco-sindicalista apenas assegurará sua sobrevivência, no continente latino-americano, por meio de alguns pequenos sindicatos argentinos e uruguaios, que ainda conseguirão manter o fantasma da ACAT até aproximadamente meados do século⁵⁷.

Os trotsquistas — que ganham um certo peso internacional com o estabelecimento, naquela mesma época, em Paris, da "Oposição Internacional" — conseguem, por sua vez, ganhar o controle da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo e passam a defender a aplicação das resoluções adotadas nos quatro primeiros congressos da IC como forma de conduzir o processo revolucionário brasileiro⁵⁸.

A partir dessa década, precisamente, uma nova corrente colaboracionista faz sua aparição no movimento operário organizado:

o sindicalismo católico. Já desde o começo do século, a Igreja vinha estimulando o surgimento de "sindicatos cristãos" com base na doutrina estabelecida pela Encíclica *Rerum Novarum*, mas a experiência não passou da implantação de alguns "círculos operários" nos centros industriais mais importantes. Com a ascensão do Cardeal Leme, Primaz do Rio de Janeiro, à vida política nacional — através de sua aliança com Vargas —, o movimento sindical católico ganha novo impulso: em 1932, é fundada a Confederação dos Operários Católicos, favorecida pela atitude favorável ao sindicalismo cristão adotada na Encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada no ano anterior. Como no caso das correntes do espectro socialista e reformista, não se tem reflexos da vinculação dos sindicatos católicos brasileiros e de sua, puramente formal, Confederação Nacional à CISC, a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, constituída desde 1920 (antes portanto da própria Internacional Sindical Vermelha). Apesar de discretamente corporatista e abertamente colaboracionista e conservadora, a corrente católica seria amplamente suplantada, no decorrer dessa década, pelo sindicalismo oficial, voltando a adotar formas de organização bem mais modestas, ao concentrar sua atenção nos tradicionais "círculos operários"⁵⁹.

O sindicalismo socialista internacional, através da FSI, conhece uma estabilização relativa nesse período e consegue mesmo desempenhar um papel político preponderante em alguns países. Mas suas atividades permanecem largamente restritas ao quadro europeu, sua área tradicional de atuação, enquanto que o PROFINTERN realizava alguns avanços no que então se designava de "regiões coloniais e semi-coloniais". As duas entidades internacionais haviam engajado, no decorrer da década de 20, conversações para lograr a chamada "unidade sindical internacional", mas, nos termos de um historiador "estas negociações não chegaram a nenhum resultado em virtude

da resistência de numerosas centrais sindicais reformistas e das concessões por demais hesitantes da ISV⁵⁷. A FSI — que, em 1931, tinha transferido sua sede de Amsterdam a Berlim e, com a ascensão de Hitler, se estabelece logo em seguida em Paris⁵⁸ — se sentiu tanto menos obrigada a cooperar com os comunistas na medida em que estes prosseguiram a política isolacionista do “terceiro período”.

No Brasil, a corrente comunista passava por sérias dificuldades: a Lei de Sindicalização advertia gravemente sobre a “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”, bem como explicitava a interdição de participar em atividades de entidades sindicais internacionais⁵⁹, posição esta tradicionalmente mantida a nível constitucional e na legislação específica desde então.

A fraqueza das correntes radicais do movimento operário brasileiro torna-se mais e mais evidente na medida em que, paralelamente à mudança na composição social do proletariado — com maiores aportes vindo agora mais do campo do que da imigração —, cresce a burocracia sindical associada ao Estado: “a oposição dos

comunistas e dos anarquistas à lei de sindicalização [obrigatória] deixou o campo livre às associações amarelas já existentes e às que seriam organizadas posteriormente pelo Ministério do Trabalho”⁶⁰.

Nessas condições, não é de se estranhar que a dimensão “internacionalista” dos sindicatos de filiação comunista tenha sido seriamente restringida nos primeiros anos da década de 30: ainda assim, a CGTB — reduzida pela repressão policial a um esqueleto de organização — se faz representar, conjuntamente com uma delegação oficial da CSLA, em uma conferência organizada pelo PROFINTERN, em Moscou, em finais de 1931. Na verdade, a CSLA, depois da conferência e do congresso constitutivo de 1929, não chegou a realizar nenhuma outra reunião continental, até sua extinção em 1935⁶¹.

A situação conhece alguma melhoria no ano seguinte, com a modificação da linha comunista para o movimento operário: em princípios de 1932, com o Comitê Central do PCB reunido em São Paulo, para escapar à repressão da capital, Basbaum consegue fazer aprovar sua posição sobre o trabalho sindical, “de que o PCB deveria estar presente nos sindicatos existentes, mesmo dominados pelo Ministério do

57. Cf. Poblette Troncoso e Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, op. cit., p. 133.

58. Cf. Dulles, op. cit., pp. 456-460.

59. Ver Lefranc. *Le syndicalisme dans le monde*, op. cit., pp. 57-58 e Alexander. *Reseña del movimiento obrero en la América Latina*, Washington, Unión Panamericana, 1950, pp. 12-13.

60. Cf. Wolfgang Abendroth. *Histoire du mouvement ouvrier en Europe*, Paris, François Maspero, 1967, p. 96.

61. Ver Lefranc, op. cit., p. 76.

62. Cf. Dulles, op. cit., p. 462.

63. *Ibidem*, pp. 463-64. Já em junho de 1933, estavam reconhecidas 372 entidades operárias e 74 patronais; nos sindicatos, estavam organizados, teoricamente, 168 mil operários, grande parte deles nas categorias de transportes, indústria têxtil, alimentícia e construção civil; *Ibidem*, p. 464.

64. Cf. Alexander. *Reseña*, op. cit., p. 15. Citando o líder revolucionário chileno Elias Laferte — em *Vida de un comunista*, Santiago, 1961, pp. 234-240 —, Clissold informa da passagem do brasileiro Arnaldo da Silva — na verdade Roberto Morena — por Montevidéu, em outubro de 1931, daí seguindo viagem para Moscou com a delegação da CSLA; ver *Soviet relations with Latin America*, op. cit., p. 18. A presença de Roberto Morena na conferência sindical internacional de Moscou foi confirmada pessoalmente em depoimento prestado ao Autor: Roberto Morena. *Entrevista*, Praga, 23.06.78. Como informa Dulles (p. 492), o líder comunista Mario Grazini era o representante da CGTB junto à CSLA nessa época.

Trabalho, e não criar novos sindicatos comunistas”⁶⁵.

Progressivamente, os comunistas brasileiros abandonam o sectarismo anterior e decidem intensificar o trabalho de proselitismo e de “cooperação com os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, com o propósito de assegurar, eventualmente, o controle dos mesmos”⁶⁶. Efetivamente, com a reversão da política excessivamente radical até então adotada, os comunistas conseguirão recuperar algum terreno no movimento sindical, o que — com o desaparecimento quase que definitivo dos anarquistas e a inexistência prática dos trotsquistas nos sindicatos operários — os habilitará a desempenhar um papel decisivo na política nacional a partir da redemocratização de 1945 e até os anos 60.

Essa nova tática, que trouxe seus frutos tanto em termos de novos adeptos para o PCB como de uma maior arregimentação nos sindicatos oficiais — já não haveria mais, a qualquer título, movimento operário independente — foi favorecida pela mudança das diretrizes políticas do COMINTERN em relação aos sindicatos de orientação socialista ou reformista. A OIT, classificada até

essa época pelo PROFINTERN como “uma das agências reformistas do imperialismo mundial”⁶⁷, deixaria de ser hostilizada com tal violência, tanto porque, ao aderir à Sociedade das Nações, em 1934, a URSS ingressava também no Bureau com sede em Genebra⁶⁸.

Ao fundirem suas próprias organizações sindicais nas confederações mais moderadas, controladas pelos adeptos da FSI ou pelas correntes reformistas, os comunistas latino-americanos, de modo geral, deram sua contribuição para o avanço do movimento operário e sindical continental como um todo⁶⁹. As diretrizes, porém, continuavam a emanar do centro: em 1934, uma conferência organizada em Montevideu pelo Bureau Sul-Americano da IC, aprovava a mudança da linha do “terceiro período” para a política de “frente popular”, como sugerido no cenário europeu⁷⁰.

Refletindo as novas posições adotadas no trabalho sindical, a corrente comunista organiza, no Rio de Janeiro, em 1934, um congresso sindical nacional, durante o qual foi fundada a “Confederação Sindical Unitária”⁷¹, cujas atividades se estenderiam até seu fechamento pelo governo Vargas, em 1935, no quadro da repressão à insurreição frustrada da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No plano internacional, e consoante o novo espírito “colaboracionista” dos comunistas, a própria Internacional Sindical Vermelha propõe, em março de 1935, à FSI, um congresso unificador, tendo no entanto recebido pronta recusa. Em 1937, numa das muitas viradas da política stalinista, os sindicatos soviéticos decidem negociar diretamente com o FSI sua adesão à internacional socialista⁷².

Depois do levantamento comunista de novembro de 1935, e paralelamente à repressão generalizada que se seguiu, o governo brasileiro decidiu instituir diversas medidas de controle político e ideológico dos sindicatos, enquanto desmantelava, por



outro lado, as organizações mais ativas no meio operário. Nessas condições, o movimento sindical brasileiro não participaria do processo de formação da primeira entidade sindical continental realmente representativa: a CTAL, *Confederación de Trabajadores de America Latina*. A partir da primeira Conferência Americana do Trabalho, realizada no Chile sob os auspícios da OIT, diversos líderes sindicais decidem constituir uma central propriamente latino-americana. Especialmente impulsionado pela CTM do México, o congresso constitutivo da CTAL se reuniu finalmente em setembro de 1938, na capital mexicana, com delegados de 13 países⁷³.

A experiência internacional do sindicalismo brasileiro ficou assim encerrada du-

rante dez longos anos, enquanto durou a fase autoritária e ditatorial do regime Vargas. Quando o movimento operário renascesse, em 1945, a atividade dos comunistas nos meios sindicais ficaria restrita a um breve período de legalidade, antes de nova fase de clandestinidade a partir de 1947 (destinada a durar mais de três décadas). De qualquer forma, cingido pela camisa de força de normas constitucionais "isolacionistas" e por uma legislação sindical restringindo o estabelecimento de centrais nacionais, o movimento operário e sindical brasileiro já não mais conheceria uma dimensão "internacionalista", como aquela praticada heroicamente pelas precárias organizações de anarquistas e comunistas nas primeiras décadas deste século.

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang. *Histoire du mouvement ouvrier en Europe*. Paris, François Maspero, 1967.
- ALBA, Victor. *Historia del movimiento obrero en America Latina*. Mexico, Libreros Mexicanos Reunidos, 1964.
- _____. *Politics and labor movement in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1968.
- ALEXANDER. *Reseña del movimiento obrero en la America Latina*. Washington, Unión Panamericana, 1950.
- _____. *Communism in Latin America*. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1957.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Uma antologia do movimento operário". *Plural*, São Paulo, Ano II, n.º 5, julho-setembro 1979, 169-172.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: Memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

65. Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 491, que cita Basbaum. *Uma vida em seis tempos, op. cit.*, pp. 120-121.
66. Dulles, p. 515, com base em depoimento do líder "pelego" Ari Campista.
67. Cf. Lusignan. *L'Organisation internationale du travail, op. cit.*, p. 26.
68. Na verdade, a URSS apenas participaria efetivamente dos trabalhos da OIT no pós-guerra, já no quadro da ONU, uma vez que no período anterior, as atividades do Bureau se restringiam às de uma organização consultiva. Cabe ainda mencionar que, em 1935, como consequência de sua saída da Liga das Nações, a Alemanha se retira do BIT, seguida pouco depois pela Itália e pelo Japão.
69. Cf. Alexander. *Communism in Latin America, op. cit.*, p. 24.
70. *Ibidem*, p. 36.
71. Ver Telles. *O movimento sindical no Brasil, op. cit.*, p. 33 e Linhares. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil, op. cit.*, p. 72.
72. Ver Alba. *Politics and the labor movement in Latin America, op. cit.*, p. 324.
73. Cf. Alba, pp. 322-323. O Brasil, contudo, apenas participaria das atividades da CTAL no pós-guerra, graças notadamente aos esforços de Roberto Morena, que, em 1948, seria eleito secretário daquela organização continental, ao mesmo tempo em que representava a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, de orientação comunista e surgida na redemocratização de 1945.

- BORKENAU, Franz. *World communism: A history of the communist international*. Nova Iorque, W.W. Norton, 1939.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1970.
- _____. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. São Paulo, Difel, 1979.
- CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian communist party: Conflict and integration, 1922-1972*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1974.
- CLISSOLD, Stephen (ed.). *Soviet relations with Latin America 1918-1968: A documentary survey*. Londres, Oxford University Press, 1970.
- DULLES, John W. F.. *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*. Austin, University of Texas Press, 1973.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. São Paulo, Difel, 1976.
- FOSTER, William Z.. *History of the three Internationals: The world socialist and communist movements from 1848 to the present*. Nova Iorque, International Publishers, 1955.
- HERMAN, Donald L. (org.) *The Communist tide in Latin America, a selected treatment*. Austin, The University of Texas Press, 1973.
- LEFRANC, Georges. *Le syndicalisme dans le monde*. Paris, Presses Universitaires de France, 1949.
- LINHARES, Herminio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- LOSOVSKY, C.F.A.. *Le mouvement syndical international, avant, pendant et après la guerre*. Paris, L'Internationale Syndicale Rouge, 1926.
- LUSIGNAN, Guy de. *L'Organisation internationale du travail, 1919-1959*. Paris, Editions Ouvrières, 1959.
- MANIFESTES. *Thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923* (reimpressão em fac-símile). Paris, François Maspero, 1972.
- MORENA, Roberto. *Entrevistas*. Praga, 26.12.76, 27.12.76 e 23.06.78 (Arquivo pessoal do Autor).
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB, 1922-1928*, Lisboa, Prelo, 1976.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: Dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. O proletariado industrial na Primeira República in FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano, 2º vol.: sociedade e instituições*. São Paulo, Difel, 1977, 135-178.
- POBLETE TRONCOSO, Moisés e BURNETT, B.G. *The rise of the Latin American labor movement*. Nova Iorque, Bookman Associates, 1960.
- POPPINO, Rollie E. *International communism in Latin America: A history of the movement, 1917-1963*. Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1964.
- RODRIGUES, Pedro. Roberto Morena: 60 anos de militância sindical, *Plural*. São Paulo, Ano I, nº 4, abril-junho, 1979, 68-81.
- _____. O sindicalismo internacional e o movimento operário no Brasil: A experiência dos anos vinte, *Plural*. São Paulo, Ano II, nº 5, julho-setembro 1979, 49-71.
- _____. Brasileiros na Espanha, *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, volume 9, 1980, 125-158.
- _____. Roberto Morena: o Operário, o Militante, o Homem", *Memória e História*. São Paulo, nº 3, Instituto Astrojildo Pereira — Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro — Editora Novos Rumos, 1987, 15-32.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

FOLGUEDO CARNAVALESCO, MEMÓRIA E IDENTIDADE SÓCIO-CULTURAL *

Olga R. de Moraes von Simson

Faculdade de Educação — Centro de Memória/UNICAMP
Centro de Estudos Rurais e Urbanos

Estas reflexões surgiram de um longo trabalho de pesquisa que deu origem a duas teses, uma de mestrado e outra de doutorado, tratando do fenômeno carnavalesco na cidade de São Paulo nos últimos dois séculos¹. O que ora desejo discutir se liga mais diretamente a minha tese de doutorado, que reconstrói o processo de criação, transformação e institucionalização do carnaval popular paulistano cobrindo o período que vai de 1914 a 1988. O ano de 1914 corresponde ao primeiro desfile de um agrupamento popular especialmente criado para se apresentar no carnaval paulistano e 1988 se refere ao ano em que detectamos, junto aos dirigentes das entidades carnavalescas, uma preocupação nova encarando suas entidades como responsáveis não só pelos desfiles de Momo, mas também pelo bem-estar e pela formação de novos membros para a agremiação, durante todo o decorrer do ano.

Baseada em múltiplos suportes empíricos, mas tomando como fontes privilegiadas os depoimentos orais de velhos foliões paulistanos e análise de fotos antigas coletadas junto aos carnavalescos do passado, pude-

mos reconstituir a maneira como se brincava o carnaval nos bairros populares da São Paulo na primeira metade deste século, fossem eles bairros operários, habitados por descendentes dos imigrantes estrangeiros (principalmente italianos, espanhóis ou portugueses) ou constituíssem territórios onde o contingente de população negra era o mais significativo².

Quais as principais conclusões desse trabalho de reconstituição histórico-sociológica, de um fenômeno cultural tipicamente urbano, onde podemos salientar:

- O modelo para a elaboração dos folguedos populares, fossem eles brancos ou negros, foi sempre o carnaval burguês de estilo veneziano, importado pelos estratos superiores da sociedade brasileira em meados do século passado. Esse carnaval cidadão-burguês se exprimia por desfiles luxuosos realizados pelas ruas e praças principais das cidades economicamente mais pujantes. Tais desfiles que contavam com vários carros alegóricos ou de cri-

* Este trabalho foi apresentado na sessão "Memória, tradição e ancestralidade" do Seminário Temático "Em busca de uma identidade nacional", realizado durante o XIV Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu nos dias 22 a 26 de outubro de 1990.

1. *A burguesia se diverte no reinado de momo: Sessenta anos de evolução do carnaval paulistano — 1850-1915*. Dissertação de Mestrado apresentada à F.F.L.C.H. da USP, 1984, (mimeo) e *Branco e negro no carnaval popular paulistano*. Tese de Doutorado apresentada à F.F.L.C.H. da USP, 1989 (mimeo).

2. Em São Paulo, os três grandes redutos negros foram os bairros da Barra Funda, do Bexiga e da Baixada do Glicério, zonas de difícil ocupação urbana devido a problemas ocasionados por enchentes freqüentes ou devido à existência de encostas muito escarpadas, onde, portanto, os terrenos eram baratos e os aluguéis acessíveis à população mais pobre formada por negros ou imigrantes recém-chegados.

tica, montados pelas sociedades carnavalescas, eram complementados por bailes de máscaras em salões e teatros e pelo *corso*, realizado pelas famílias mais abastadas, que percorriam em carros abertos a região central dos aglomerados urbanos²;

- O carnaval popular branco copiou, com os recursos que pôde reunir junto ao comércio e à indústria dos bairros de origem e graças a longo e persistente trabalho artesanal, realizado durante meses pelos foliões operários, o modelo dos estratos sociais mais elevados. Os foliões brancos montavam também desfiles de carros alegóricos ou de crítica nos quais o aspecto da criação visual era o mais valorizado, pois permitia a expressão de uma criatividade operária expressa em ferro, madeira e papelão, diuturnamente embotada no rotineiro trabalho fabril. A música ficava em segundo plano nesses desfiles e a dança praticamente inexistia;
- O carnaval negro, não podendo contar com muitos recursos, criou folguedos novos — os cordões e posteriormente as escolas de samba — nos quais o aspecto visual não tinha, a princípio, grande importância, sendo a música e a dança, especialmente criadas para a ocasião, os principais atrativos de suas apresentações carnavalescas;
- Os dois grupos examinados, brancos e negros, tinham uma visão diametralmente oposta em relação ao carnaval. As associações e clubes brancos encravavam o Tríduo de Momo como uma oportunidade valiosa para angariar fundos, através de grandes bailes pagos, que atraindo os moradores do bairro de origem e de bairros circunvizinhos, geravam os meios econômicos suficientes para manter em funcionamento os clubes do bairro, associações que organizavam o lazer da população local por

todo o resto do ano, com os meios gerados pelo carnaval de salão. Os agrupamentos negros, por outro lado, realizavam durante o ano bailes, festas e promoções variadas com o intuito de reunir o numerário necessário para a montagem de um belo desfile de Momo. Portanto, o carnaval de salão era o festejo mais valorizado pelos foliões brancos, pois constituía significativa fonte de renda, enquanto os desfiles de rua representavam o auge das folganças do carnaval negro, pois representavam uma forma eficiente para esse grupo se afirmar sócio-culturalmente na vida urbana de uma cidade como São Paulo, caracteristicamente reconhecida como branca, imigrante e discriminadora.

Essa valorização diversa se patenteou quando transformações havidas na cidade, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, levaram à periferização da população de menor renda, forçando a destruição dos grupos de vizinhança que serviam de base para os dois tipos de folguedo. O carnaval branco simplesmente desapareceu, seguindo o destino dos grupos residentes nos bairros operários, os quais, em sua maioria, foram expulsos para zonas mais afastadas do centro urbano. O carnaval negro, entretanto, foi capaz de se reorganizar através da criação de uma rede de filiais dos cordões e escolas de samba, filiais essas que tinham como sede a casa de membros mais influentes das agremiações (geralmente as costureiras). As filiais das agremiações carnavalescas situadas em bairros periféricos, geralmente das zonas norte e leste da cidade, realizavam um importante trabalho preliminar de organização e ensaio dos folguedos que só buscavam a sede, situada em bairros centrais tradicionalmente de forte presença negra, para os ensaios finais. Além de não desaparecerem, os folguedos negros saíram fortalecidos de todo esse processo, conquistando novos membros para as alas mais antigas e for-

mando mesmo novas alas com sede na periferia. Com o passar dos anos a tradição do samba se difundiu nas zonas periféricas da cidade engendrando novas agremiações com sedes nas regiões de maior concentração negra como Casa Verde, Peruche, Taboão e Jabaquara.

Por que os folguedos negros foram capazes de superar as conseqüências do processo de periferização da população paulistana de baixa renda?

Nossa hipótese explicativa é a de que para a população negra paulistana, o carnaval tem um significado maior: é a oportunidade de ela se expressar sócio-culturalmente para uma sociedade, a princípio escravocrata e posteriormente branca, imigrante e altamente discriminadora. O espaço do carnaval foi sempre utilizado pelos grupos negros para o exercício do que chamamos de "resistência inteligente"⁴. É aquela resistência que se exerce no cotidiano, ao nível da cultura, aproveitando as brechas que a religião, o lazer e a política possam apresentar e que o negro paulistano soube sempre alargar, transformando a sua maneira de festejar Momo na manifestação carnavalesca predominante, no espetáculo hoje assistido por todas as classes sociais e veiculado, via meios de comunicação de massa, para todo o País. Além de divertimento, o carnaval negro começa também a ser utilizado — por suas lideranças mais conscientes — para novas conquistas sociais que pode-

rão beneficiar a população sambista paulistana durante todo o ano e a mais longo prazo⁵.

Memória e identidade sócio-cultural

Ao realizar a pesquisa acima resumida, trabalhamos primordialmente com a memória dos velhos foliões, utilizando o que se denomina de método biográfico. Foi um desafio fascinante pois tal método permite lidar com aspectos histórico-sociológicos ao captar, através da visão de um indivíduo, o desenvolvimento cronológico do fenômeno em estudo, inserido no contexto mais amplo da sociedade; possui um caráter dinâmico, pois permite resgatar os processos sociais que deram origem aos fenômenos estudados possibilitando também um acompanhamento, pelos relatos dos informantes, dos avanços e retrocessos de tais processos; apresenta ainda um caráter dialético ao obrigar o pesquisador que o utiliza a um constante confronto entre a teoria, as noções que ele já possui a respeito do objeto da pesquisa e a prática social concreta apresentada pelo informante. Tal



3. Para maiores informações sobre o carnaval do século XIX e início do século XX, um carnaval dominado pelas classes sociais mais abastadas consultar: Olga R. de Moraes Von Simson, *A burguesia se diverte no reinado de momo: Sessenta anos de evolução do carnaval paulistano — 1850-1915*.
4. Para maior aprofundamento do tema resistência inteligente consultar: Neusa M. Mendes Gusmão & Olga R. de Moraes Von Simson, "A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente" in *Ciências sociais hoje*, 1989, Vértice/ANPOCS, pp. 212 a 243.
5. Estamos nos referindo às tentativas de algumas agremiações carnavalescas como a Nenê de Vila Matilde e a Unidos do Peruche de montarem em suas quadras creches e cursos de arte e artesanato para filhos de membros da escola e para crianças residentes próximas à mesma. Para maiores informações a respeito consultar: Olga R. de Moraes Von Simson, *Recriando no samba: Um projeto de educação extra-escolar da escola de samba Unidos do Peruche*, projeto de pesquisa, CERU, 1990, (mimeo).

característica nos obriga também a realizar um constante repensar, ao longo da pesquisa, das técnicas de coleta, registro e análise dos dados.

Mas o que mais motiva o pesquisador é o fato de lidar com memórias individuais que focalizam sempre fenômenos sociais e são reconstruídas com os olhos do presente. Tal material de pesquisa além de fornecer uma quantidade significativa de informações de caráter histórico-sociológico introduz também com frequência, na própria construção dos depoimentos, o fator da emoção que enriquece e matiza o ato de pesquisar. Nesse trabalho ficou muito nitido o que alerta Adélia B. de Menezes: a palavra *recordar*, quando buscamos o seu sentido etimológico, explica bem essa inclusão da emotividade ao significar “colocar (de novo) no coração”⁶.

Refletindo, *a posteriori*, sobre o processo de coleta dos depoimentos orais e examinando em sua globalidade os relatos dos velhos foliões brancos e negros pudemos levantar alguns pontos interessantes para discussão.

Para ambos os grupos estudados ficou patente que os fatos vivenciados no presente ordenavam a construção do seu passado carnavalesco. Percebemos, entretanto, que enquanto os relatos dos foliões negros cobriam todo o espaço de suas vidas, desde a infância mais remota até a data da coleta, aqueles dos carnavalescos brancos representavam apenas uma parte de suas experiências, em grande parte contida no espaço da juventude. Essa diferença determinava uma grande segurança, enquanto informantes, para os elementos negros que concediam depoimentos individuais, geralmente subdivididos em duas ou mais sessões, para que pudessemos abarcar toda a riqueza de informações que eles podiam nos fornecer. Os depoentes brancos, por outro lado, não apresentavam grande segurança quanto às informações

que lhes solicitávamos, preferindo na maior parte das vezes participar de sessões conjuntas de coleta de depoimento, para que as memórias de uns detonassem o processo de recordar dos outros, permitindo assim que informações fossem checadas e fatos duvidosos esclarecidos.

Uma possível explicação para essa diferença reside no fato de a memória do grupo negro se constituir numa das muitas memórias subterrâneas, de nossa sociedade. Michael Pollack explica que as memórias subterrâneas, por divergirem da memória coletiva de uma sociedade, ficam relegadas ao esquecimento e só se manifestam em situação de conflito ou quando pesquisadores — utilizando o método da história oral — criam um espaço para sua emergência. Diz esse autor: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional e essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”⁷.

Assim, a memória do carnaval negro paulistano tinha sido cuidadosa e efetivamente guardada durante décadas pelos grupos familiares que deram origem às agremiações carnavalescas mais antigas (os cordões) e mantida mais recentemente pelos agrupamentos que fornecem uma rede de sociabilidade para a população de cor da cidade (as escolas de samba). É Pollack novamente que, baseado em suas experiências com grupos dominados europeus, explica o processo de manutenção dessa história comum: “Opondo-se à mais

legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política e são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”⁶.

Quanto à memória do carnaval branco, por se constituir em um acervo que não diverge da memória coletiva, não parece ter passado por um processo cuidadoso de resguardo, manutenção e transmissão, o que ocasionava muito maior dificuldade aos informantes para reconstruí-la. Esse fato ficou patente quando, por ocasião da tomada de depoimentos orais, membros mais jovens da família do depoente estavam presentes, pois houve algumas vezes surpresa e às vezes até um certo estranhamento, por parte de netos ou sobrinhos mais jovens, ao tomar conhecimento que seu avô ou tio tinha sido um animado e atuante folião na juventude, o que denota a não-transmissão e até mesmo um certo silêncio dos informantes sobre aspectos de suas vivências anteriores.

Quando examinamos o conteúdo dos dois blocos de relatos coletados, aparecem algumas diferenças e peculiaridades que julgamos interessantes ressaltar.

Para o carnaval operário branco, o fio orientador da construção da maioria dos depoimentos foi o da perda de qualidade de vida, vivenciada pelos informantes na cidade de São Paulo no período focalizado. Essa sensação de perda não se referia entretanto às condições concretas de existência, pois os depoentes apresentavam em seus relatos indícios claros de ascensão social ao longo das trajetórias de vida.

Muitos haviam conseguido encaminhar seus filhos ou netos à universidade, a maioria tinha deixado de ser operário, exercendo outro tipo de ocupação mais suave no trecho final da vida. Os antigos bairros operários haviam se transformado em regiões habitadas por classe média e, muitos daqueles que deles haviam se mudado, residiam atualmente em bairros cujas condições materiais de existência eram muito superiores às dos antigos bairros proletários. A sensação de perda sentida por todos eles estava, na verdade, ligada a uma falta de contatos sociais significativos na fase mais recente de suas vidas, levando a um processo de isolamento social motivado tanto pela destruição dos antigos grupos de vizinhança, responsáveis pela organização dos velhos folguedos carnavalescos, como pelas novas condições de vida impostas por uma metrópole em rápido processo de crescimento.

Os relatos dos carnavalescos negros, por outro lado, revelaram um fato que nos surpreendeu. Embora a solicitação da pesquisa fosse a de que nos contassem suas vidas, sob o enfoque do carnaval, quando examinamos em profundidade os depoimentos colhidos para buscar o fio orientador da narrativa, a atividade de trabalho do informante apareceu como a variável condutora da construção das falas. Para alguns informantes, cuja capacidade de elaboração do relato era mais aguçada, foi até mesmo possível construir trajetórias de vida paralelas que mostraram claramente como ao longo de toda existência o folião realizara uma dupla jornada de trabalho. Dois terços do seu dia eram dedicados à atividade de subsistência, exercida geralmente no setor informal que, não exigindo horários de trabalho muito rígidos, permitia a

6. Adélia B. de Menezes, *Memória e ficção*, neste volume.

7. Michael Pollack. "Memória, esquecimento e silêncio" in *Estudos históricos. Memória*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, SPDOC/Vértice, 1989, p. 4.

8. Michael Pollack, *op. cit.*, p. 8.



ele reservar o terço final de seu tempo para atividades ligadas a princípio ao esporte e posteriormente ao espaço musical (samba) e/ou carnavalesco.

Tais atividades não-remuneradas eram encaradas pelos informantes negros como possíveis brechas que lhes possibilitariam uma eventual ascensão sócio-econômica, por eles visualizada como praticamente impossível via mundo do trabalho. O relato e enumeração das atividades ligadas ao esporte e à música eram geralmente organizadas pelos informantes que os relacionavam sempre às atividades de subsistência que, fundamentais para a sobrevivência, deveriam entretanto permitir um tempo livre e muitas vezes engendravam relações de companheirismo e amizade que eram transpostas para o espaço, visto como do não-trabalho, porque geralmente dedicado ao futebol e ao samba.

É o caso, por exemplo, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde que tendo vivenciado, desde a mais tenra idade até a época atual, todas as fases do carnaval popular paulistano, permitiu-nos retratar sua dupla trajetória de vida, uma no mundo do trabalho visando sua subsistência e da família e outra, paralela, no mundo do esporte e do samba, buscando sempre uma possibilidade de ascensão social. Na

verdade, quando analisadas objetivamente, essas duplas trajetórias configuram um duplo processo de exploração que o mantém ocupado 14 a 16 horas por dia: uma parte dedicada à sua manutenção e da família, realizando trabalhos informais mal remunerados, e outra preparando gratuitamente apresentações musicais ou desfiles carnavalescos para divertimento da sociedade em geral.

Michael Pollack em suas pesquisas com dissidentes soviéticos, com sobreviventes de campos de concentração ou com trabalhadores forçados alsacianos também percebeu a existência de um elemento ordenador dos relatos e observou a respeito: "A despeito de variações importantes encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leitmotiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade e não apenas como relatos factuais. Por definição a reconstrução *a posteriori*, a história de vida, ordena acontecimentos que balizaram uma existência (...) Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros"⁹.

Outra observação interessante suscitada pela análise em bloco dos depoimentos, tentando entender sua forma de organização e construção, refere-se ao próprio processo de rememorar que pudemos observar em pleno funcionamento para indivíduos de origens, idades e níveis sócio-educacionais diversos, durante a longa fase de coleta dos depoimentos para a pesquisa. Havia claramente fatos e aspectos mais fáceis de serem reconstruídos pela memória e alguns cuja rememoração era difícil, quando não praticamente impossível. Houve casos em que pudemos perceber algumas razões que possivelmente podem explicar tais dificuldades.

As perseguições policiais sofridas pelas agremiações negras paulistanas até épocas muito recentes, por exemplo, eram a princípio deixadas de lado e não mencionadas pelos elementos mais velhos, acostumados a "pedir a benção" das autoridades para poder desfilar pelas ruas da cidade. Foram muitas vezes os elementos mais jovens, parentes ou colegas de agremiação, presentes ao local das entrevistas, que lembrando com clareza essas situações de nítida discriminação, ressaltavam-nas quase obrigando os depoentes mais idosos a mencioná-las em sua total intensidade de significado. Esse fato ficou bem configurado durante a coleta da história de vida de Pé Rachado, um importante líder carnavalesco paulistano dirigente de agremiações famosas, realizada em 1981 na própria casa do depoente. Durante a realização da mesma, chegou seu filho mais velho que se manteve ao lado, silencioso, mas atento ao desenrolar do relato. Ao perguntar a Pé Rachado se ele havia enfrentado dificuldades com a polícia, durante sua longa atuação como líder carnavalesco a resposta inicial foi: — "Não, nunca tive problemas com a polícia". O filho então não se conteve e interpelou o pai: — "Puxa, pai, você se esqueceu que até 1972 nós ainda levávamos pau da polícia!" Ante a enfática colocação do filho o informante reconheceu as dificuldades enfrentadas em várias ocasiões e passou a relatá-las.

Outro informante, ao reconstruir a vida de sua agremiação tomando como referência os temas do desfile carnavalesco de cada ano, permitiu perceber como a imposição de assuntos de caráter mais branco e erudito, a princípio via pressões sócio-culturais e posteriormente via regulamentos do desfile, causava sérios impasses à criatividade dos foliões negros, os quais se refletiam na própria fixação pela memória, desses desfiles que pouca identidade apre-

sentavam com sua cultura e vivência cotidianas.

Pudemos perceber claramente esse fato durante a série de entrevistas que realizamos com Seu Nenê de Vila Matilde onde ele reconstituiu toda a trajetória de sua agremiação, uma das mais antigas escolas de samba de São Paulo. Como a Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, ao completar 30 anos de existência em 1979, havia organizado um Diploma Histórico onde apareciam listados em ordem cronológica os temas inspiradores dos desfiles da escola, desde sua fundação até aquela data, o informante resolveu tomar essa listagem como roteiro orientador da reconstrução da história da agremiação. Pudemos então perceber claramente que os desfiles cujos temas estavam relacionados à cultura afro-brasileira, eram recordados muito mais facilmente e de maneira muito mais prazerosa pelo informante, enquanto aqueles que se baseavam em assuntos da cultura branca e erudita apresentavam grande dificuldade para serem rememorados e, muitas vezes, somente o refrão do samba-enredo conseguia ser cantado, ficando todos os outros detalhes do desfile relegados a um limbo da memória, incapaz de ser ativado.

Cabe-nos ressaltar, à guisa de conclusão para estas reflexões, que:

- O processo de rememorar se faz geralmente motivado por um fato externo e no caso o papel do pesquisador foi fundamental na construção desses relatos. Se a solicitação da reconstrução da história de suas vidas, ligada ao carnaval, não tivesse existido, provavelmente muitos fatos do passado permaneceriam armazenados nas memórias dos depoentes de forma aleatória, sem um significado maior. Uma observação de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde,

feita em um de seus depoimentos, nos fez perceber claramente esse fato. Disse ele: "A senhora está me fazendo lembrar de coisas tão antigas que eu já nem sabia que tinha na memória". Alguns anos depois, em 1988, durante uma Mesa Redonda durante o Simpósio Internacional da Escravidão, realizado no Departamento de História da USP, que teve por título "100 anos de liberdade, 100 anos de luta: A palavra dos lutadores", Seu Zezinho confessou publicamente que nossas longas sessões de rememoração e gravação da memória do carnaval paulistano o haviam influenciado de tal maneira que, depois e como consequência delas, ele havia composto alguns sambas focalizando aspectos de sua vida passada, enxergados sob nova forma após essa experiência conjunta. Hoje, certamente não mais seria possível recuperar essa história dos folguedos populares do carnaval paulistano, ligada ao próprio desenvolvimento da cidade, pois muitos dos nossos informantes não estão mais vivos para realizarmos em conjunto esta tarefa;

- Os relatos são construídos tendo em vista um interlocutor definido, numa "situação de interação social, de

comunicação onde se defrontam o pesquisador com um projeto definido e o pesquisado que, aceitando a proposta, faz um relato de sua existência onde está contida uma mensagem ao interlocutor"¹⁰;

- Nesse sentido, o grupo negro para quem o carnaval possuía um significado que ia além do simples brincar, da fruição do momento e das companhias, demonstrou uma capacidade muito maior de entender o objetivo da pesquisa e conseqüentemente de elaborar depoimentos mais organizados e com mensagens mais nítidas ligadas a sua afirmação sócio-étnica-cultural numa sociedade predominantemente branca e discriminadora. O grupo branco, por outro lado, foi também capaz de elaborar uma mensagem veiculada através dos depoimentos, mas esta possuía um caráter mais individualizado e, ao que parece, um menor significado para os depoentes, que não se viam como integrantes de um grupo étnica e socialmente definido cuja memória era importante registrar. Sua mensagem, apesar de conter um claro protesto quanto à situação atual de vida na grande cidade, apresentava nitido cunho nostálgico, de perda de um *modus vivendi* afetiva e socialmente mais rico, numa cidade mais humana.

10. Lucila Brioschi e Maria Helena Trigo. *Família: Representação e cotidiano — Reflexões sobre um trabalho de campo*, São Paulo, CERU/CODAC-USP, Col. Textos, Nova Série, n.º 1, p. 38.

O PRAZER LITERÁRIO: RESSONÂNCIA DO OUTRO? *

Cleusa Rios Pinheiro Passos

Professora do Departamento de Teoria
Literária e Literatura Comparada da FFLCH/USP

Uma das constantes preocupações dos estudiosos da relação entre Psicanálise e Literatura está em buscar ecos significativos de uma disciplina na outra. Entretanto, dada a amplitude e complexidade do assunto, parece prudente restringirmo-nos a pequenas trajetórias visando circundar alguns aspectos, que, associados a análises igualmente menos extensas, acabem por delinear estudos mais totalizadores. Nosso trabalho propõe-se, assim, rastrear uma das faces do problema, partindo de um tema instigante e preciso: Como a voz do Outro ressoaria na Literatura?

Do latim *vox-vocis*, o termo comporta, entre outras, as acepções de “som”, “fala”, “manifestação verbal”, “sugestão íntima”. Compreendê-lo como “escuta”, “palavra” e “pulsão invocante”, noções vinculadas à psicanálise, mas também manifestas na literatura (de forma mais ou menos explícita) aponta forte contigüidade entre os dois campos de conhecimento. Por sua vez, “outro” contém a idéia de “diverso do primeiro”, “diferente”, assinalando dessemelhanças entre ambos.

Na tentativa de articular a questão, pode-se pensar a voz da psicanálise como um saber outro, presente no ato de criar o texto literário ou em nosso modo de lê-lo, o que, em aparência, constitui rota contrária à efetuada por Freud.

A sedutora voz da literatura — muitos já o frisaram — ecoa em alguns de seus escritos, ora para comprovar descobertas relativas à análise psicanalítica, ora para empregar seu método e “escuta” em obras literárias e produções artísticas.

Das passagens teoricamente dedicadas ao assunto, lembremos, em especial, de “Formulações sobre os dois princípios dos eventos psíquicos”¹, onde a arte é encarada como um meio de reconciliar os princípios de realidade e prazer, salientando-se que o artista se identifica com todos os homens no descontentamento com a “renúncia à satisfação pulsional”², exigida pela realidade. Entretanto, graças aos dons artísticos, ele dá forma a seus fantasmas, tornando-os “imagens preciosas da realidade”, sem transformar “verdadeiramente” o mundo exterior. Tal satisfação — comum aos demais — constitui-se num fragmento da realidade, porque resultante da substituição do princípio do prazer pelo de realidade. A arte conciliaria esses princípios na medida em que nela convivem elaboração e traços fantasmáticos.

Assim, a “ilusão artística” (expressão empregada em *Totem et tabou*³, um ano depois) seduz o homem insatisfeito, já que, produto também do fantasma, ela acaba

* Texto apresentado no III Simpósio de Psicologia Fenomenológica e Existencial, promovido pelo Instituto de Psicologia da USP e pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, em novembro de 1989.

1. Sigmund Freud. *Résultats, idées, problèmes I*, Paris, PUF, 1984, pp. 135-143.

2. *Id., ibid.*, p. 141.

3. *Id. Totem et tabou*, Paris, Payot, 1976, p. 106.

velando perturbadoras verdades. Não fugindo à regra, Freud se deixa capturar e trabalha os dois princípios psíquicos num espaço mágico que os reconcilia: o texto literário.

Obras de Sófocles, Dostoievski, Goethe, Shakespeare, tornam-se, assim, alvos de seu olhar. À guisa de exemplo, podemos retomar sua reflexão sobre *O rei Lear*, em "O tema dos três escrínios"⁴. Optando por uma interpretação mais mitológica do que psicanalítica, privilegia a morte e deixa de abordar o provável desejo incestuoso do rei pela filha.

André Green, em seu ensaio "Lear ou les voi(es)x de la nature"⁵, destaca o fato, concluindo que há, aí, índices de "certa ocultação". Por um lado, a leitura mitológica espelharia uma identificação entre o psicanalista e Lear, considerando-se suas preocupações com a própria morte; por outro, camuflaria desejos. Ainda segundo pesquisas do crítico, Freud contara a Breuer ter apelidado Marta, sua noiva, de Cordélia, e, a Ferenczi, confessara ter estabelecido um paralelo entre a "pequena Ana" e a personagem de Shakespeare.



Peter Gay, autor de *Freud: Uma vida para nosso tempo*⁶, faz referência ao episódio acrescentando-lhe que o "tema da filha mais nova"⁷ sempre atrairá o seu biografado.

Ao relatar tal passagem, Green visara mostrar que o psicanalista preferira analisar o complexo edípico do ângulo da criança e não do pai. Interessanos, entretanto, um aspecto não discutido explicitamente, isto é, ao revelar uma possível interpretação da obra literária, Freud acaba revelando-se.

Nesta perspectiva, o texto literário configura-se como um ambíguo espaço de prazer, reflexo de nossos desejos.

Se recorrermos ainda à máxima lacaniana — "o desejo do homem é o desejo do Outro"⁸ —, o fascínio de Freud manifestaria, além da escolha de um saber diverso para objeto de estudo, a relação especular leitor-texto, que reflete, via escritura, uma inquietante alteridade.

A teoria psicanalítica ofereceria, assim, um dos meios de apreensão desse "outro", justamente porque a literatura trabalha pulsões e faz aflorar desejos inconscientes — sem esquecermos, é claro, sua construção artesanal, sua fatura peculiar e a tradição artística na qual se insere ou, em poucas palavras: sua especificidade enquanto forma de conhecimento.

Metaforicamente, o texto funcionaria como imagem especular de segunda instância, representação virtual do outro que somos. Daí, sua grande sedução.

O apoio de Freud e Lacan permite aqui entender "voz" enquanto pulsão parcial e "Outro" enquanto "o lugar onde se inscreve tudo o que se pode articular com a cadeia significante"⁹, constituindo-se ambos campos do Inconsciente.

Ora, vinculada ao olhar, essa voz invocaria o Outro nos atos de ler e escrever, remetendo a complexas relações entre obra literária e Inconsciente — aliás, uma das preocupações teóricas da crítica interdisciplinar nos últimos anos. Procurando exemplificá-lo, via literatura, nossa atenção recai sobre uma pequena obra-prima de Julio Cortázar, *Continuidad de los parques*¹⁰. Muito oportunamente, o texto nos coloca frente a um leitor-personagem que, nos intervalos de seus negócios, lê um romance cujos protagonistas-

amantes planejam matar o marido, terceiro no triângulo. Envolvido pela trama, ele não percebe estar lendo seu próprio assassinato. Na sala, sentado em um sofá, de costas para a porta, não pressente a furtiva entrada do rival com o fim de eliminá-lo.

Entre as inúmeras interpretações possíveis, nossa abordagem se limitará a poucos e precisos aspectos ligados, de modo direto, ao tema proposto. O primeiro deles diz respeito à lúdica especularidade da leitura. Quatro olhares se espreitam circularmente: o do narrador (ao compor seus personagens), o do leitor-personagem (ao visualizar as figuras do romance), o do amante (ao aproximar-se do marido-rival) e o nosso (ao tentarmos abarcar todos os outros olhares).

Identidade e voyeurismo se patenteiam de imediato. Na verdade, porém, nessa *mise en abyme*, desempenhamos o mesmo papel que o leitor-personagem na busca de articulação, seja dos caracteres tipográficos ou palavras — especifica do ato de ler — seja do estabelecimento da representação textual, particular a cada um¹¹.

Com ele, temos a impressão de estar diante de um mundo banal, construído por clichês onde o erotismo da paixão proibida ganha contornos através de atalhos no bosque, a cabana de encontros ilícitos, o marido traído, o punhal, o bem traçado plano dos amantes (...) Esboça-se até o desenlace convencional: o “diabólico” plano deverá concretizar-se. Jamais superíamos, no entanto, que o marido fosse leitor de sua própria história. Ele também não. E a analogia persiste.

O mecanismo de repetição subjacente à trivialidade da intriga tem por função acentuar a cegueira do personagem-leitor que, fiel a seu desejo, segue a cadeia significante, “onde o sentido insiste”¹²: a mulher, o corpo desejado; o amante, o outro que ele é e não é.

O processo de identificação textual requer esclarecimentos. De um lado, ele e o amante têm por objeto de desejo o mesmo corpo; de outro, semelhante ao espelho, o amante reproduz sua imagem invertida, já que vive de maneira intensa o interdito da paixão secreta e do crime, enquanto ele cuida de negócios e, comodamente, lê, alheio a seu contexto e história pessoal. O parque de carvalhos delinea-se contíguo a sua sala e seu olhar não distingue linhas espaciais demarcatórias, assim como estas inexistem entre o romance e o conto lido por nós. Uma só ficção nos enreda.

Além disso, o marido-leitor sente um “prazer quase perverso” em afastar-se de seu meio e deixar-se absorver pela leitura, engendrando uma analogia a mais: imagens e protagonistas configuram um corpo tão desejável que ele acaba parte da trama.

A “outra” cena, a do desejo, cativa-o a ponto de esvair-se o princípio de realidade, presente no início, por meio de interrupções da leitura, provocadas pelos negócios, viagens ou conversas com o mordomo. Prevalece o princípio de prazer, responsável por sua cega e total entrega ao romance.

4. *Id. Essais de psychanalyse appliquée*, Paris, Gallimard, 1973 (Col. Idées, 243), pp. 87-103.

5. André Green. *In Critique*, Paris, Minuit, 284, janeiro 1971, pp. 3-19.

6. Peter Gay. *Freud: Uma vida para nosso tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

7. *Ibid.*, p. 395.

8. Jacques Lacan. *Escritos*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 297.

9. *Id. Le Séminaire, livre XX, Encore*, Paris, Seuil, 1975, p. 75.

10. Julio Cortázar. *Final del juego*, Buenos Aires, Sudamericana, 9ª ed., 1970, pp. 9-11.

11. André Green. *La Déliaison*, in *Littérature*, Paris, Larousse, 3, 1971, pp. 33-52.

12. Jacques Lacan. *Op. cit.*, p. 233.

Lúdica, a ficção reflete a imagem virtual do leitor que pode capitular ou dela distanciar-se. Em *Continuidad de los parques*, o leitor-personagem retém nomes e traços dos protagonistas, mas, ironicamente, não se reconhece. No espaço onde o desejo aflora, são as pulsões de ver e ouvir que impelem a *continuidad* do leitor em personagem, do sujeito em objeto do olhar, instituindo-se uma infinita cadeia de espreitas e “vozes” íntimas. Identificados à ótica do marido-leitor, vemos o personagem-amante sem sermos vistos; de igual modo, este vê seu rival (de costas) sem ser visto. A sugestão é clara: o texto também nos olha. Metaforicamente.

O problema se coloca quanto à perspectiva adotada diante do literário: a obra não pode ser apenas objeto de um prazer fantasmático, como na neurose. A leitura não pode constituir-se em um ato reificante a serviço do desejo e seu conseqüente logro. Ao lado do prazer, indiscutivelmente fundamental, é preciso estabelecer com ela uma relação analítica.

O conto de Cortázar insinua que não reconhecer o momento de nossa história retratado pela escritura — esse instante precioso em que, textualmente, se espelha a voz do Outro — significa ceder à ilusão artística sem a trabalhar. O risco consistiria em nosso desaparecimento como sujeitos da leitura, preço, aliás, pago pelo marido-leitor.

Por outro lado, literariamente, o Outro se corporifica na escritura; sua voz opera na fatura literária de modos distintos e peculiares a cada texto. Os tropos da retórica, as reiteraões ou ausências de termos, palavras chaves, lapsos, resumem alguns dos recursos lingüísticos empregados para sua conformação.

Em *Continuidad de los parques*, um dos meios de configurá-lo é o jogo de associações provocadas pela tradição dos gêneros. Ou seja, o romance de suspense, lido pelo personagem, segue o esquema organizacional predeterminado por tais textos. Ora, sua cristalização se rompe através de um conto também de suspense que — ambíguo — se apóia no gênero para transgredi-lo.

Logo, reafirma-se a construção especular das personagens. O conto condensa e reproduz o romance, invertendo-lhe, figuradamente, a imagem, uma vez que seu desfecho insuspeito põe em xeque o valor estético do gênero, enquanto repetição vazia de formas estereotipadas.

Em suma, o primeiro recobra o segundo, visando denunciá-lo. E, aqui, o conceito freudiano *Das Unheimlich* verifica-se componente interno de ruptura estrutural: o suspense se mantém não mais como fator constitutivo de uma invenção, criada para o prazer imediato e alienante, mas, vinculado à sensação de estranheza, transforma-se em um prazer de ordem diversa. Uma “outra” e incômoda voz — “a estranheza inquietante” — aflora no discurso para “pontuar”, literariamente, o cego retorno desse prazer, obrigando o leitor à visão e à escuta crítica. A “voz do Outro” torna-se, assim, instrumento de apreensão da obra, porque parte específica de sua fatura.

Concluindo, o distanciamento do fascínio inicial e a mudança do primeiro e talvez “ilusório” olhar para uma percepção crítica, portadora de “outro” fascínio (o da descoberta analítica) implica duas posições distintas: uma referente à análise literária em si, isto é, a busca da tessitura do discurso, sua literariedade, seus elos com o contexto ou a tradição literária. A segunda liga-se ao reconhecimento de marcas de um mundo pessoal, captadas também pela “escuta” analítica dessa voz onde ecoa o Outro.

A interação das duas posições levaria, portanto, a uma abordagem mais rica e abrangente do texto literário, o qual, além de apreendido em sua especificidade, atuaria como um espaço especular e ressonante em que traços fragmentários e significativos da vida do leitor se revelariam, permitindo-lhe, até, a reconstrução de sua história.

Nesse aspecto, a "voz do Outro na literatura" parece resgatar a questão final do ensaio de Freud, "A criação literária e o sonho acordado"¹³: o efeito de prazer proveniente da obra literária não se explicaria, em parte, pela possibilidade de nela realizarmos livremente nossos fantasmas?

O problema está em que a linguagem literária, por ser multívoca, vai sempre além da plena realização fantasmática, aqui encarada como uma das linhas de força do texto. O prazer estético configura não um elemento isolado de satisfação (o fantasma), mas a fruição global da série de "expedientes verbais" (Barthes¹⁴). Preso ao texto, o fantasma se desvela por meio dele e só pode ser compreendido através de apurada análise textual. Uma vez que é parte integrante de uma elaboração artística, isolá-lo é desfazer o todo sem, com isso, conseguir dar ao elemento isolado a significação abrangente e cativante que tem na tessitura textual.

É esse efeito da totalidade que, ainda hoje, nos escapa. Preserva-se, essencialmente, no prazer estético, uma magia indevassável — que persiste, mesmo após a análise. Tal magia não prescinde da "voz" do Outro, nem se atém a ela. Ultrapassa-a e, análoga ao quarto do poeta Manuel Bandeira, fica "intacta, suspensa no ar".

13. Sigmund Freud. *Essais de psychanalyse appliquée*, Paris, Gallimard, 1973 (Col. Idées, 243), pp. 69-81.

14. Roland Barthes. *Aula*, São Paulo, Cultrix, 1980, p. 23.

A RODA DE EXPOSTOS O ÓBVIO E O CONTRADITÓRIO DA INSTITUIÇÃO

Miriam Lifchitz Moreira Leite

Pesquisadora do Centro de Apoio à Pesquisa
em História, Departamento de História, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da USP.

Um rápido levantamento entre pessoas que eram crianças de quatro a seis anos na década de 1830 foi o suficiente para revelar como a Roda estimulava a imaginação das crianças de famílias estruturadas. Era usada como ameaça, fonte de mistérios nunca revelados por inteiro, provocando nelas uma curiosidade temerosa que os adultos se recusavam, temiam ou não tinham condições de satisfazer. As crianças que moraram perto das Rodas de Salvador, de São Paulo e do Rio de Janeiro lembram-se de recomendações para que não passassem por perto delas, nem olhassem muito para quem estivesse nas proximidades. As empregadas domésticas se afligiam com as perguntas alvoroçadas, sentindo-se atingidas e ameaçadas por aquela curiosidade malsã. Os pais desviavam enfaticamente a conversa, em respeito aos tabus vigentes em questões de sexualidade. Por que *aqueles* bebês eram deixados na Roda? Não é simples, também, comunicar a idéia de abandono de filhos pelos pais, ainda que seja uma situação muito presente em contos infantis tradicionais (do pai que deixa os filhos perdidos na floresta, por não ter como lhes dar de comer). Entre si, as crianças trocavam suposições descontraídas sobre tudo isso. A própria rotação do mecanismo estimulava em sua imaginação o aparecimento de uma gigantesca máquina de moer carne. Com o pensamento metafórico incendiado, afirmavam para os irmãos menores que os bebês colocados no vão do muro eram moídos pelo movimento giratório. Os que comunicaram suas lembranças conservam viva uma sensação de estranheza e temor desencadeada pelo som da sineta no silêncio da noite e pelo ranger do mecanismo que abocanhava bebês na rua, para empurrá-los para detrás dos muros.

A Roda dos Expostos foi uma instituição que existiu e foi extinta na França, que existiu em Portugal e foi trazida para o Brasil no século XVIII. Os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados. Foi uma das iniciativas sociais para orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem.

Em todos os locais em que existiu, a Roda de Expostos foi sempre muito discutida. Acreditava-se que o anonimato dos pais do enjeitado propiciava a licenciosidade e a irresponsabilidade pelo fruto de seus prazeres. O abandono da criança acabava sendo considerado como resultante da existência da Roda, quando esta procurou, muitas vezes sem êxito, salvar a vida de recém-nascidos cujo abandono era feito nos adros das igrejas ou no beiral das portas, muito antes de as Rodas terem sido criadas.

O abandono, a alta mortalidade e a doação de crianças (na medida em que é possível avaliar comportamentos e sentimentos de outros tempos) não eram sempre vistos como um tráfico de exploração da infância, mesmo nos países desenvolvidos. Além de originados pelas dificuldades do aleitamento, pela alimentação artificial ou pelas más condições de saúde das amas, eram resultantes de fatores econômicos, sociais e até culturais, entre os quais se destacam aspectos da implantação da urbanização. A prática ilegal e quase aberta do abandono e o fatalismo com que era aceita a mortalidade infantil revelavam certa indiferença ao valor da criança até o início do século XIX, quando as escolas começaram a descobri-la e a classe médica passou a insistir na necessidade da criação dos filhos pela mães, pois cada criança achada (depois de abandonada) era uma criança perdida.

Evidentemente, no Brasil, a situação era agravada pela existência da escravidão, da exploração sexual das escravas e da exploração da criança escrava. As amas-de-leite a quem eram entregues os recém-nascidos eram quase sempre escravas ou negras livres que amamentavam os enjeitados com o leite recusado a seus filhos. Apesar das discussões sobre a imoralidade da Instituição e alta mortalidade dos internados, que se prolongaram até o século XX, a Instituição sobreviveu, com alterações internas e maior controle estatístico e sanitário de seu funcionamento até 1948, no caso de São Paulo.

Atualmente, estão sendo elaboradas duas teses sobre as Rodas de São Paulo e do Rio de Janeiro com pesquisas na documentação interna da Instituição. A documentação que apresento tem outro caráter: são os muitos olhares de estrangeiros, aguçados pelas diferenças e pelo estranhamento; olhares que se alteraram através de todo o século XIX.

A análise de viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro, fez-me recuperar imagens perdidas da Roda da Bahia, que povoaram a minha infância. Não um só, mas vários viajantes (MOREIRA LEITE, M.L., 1982) detiveram-se diante da Roda no Rio de Janeiro e a descreveram fisicamente, procurando compreender e esclarecer os seus objetivos. Não ficaram, porém, apenas na descrição.

Esta roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo vertical. É dividida em quatro partes por compartimentos triangulares, um dos quaes abre sempre para fora, convidando assim a que dela se aproxime toda mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém-nascido. Tem apenas que depositar o exposto na caixa, e por uma volta da roda fazê-lo passar para dentro, e ir-se embora sem que ninguém a observe. (KIDDER e FLETCHER, 1851, p. 128)

Acrescentavam à descrição e a dados numéricos seus valores culturais diante do observado.

Os fundos do Hospital dos Expostos, que foi instituído em 1738 provém, atualmente, de Rendas, Caridade e Dividas a serem cobradas, nas proporções de 29, 48 e 27. Em seus registros, recebeu 8.509 crianças, das quais 98 morreram, 5 foram devolvidas a seus pais e, em 1818 havia, no estabelecimento 134. (LUCOCK, 1818, p. 374)

Diante da morte e do abandono das crianças, os viajantes revelaram atitudes muito diferentes. Robert Walsh e o Conde de Suzannet registraram a prática de abortos e infanticídios de escravos que desejavam livrar os filhos da escravidão. Os missionários protes-

tantes Kidder e Fletcher condenaram as mães que abandonavam os filhos na Roda. Para eles, a Roda era um estímulo à licenciosidade e à desumanidade. Já o diplomata norte-americano Andrews apresentou-a como uma instituição humana, que pretendia preservar a vida das crianças.

Jean Baptiste Debret, pintor oficial do Primeiro Reinado, fez uma apresentação visual do que chama de asilo para crianças abandonadas.

O público é também admitido a visitar, na mesma época, o pequeno asilo para as crianças abandonadas, situado na mesma praça em frente à igreja da Misericórdia. Esse pequeno edifício de um pavimento é de arquitetura regular. A torre acha-se no meio da fachada, num corpo um pouco afastado que se assemelha a uma porta falsa. Uma escada estreita, de cada lado do edifício, leva ao primeiro andar composto de três salas unicamente destinadas ao aleitamento das crianças. Ai se encontram três filas de berços guarnecidos de baldaquins brancos uniformes, enfeitados com filão, e cujas cortinas abertas e levantadas permitem que se vejam os recém-nascidos enfaixados com a elegância brasileira e expostos sobre a colcha. Quando muito pequenos ou gêmeos, são colocados à razão de dois por leite. A ama senta-se no chão, com as pernas cruzadas, ao lado do berço. A vestimenta dessas mulheres, sempre muito limpa, varia entretanto quanto à elegância e à riqueza, pois são em geral negras alugadas pela administração, que entrega os salários aos senhores. Por isso, pela elegância das negras se pode ajuizar da fortuna dos senhores a que pertencem.

Muitos orfãos, ao sair da adolescência são entregues a artifices reputados, aos quais pagam com sua atividade a alimentação e os cuidados recebidos. Mais ou menos no fim da oitava desta festa, um dia é reservado aos dotes anuais criados em favor das orfãs em idade de casar. (DEBRET, J.B., 1816, t.II (v. III), pp.45-49)

Nesta passagem estão reunidas duas instituições que talvez por volta de 1816 estivessem juntas — a Roda de Expostos e o Asilo de Órfãos — destinadas ao recolhimento de recém-nascidos, no primeiro caso e de desvalidos “de pé”, de 2 ou 3 anos e mais, no segundo. Ao apresentar as condições espaciais da instituição, Debret revela a aglomeração das crianças nos berços e a condição social das amas-de-leite — escravas alugadas para o aleitamento, que ficavam na instituição alimentando os internos, em prejuízo dos filhos que eram, por sua vez, abandonados. Mal conhecido, mas não menos tenebroso, é esse aspecto da escravidão — a alta mortalidade infantil da população negra provocada, entre outros fatores, pelo desvio do leite das escravas. Muitos dos expostos eram também filhos ilegítimos de escravas, que os pais não queriam ou não podiam sustentar e que, recolhidos na Roda, seriam vítimas de novas lutas contra a morte.

Em 1821, a escritora e desenhista inglesa Maria Graham, que foi governanta dos filhos de D. Pedro e da princesa D. Leopoldina, analisou a rede de relações sociais que se desdobrava nessa instituição fechada:

... A primeira vez que fui à Roda dos Expostos (parece impossível) achei sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde eles se achavam. Agora, com a concessão da loteria, edificou-se uma casa própria para tal estabeleci-

mento, aonde há trinta e tantos berços, quase tantas amas quanto expostos e tudo em muito melhor administração.

... 29 de setembro. Fui ao Asilo de Órfãos, que é também hospital dos expostos. Os rapazes recebem instrução profissional em idade adequada. As moças recebem um dote de 200 mil réis que, apesar de pequeno, as ajuda a estabelecerem-se e é muitas vezes acrescido por outros fundos. A casa é extremamente limpa, como também o são as camas para as crianças expostas, das quais somente três estão agora sendo criadas por amas-de-leite dentro da casa. As demais estão colocadas fora, no campo. Até ultimamente têm morrido numa proporção apavorante em relação ao seu número. Dentro de pouco mais de nove anos foram recebidas 10.000 crianças; estas eram dadas a criar fora, e de muitas nunca mais houve notícia. Não talvez porque toda tenham morrido, mas porque a tentação de conservar uma mulata como escrava deve, ao que parece, garantir o cuidado com sua vida, mas as brancas nem ao menos têm esta possibilidade de salvação. Além disso, as pensões pagas para a alimentação de cada uma eram, a princípio, tão pequenas que as pessoas pobres que as recebiam, dificilmente podiam proporcionar-lhes meios de subsistência. Um melhoramento parcial já foi feito e ainda maiores ampliações deverão ser realizadas. Há grande falta de tratamento médico. Muitos dos expostos são colocados na Roda, cheios de doenças, com febre ou, mais freqüentemente, com uma espécie de comichão chamada *sarna*, que lhes é freqüentemente fatal. Por outro lado aparecem também crianças mortas, a fim de que sejam decentemente enterradas. (MOREIRA LEITE, M.L. 1984)

Nenhum outro viajante apresentou um quadro tão completo das condições sociais e higiênicas dos abandonados e de suas nutrizas. Maria Graham e também Kidder e Fletcher revelaram uma instituição em constante ampliação e submetida a inúmeras mudanças, conforme os recursos obtidos pelos órgãos mantenedores e a disponibilidade de escravas para o aleitamento adequado, dependente, entre outros fatores, das alterações por que passou o sistema escravocrata durante o século XIX.

O relatório do Ministro do Império para o ano de 1859 dá-nos a seguinte alarmante estatística, com os comentários do Ministro:

Em 1854, 588 crianças foram recebidas, somadas a 68, já no estabelecimento. Total 656: — Mortas 435; Restantes, 221.

Em 1853, o número de expostos recebidos foi de 630 e mortos 515. Foi portanto menor a mortalidade, no passado do que nos últimos anos. Todavia o número de mortos ainda é aterrador.

Até o presente não foi possível verificar as causas exatas dessa lamentável mortandade, que com mais ou menos intensidade sempre se verifica entre os expostos, não obstante os maiores esforços empregados para combater o mal.

Bem pode um dos médicos do estabelecimento, em cuja companhia um cavalheiro de minhas relações visitou vários departamentos da instrução exclamar: "*Messieurs, c'est une boucherie!*"

Qual seria a condição moral ou os sentimentos humanos dessas numerosas pessoas que deliberadamente contribuem para expor a vida das crianças? Uma circunstância peculiar ligada a esse estado de coisas é o facto alegado de que muitos dos expostos são productos das mulheres escravas, cujos senhores, não desejando os aborrecimentos e as despesas da manutenção das crianças ou desejando os serviços das mães, como amas-de-leite, exigem que as crianças sejam enviadas à *Enjeitaria* onde, se conseguem sobreviver, serão livres. Um grande edificio para a acomodação dos expostos está sendo construído no Largo da Lapa (KIDDER e FLETCHER, pp. 129 ss.)

Contudo, foi o diário do escritor norte-americano Thomas Ewbank (1846, p. 288) que me forneceu o desenho de uma mulher branca, depositando furtivamente um recém-nascido na Roda de Expostos. Um dos fundadores da *American Ethnological Society*, Ewbank deixou um riquíssimo diário, ilustrado com bicos de pena de sua lavra, revelando o cotidiano urbano do Rio de Janeiro de meados do século passado.



Tendo ouvido falar muito sobre a exposição diária de crianças, e as facilidades que se dão a fim de que os que queiram livrar-se delas possam fazê-lo discretamente, decidi-me ir observar o lugar de recepção. E isto, até há pouco, dava-se no Hospital, mas agora é numa rua quase deserta, para escândalo da Mãe Sagrada das Monjas, cujo nome leva. O engenho para receber as crianças consta de um cilindro oco e vertical, girando em torno de um eixo. Um terço dele é aberto para dar acesso ao interior, e o fundo é coberto com uma almofada. O aparelho é constituído de tal modo que é impossível aos de dentro verem os do lado de fora. Caminhei por toda a extensão da Rua Santa Teresa sem perceber nada, mas voltando, uma placa, de apenas algumas polegadas sobre uma porta fechada de um edificio normal, chamou a minha atenção. A inscrição era clara: EXPOSTOS DA MISERICORDIA N.º 30. Enquanto a lia, veio de dentro um rumor de confirmação. A única janela da fachada era próxima da porta e era, de fato, o receptáculo. O que eu tomara quando passei pela primeira vez, por um postigo verde, vi agora que era ligeiramente encurvado. Toquei-o; a sua abertura girou rapidamente. Hesitei por um momento, mas quando os moradores de uma casa do lado oposto abriram suas janelas para ver quem estava abandonando ali um enjeitado, à plena luz do dia, bati rapidamente em retirada.

O depoimento do diplomata Christofer Columbus Andrews é de 1887. Passaram-se 36 anos desde as condenações taxativas dos missionários e do escritor, revelando como estes viam a escravidão no momento

em que o tráfico estava sendo proibido. O diplomata, cuja carreira profissional também não o envolvia tão diretamente com a população, tanto quanto a dos divulgadores da palavra divina, fez o seu depoimento às vésperas da Abolição. Agora, entrara em cena uma nova presença feminina — a Irmã de Caridade estrangeira —, que passara a participar dos hospitais e asilos brasileiros, trazendo novos comportamentos no tratamento de doentes e órfãos. Contudo, se o tratamento se alterou em alguns pontos, as condições físicas dos internados não parecem ter melhorado.

Passando uma tarde com um amigo pela Rua Evaristo da Veiga, a rua da Igreja Anglicana e que está no sopé do Morro de Santo Antônio, paralelo à frente do Jardim Público, chegamos, à vista dos Arcos, ao Hospital de Enjeitados (Casa de Expostos), onde fomos recebidos por uma Irmã de Caridade. Anualmente cerca de 400 crianças de pais desconhecidos são entregues secretamente a essa instituição humana, conhecida popularmente como “a roda”. Desde a sua fundação recebeu 40.000 dessas crianças. Toma conta delas por 8 dias e depois as coloca como pensionistas de famílias particulares, por cerca de 5 dólares por mês, até um ano e meio, depois do que se pagam 2 dólares por mês. Cerca de 6.000 dólares são pagos pelo asilo pela pensão externa das crianças. Quando tem idade suficiente para freqüentar a escola voltam à instituição, onde recebem instrução até os 12 anos e então são enviados para aprender ofícios. Recebem um pequeno dote quando casam. Existem agora 40 crianças que recebem instrução. O edifício dá para a calçada e nada indica em sua fachada para que serve a não ser, talvez, o lugar onde as crianças são depositadas; e isto não chama a atenção do transeunte que não conhece o edifício, porque o vão na parede mal aparece. O que parece ser um vão estreito e ligeiramente oval na parede numa moldura de pedra, é a parte exterior da “roda”, uma espécie de mecanismo giratório com três lados abertos na parte interior. O lado externo fecha firmemente e é preciso um puxão firme para girá-lo e abrir as prateleiras para a rua. Quando se faz isso, um recém-nascido pode ser colocado numa das prateleiras; e quando a roda gira de novo, a criança é introduzida no interior do asilo, no que se poderia chamar de recepção e ao mesmo tempo soa um sino bem alto. Uma Irmã de Caridade ou uma criada imediatamente aparece e pega o recém-nascido; e a fim de preservar sua identidade para alguma finalidade futura, registra imediatamente a hora exata do recebimento, o sexo, condições físicas e a roupa. Às vezes, a mãe pregou na roupa o nome que queria lhe dar, e esse desejo é em geral obedecido. Ninguém sabe, nem se importa com quem deixou a criança. A própria construção da roda foi feita para manter o segredo.

Muitos dos recém-nascidos estão doentes quando chegam e 30 a 32% morre; menor porcentagem que nos anos anteriores. O número recebido anteriormente também era maior que agora, sendo de 500 a 600 por ano, mostrando que com o progresso houve uma redução de nascimentos ilegítimos, apesar do crescimento da cidade. Muitas das crianças são mulatas e as que vi, num dormitório de trinta e duas camas eram bem pequenas. Mal parecia haver uma criança saudável entre elas. O quarto em que estavam era tranqüilo, com duas janelas e, embora grande, a atmosfera era abafada. As camas eram berços de ferro arrumados com mosquiteiros em cada um. Escravas são empregadas invariavelmente como amas-de-leite, sendo a política do asilo não empregar para o

serviço mães de enjeitados. Um médico visita diariamente o asilo. Acontece, às vezes, que os pais desejam retirar os filhos e, em determinadas circunstâncias e fornecendo provas de identidade podem fazê-lo. Fui informado pela Superiora que delicadamente nos acompanhou durante a visita que existem agora 16 Irmãs de Caridade da Ordem de São Vicente de Paula que vivem aí e aí prestam serviços. (ANDREWS, C.C., 1887, pp.43-46)

A essa altura, a imagem infantil da tenebrosa instituição tinha-se ampliado e ganhado contrastes através das informações de visitantes que tinham refletido sobre ela, com os recursos de sua formação cultural e profissional e uma perspectiva basicamente burguesa.

Foi quando a historiadora Maria Lúcia Mott, pioneira em estudos sobre a criança escrava, me sugeriu a leitura de dois volumes dos *Annales de démographie historique*. O de 1978, sobre "A mortalidade do passado" e o de 1983 sobre "Mães e recém-nascidos". Alguns artigos desses ricos anuários referem-se à situação de crianças abandonadas na França, na Itália, na Bélgica e na Inglaterra, durante o século XIX. E, para grande surpresa minha, as condições sanitárias e sociais apresentadas não diferiam muito das apontadas por Roberto Machado e seus colaboradores (1978) no Brasil do século XIX. Não que tenhamos quantidades comparáveis de nascimentos e óbitos. Mas a alta mortalidade e o tratamento dos recém-nascidos anteriormente à divulgação das descobertas em microbiologia feitas por Pasteur e à vulgarização da puericultura não diferem tanto quanto seria de se supor da situação brasileira, a não ser, é claro, pelo agravamento através da escravidão.

Até mesmo as dificuldades metodológicas para conhecer a situação aparecem lá como aqui. Existem afirmações de que antes de 1850 os registros de óbitos e de nascimentos eram pouco confiáveis. A falta de clareza entre os dados sobre natimortos e semimortos e a rarefação de informações tornam falhas todas as contagens. E tanto aqui como lá, durante mais de três quartos do século XIX, as condições sanitárias faziam com que homens de 30 anos fossem velhos e estivessem alquebrados e decrépitos aos 40 ou 50. Além disso, como em muitos casos as crianças eram mandadas para aleitamento em outras cidades, a contagem dos mortos acabava sendo alterada. Assim, os autores europeus verificaram também a necessidade de ultrapassar os dados numéricos e tratar dos problemas demográficos em termos de comportamento.

Algumas condições gerais de salubridade davam origem à alta mortalidade que aqui é apontada na Roda de Expostos. De um lado, a mobilidade da população de baixa ou nenhuma renda para locais sujeitos a epidemias ou endemias, que quando se tratava de difteria, desintéria bacilar ou varíola afetava profundamente a população dos recém-nascidos até dois anos. Ligada a estas condições havia a qualidade da água de abastecimento da população, às vezes proveniente de poços rasos facilmente contamináveis e que se tornavam insalubres durante o verão. As águas paradas nas vielas, ao redor das casas eram aqui os focos de transmissores da febre amarela, que tantas vítimas fez em toda a população antes das medidas saneadoras de Oswaldo Cruz. Outra condição apontada nos estudos europeus dão conta também da má nutrição das nutrizes, provocada por alimentação defeituosa e carência de recursos. Forneciam um aleitamento insuficiente, num período em que os rebanhos de vacas e cabras ainda eram reduzidos e o leite animal precisava ser "cortado" com água impura e conservado em recipientes impróprios.

Não se deve também esquecer uma condição agravante, quase universal. Além de exaustas e subalimentadas, as amas-de-leite dominavam as práticas populares de cuidados com crianças, desconhecendo os princípios da puericultura que começaram a ser divulgados no século XIX e tinham a maior dificuldade para adotar os preceitos de assepsia no tratamento das crianças. As condições das amas-de-leite particulares, alugadas ou escravas próprias eram, naturalmente, diferentes. Dentro da escravaria doméstica tinham uma posição de destaque, eram muito bem alimentadas e bem vestidas e ganhavam uma ascendência comentada e lamentada sobre todos os habitantes da casa — senhores e escravos. A distinção entre as amas-de-leite não se fazia, portanto, apenas segundo o proprietário, mas também de acordo com a criança que receberia o leite — se era de família de posses ou um bastardo enjeitado.

A introdução da mamadeira, na segunda metade do século XIX, embora fosse um progresso importante na substituição do aleitamento materno, com as dificuldades de assepsia já citadas, transformou-se num elemento a mais a contribuir para a mortalidade infantil. Tanto quanto as enfermidades e o aleitamento de várias crianças pela mesma ama-de-leite, a mamadeira matou muitas crianças por disenteria.

A maioria dos textos dos viajantes que visitou a Roda de Expostos faz referência à limpeza do local e dos berços. Dada a aglomeração de crianças e o ar pesado e quente que apontaram nos quartos, é um pouco surpreendente a limpeza e elegância descrita pelos visitantes. Só compreendemos essa questão depois da leitura dos trechos de *Oliver Twist* de Charles Dickens, que apresento para encerrar este trabalho.

Acentuo agora a questão talvez mais abrangente da mortalidade dos recém-nascidos, apontada no Brasil pelos historiadores europeus. Trata-se da aglomeração no que foi a instituição antepassada das creches atuais. A aglomeração urbana sempre provocou surtos epidêmicos de maior ou menor gravidade. A aglomeração de recém-nascidos e crianças nas mesmas salas, freqüentemente sem o arejamento adequado, propiciava o agravamento de todas as demais condições de intensificação da mortalidade infantil.

Mas nem os relatos dos viajantes, nem os estudos demográficos europeus conseguiram exprimir outro aspecto da instituição: a exploração e a crueldade dos adultos, dos pequenos funcionários do Estado, com essa infância indefesa. Esse aspecto vem apresentado com grande ironia por Charles Dickens, o celebrado escritor inglês em seu romance de 1839, cujos primeiros capítulos se chamam:

I. Características do lugar onde Oliver Twist nasceu e das circunstâncias em que ocorreu o seu nascimento e



II. Características da criação, crescimento e educação de Oliver Twist.

Nasceu num asilo ao som das palavras de uma ama: "Quando ela tiver vivido tanto quanto eu, senhor, com treze filhos todos mortos, a exceção de dois, e estes no asilo, aqui comigo, então ela saberá melhor o que fazer."... "Trouxeram-na aqui a noite passada. Encontraram-na caída na rua. Devia ter vindo de longe, porque os seus sapatos estavam em tiras"... "A velha história", "sem anel de casamento"...

A triste situação em que estava, desprovido de leite materno, foi devidamente comunicada pelas autoridades do asilo às autoridades do município. Essas autoridades inquiriram, com arrogância, das autoridades do asilo se não havia uma mulher domiciliada na "casa", que estivesse em condições de prestar a Oliver Twist a consolação e o alimento de que ele carecia. As autoridades do asilo responderam com humildade que não havia. Após o que, as autoridades municipais resolveram magnânima e humanamente que Oliver Twist fosse internado numa "quinta" ou, por outras palavras, que fosse despachado para uma sucursal do asilo, a umas três milhas, onde outros vinte ou trinta transgressores juvenis das leis dos pobres rolavam pelo chão o dia inteiro sem o inconveniente de exigirem muito alimento ou muito vestuário, sob a superintendência maternal de uma mulher idosa, que recebia os delinqüentes pelo donativo de sete pence e meio por cabeça, semanalmente.

... no momento preciso em que uma criança havia conseguido sobreviver com a menor porção possível do mais fraco alimento, sucedia, perversamente, em oito casos e meio em dez que, ou ela adoecia de fome ou de frio, ou caía no fogo por negligência, ou ficava meio sufocada com um ataque.

... Além disso, o conselho fazia visitas periódicas, mandando sempre o bedel um dia antes, para avisar que ia. As crianças apresentavam-se bem arrumadas e limpas aos olhos, quando *elas iam*. Que mais poderia desejar o mundo?

BIBLIOGRAFIA

- ACHARD, Amédée. La nourrice sur place, in *Les Français peints par eux-mêmes*. Paris, Furne et Cie, 1853 (resenha dos *Annales de démographie historique*)
- BIDEAU, A., BRUNET, G. e DESBOS, R. Variations locales de la mortalité des enfants: L'exemple de la Chatelanie de Saint-Trevière-en-Dombes (1730-1869), in *Études sur la mortalité. La mortalité du passé*. Paris, Annales de démographie historique, 1978, pp.7-30.
- BLUNDEN, Katherine. *Le travail et la vertu (Formes au foyer: Une mystification de la Révolution Industrielle)*. Paris, Payot, 1982.
- DICKENS, Charles. *Oliver Twist (The Parish Boy's Progress)*. Trad. de Antonio Ruas. 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1938.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das famílias*. Trad. M.T. da C. Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

- DUMAZET, Ardouin. Au pays des nourrices, in *Voyage en France*. Paris, Berger Levrault, 1893 (resenha dos *Annales de démographie historique*)
- FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. La femme devant l'allaitement (separata dos ADH, 1983), pp.7-22.
- FONSECA, Claudia. Valeur marchande: Amour maternel et survie; Aspects de la circulation des enfants dans un bidonville brésilien, in *Annales* 5, sept-oct. 1985, 991-1022.
- FUJITA, Sonoko. L'abandon d'enfants légitimes à Rennes à la fin du XVIII siècle, in *Annales de démographie historique*. 1983, pp.151-162.
- GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais* (Morfologia e história). Trad. de Federico Garotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: Um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro, tese de doutorado da UFRJ, 1987.
- MACHADO, Roberto e outros. *Danação da Norma: A medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MASSUY-STROOBANT, Godeliève. La surmortalité infantile des Flandres au cours de la deuxième moitié du XIX siècles: Mode d'alimentation ou mode de developpement?, in *Annales de démographie historique*. 1983, pp.231-256.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MONCORVO FILHO. *História da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora, 1926.
- MOREIRA LEITE, Miriam L. e outros. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX (Índice de referências em livros de viajantes estrangeiros)*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.
- _____. *A condição feminina no Rio de Janeiro, sec. XIX*. São Paulo, Hucitec/INL/Pró-Memória, 1984.
- ROLLET, Catherine. L'allaitement artificiel des nourrissons avant Pasteur, in *Annales de démographie historique*, 1983, pp.81-91.
- RIBEIRO, Ana Maria Rodrigues. *A imagem e o silêncio — O lugar da mulher negra no século XIX*, São Paulo, Tese de doutorado da USP, 1988, p. 96.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: O abandono de crianças no Rio de Janeiro, século XVIII*. São Paulo, Mestrado em História Social, USP, 1988.

MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO E URBANIZAÇÃO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS *

Milton Santos

Professor Titular de Geografia Humana — FFLCH-USP

O fato de que o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional não se completou inteiramente em nenhum país, faz com que vivamos, a um só tempo, um período e uma crise, e assegura, igualmente, a percepção do presente e a presunção do futuro, desde que o modelo analítico adotado seja tão dinâmico quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistêmico das variáveis novas que dão uma significação nova à totalidade.

Nesse exercício, o ponto de vista adotado aqui é, sobretudo, o de nosso campo de estudo, isto é, o do espaço territorial, espaço humano. Mas a interdependência, ao nível global, dos fatores atuais de construção do mundo deve assegurar às propostas aqui avançadas um certo interesse no que toca às demais ciências sociais. Com a globalização do mundo, as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, na medida em que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. Desde que um enfo-

que particular se proponha com uma visão contextual, deve ser possível, através da soma de estudos setoriais, recuperar a totalidade. E a globalização das relações sociais, assim como o caráter aparentemente irrecorrível da modernidade atual são, por outro lado, dados que devem permitir uma visão prospectiva.

Algumas idéias de base parecem, desde logo, importantes. A primeira é a questão da crise, da crise não apenas como uma transição entre períodos, mas da crise como período. Durante a história dos países subdesenvolvidos, dentro do sistema capitalista, esta é talvez a primeira ocasião na qual estamos diante de um momento de crise e que também se caracteriza como um período, na medida em que as variáveis que definem essa crise são também as variáveis que chegam para ficar, dando um novo caráter às realidades que nos cercam.

Um outro dado a sublinhar é o fato de que, agora, mais que em qualquer outro momento da história da humanidade, graças à mundialização capitalista, há uma solidariedade das mutações em plano mundial; e essa solidariedade é, em grande parte, administrada. A administração da solidariedade, seja como colaboração entre países e firmas ou como nova forma de dependência, é um dado fundamental no

* Comunicação apresentada no Seminário *Brasil Século XXI*, Seção "Campo e cidade na virada do século", UNICAMP, 04 de abril de 1989.

entendimento do que se passa, sobretudo nos países subdesenvolvidos.

Em terceiro lugar, devemos salientar que as mutações urbanas a que assistimos, muitas delas mais qualitativas que mesmo materiais, aparecem como parte das mutações concomitantes da sociedade e do espaço.

O meio técnico-científico

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica.

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território; o território se mecaniza. Podemos dizer que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com essa categoria e é preciso falar de meio técnico-científico, que tende a se superpor em todos os lugares, ainda que diferentemente, ao meio geográfico.

A partir sobretudo do fim da Segunda Guerra Mundial, o território vai se mostrando cada dia que passa com um conteúdo maior em ciência, em tecnologia e em informação. Desse modo, as remodelações que a ele se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados.

Isso traz, em conseqüência, mudanças importantes, de um lado, na composição

técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Tudo isso faz com que o território contenha, cada dia que passa, mais e mais ciência, mais e mais tecnologia, mais e mais informação. Isso se dá de forma paralela à cientificização do trabalho. O trabalho se torna cada vez mais científico e se dá também, em paralelo, a uma informatização do território. Pode-se mesmo dizer que o território se informatiza mais e mais depressa que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenômeno é ainda mais marcante na medida em que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos.

Os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. E a diferenciação entre eles é tanto a da informação necessária a trabalhá-los, quanto a diferenciação da informação que eles próprios contêm, pela sua própria realidade física.

Aumenta, também, neste período, e exponencialmente, o número de objetos. Nos últimos 30 anos criaram-se sobre a face da Terra mais objetos do que nos 30 mil anos anteriores. O fato de que os objetos criados são dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos históricos anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multiplique também. Com objetos muito numerosos e diferentes, temos, então, um aumento do número de fluxos, que esses objetos ficam em medida de acolher ou emitir, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo. O território, por conseguinte, muda de definição.

Juntemos a esse um outro dado: os objetos atuais nascem com uma vocação

mercantil, diferentemente dos outros objetos, vindos dos períodos anteriores. Da totalidade dos objetos surgidos, alguns têm uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas, quanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área; e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes.



Dai uma especialização extrema de tarefas no território segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema dessas produções.

É por isso que o território nacional tende a uma especialização cada vez maior. Durante muito tempo se escreveu — no caso brasileiro — que o campo era hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que nós vemos é o contrário, o campo não é hostil ao capital, mas um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, a tal ponto que o contágio do capital e tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, aí rapidamente se instalam. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também já se faz presente em subespaços menos avançados.

Essas especializações do território, do ponto de vista da produção material, é que são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão se tornar frenéticas dentro do território brasileiro na medida em que avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto for grande o número de produtos e a diversidade de sua produção.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo, nesse caso, virtuoso (ou será vicioso?), amplia-se.

O fato de o espaço ser chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e

técnica traz consigo uma quantidade de conseqüências, a primeira das quais, certamente, é uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas etc). Como conseqüência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões), uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário. O mapa respectivo mostra como o território do Brasil se cobre cada vez mais de presença de bancos, de tal maneira que arriscamos dizer que se nos anos 50 o nexos que explicava de certa forma a expansão capitalista no território e a urbanização era o consumo, desde os fins dos anos 70 esse nexos é dado pelo crédito. De tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, que dará uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana.

Cabe, igualmente, lembrar que nesta fase se corporifica aquela antevisão de Marx, segundo a qual, quando fosse vigente o trabalho universal, isto é, o trabalho intelectual que é a forma de universalização da produção, teríamos uma maior área de produção com uma menor arena da produção. Isto é, a produção em todas as suas instâncias se dá em áreas maiores do território, enquanto o processo produtivo direto se dá em áreas cada vez menores. Essa é uma tendência facilmente assinalável no território brasileiro, e que se torna possível, em boa parte, pela possibilidade agora aberta à difusão das mensagens e ordens em todo o território nacional, através dos enormes progressos obtidos com as teleco-

municações. A creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é hoje possível de ser usado através do conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a motores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional. De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia ao nível mundial que é, em última análise, responsável direta ou indireta pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexos financeiro e conduz a uma reformulação do espaço à escala mundial.

No caso do Brasil, o ajustamento do espaço às novas condições do período tem dados particulares, que são ao mesmo tempo fatores de implantação e de aceleração do processo. Um deles é o modelo econômico, do qual um subtítulo é o modelo exportador que veio criar para o País, nas áreas mais ricas, a presença de uma estabilidade no crescimento com a presença de culturas agrícolas modernas e que têm como paralelo uma maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes. Esse modelo exportador agrava a sua ação em função da dívida, cuja influência aprofunda os efeitos do modelo econômico precedentemente estabelecido.

Podemos dizer que no Sudeste brasileiro é, já agora, exemplar a presença desse meio científico-técnico, cujo retrato tentei esboçar de forma incompleta.

Algumas características da nova urbanização

Tudo isso traz como conseqüência uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais de sua explicação é o fato de que no Brasil aumentou, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não se dirá com isso que a população brasileira tenha se tornado culta, mas ela se tornou mais letrada. O fato de que tenha se tornado mais letrada está em relação direta com a realidade em que vivemos neste período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, sobretudo porque a produção material diminui em benefício da produção não-material. Tudo isso conduz à amplificação da terciarização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização.

Por outro lado, o consumo no Brasil é ampliado. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batadeiras elétricas, televisores, e de tantos outros objetos; do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo, porque ao lado do consumo consumptivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, ao consumo consumptivo que se ampliou, corresponde, também, uma ampliação do consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural. A conjunção desse consumo consumptivo e produtivo amplia a escala de urbanização.

Na medida em que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos,

componentes, insumos materiais e intelectuais, indispensáveis à produção, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas em função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas. A presença de agro-indústrias é um fator suplementar de complexidade.

O consumo consumptivo cria uma demanda heterogênea segundo os níveis de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda. A arquitetura do sistema urbano tende a se reproduzir; o que varia é a distância entre os núcleos do mesmo nível, que dispõem de equipamentos mercantis comparáveis. Essa distância será tanto maior — e a acessibilidade aos bens e serviços tanto menor — quanto for menor a demanda gerada na região. Ao contrário, a demanda local sendo maior, a distância entre os núcleos provedores tenderá a ser menor, e a acessibilidade, portanto, maior.

O consumo produtivo cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis são diferentes. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo, contribuindo para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divi-

são do trabalho entre cidades se torna mais complexa. É assim que vamos ter no Brasil um número crescente de cidades com mais de 100 mil habitantes, o novo limiar da cidade média. Há três ou quatro decênios, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20 mil habitantes.

Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, freqüentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade de adaptação à conjuntura extremamente grande como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica, da transformação institucional. Com forte influência junto ao Estado, terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território levando à tendência a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola. Porque ela é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas; como o campo se torna extremamente diferenciado

pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam; pelo fato de que esses objetos geográficos têm, conforme já vimos, um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência); tudo isso faz com que as cidades locais deixem de ser a cidade no campo e se transformem na cidade do campo.

No sistema urbano, as categorias consideradas como homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Desse modo, os desenhos com os quais enfeitávamos os nossos trabalhos e cuja arquitetura faz as delícias da razão planificadora, esse *design* das redes urbanas, das hierarquias funcionais do sistema urbano, assim como aqueles círculos que traçamos em torno de uma cidade para dizer que até ali vai a sua zona de influência, devem ser meditados segundo uma ótica diferente que leve em conta os novos mecanismos geográficos.

A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexa; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada.

Neste período em que há o fortalecimento das cidades intermediárias ligadas às novas formas de produção e consumo, um fato para o qual nem sempre temos voltado a nossa atenção, merece ser realçado; é que no Brasil se dá, ao mesmo tempo, uma tendência à metropolização e à desmetropolização. São tendências paralelas, o que nada tem de extraordinário, pois a época em que vivemos é um período onde o paradoxo é moeda corrente.

Há redistribuição, no território, das classes médias e dos pobres. O fato de as classes médias se redistribuírem territorialmente explica a importância das cidades

intermediárias; e por isso, desde 1960, as cidades intermediárias praticamente crescem tanto quanto as grandes cidades, ainda que estas já não cresçam da mesma maneira. São Paulo é que passa a ter um grande crescimento enquanto que o Rio de Janeiro diminui relativamente sua força de atração demográfica. Mas o crescimento das grandes cidades é também crescimento da pobreza.

É difícil, pois, continuar afirmando que, no Brasil, o espaço é estruturado a partir da indústria. O território passa a ser comandado a partir da capacidade de informação e são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço, superpondo aquilo que, à maneira de Marx, chamo de círculos de cooperação dos circuitos espaciais da produção. Os circuitos espaciais da produção criam movimento de matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço.

Por último, diria que dentro das cidades, sobretudo das grandes cidades, vai se dar aquilo que alguns autores haviam prematuramente visualizado nos anos 60, propondo a noção de "involução urbana" a partir do que era chamado de ruralização da cidade, isto é, a invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma involução metropolitana mas em outro sentido, na medida em que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico.

São Paulo há muito tempo que cresce relativamente menos do que o País e cresce também menos do que o Estado de São Paulo, não propriamente em termos absolu-

tos, mas em termos proporcionais. Este, aliás, não é apenas um fenômeno paulista. Nas regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico é, por razões múltiplas, maior que nas respectivas metrópoles. Estas são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho, na medida em que, no campo, a substituição de uma composição orgânica do capital a uma outra composição orgânica do capital é mais fácil do que, na cidade, a substituição de uma composição técnica a uma outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrasar um quarteirão, fazer uma nova avenida, um túnel, um viaduto, do que substituir, com incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres vêm para a cidade e abandonam o campo modernizado leva à recriação no urbano de condições para utilização de infra-estruturas econômicas envelhecidas.

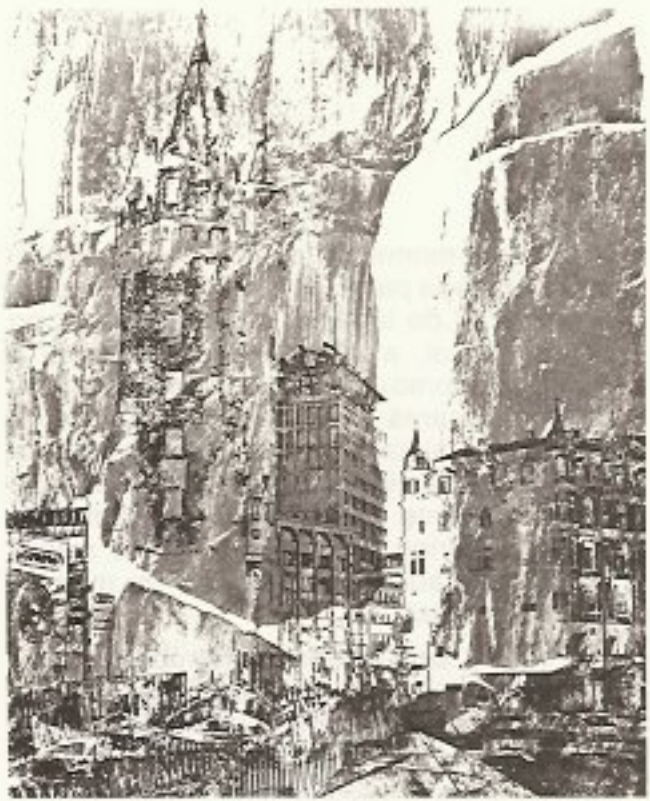
A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. O Brasil é um país que praticamente não conhecia o fenômeno de *village*. Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras nascem modernas, neste mesmo período, com a colonização na Amazônia e no Centro-Oeste. O Brasil é também um país onde vamos ter rapidamente uma população agrícola maior que a população rural; a população agrícola se torna maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola é urbana em residência. Um complicador a mais para nossas velhas teorias de cidade-campo. A essa divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam.

Para Durkheim havia duas noções importantes para entender a chamada morfologia social (a denominação que ele queria atribuir à Geografia, como parte da Sociologia), as noções de densidade mate-

rial e densidade moral. A densidade material é dada pela densidade de população e pela densidade das obras dos homens, quer dizer, a materialidade. E a densidade moral é dada pela freqüência dos intercursos entre as pessoas, das inter-relações entre os homens; e ele chama também essa densidade moral de densidade dinâmica. À luz do nosso tempo, essas duas categorias continuam importantes para a compreensão da divisão territorial do trabalho, sem a qual é difícil falar de Geografia regional.

Ora, as cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica inter-pessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.

Dentro do que freqüentemente consideramos como localidades do mesmo nível há uma diferenciação cada vez mais marcada, acompanhada de uma divisão interurbana do trabalho. É o que se verifica no Brasil em boa porção dos estados do Sudeste e Sul, com a distribuição de funções produtivas entre as cidades. Isso é possível porque os transportes se difundiram e à criação de grandes autopistas se soma, nas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como conseqüência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos. Na medida em que essa acessibilidade financeira é maior, os preços tendem relativamente a baixar e a parte disponível do salário tende relativamente a aumentar. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a tendência a consumir, a tendência a produzir, a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.



Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras.

A "dissolução" da metrópole

Houve, ao longo da história, quatro momentos do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, pela ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência. Num segundo momento, há luta pela formação de um mercado único como uma integração territorial apenas no Sudeste e no Sul. Um terceiro momento é quando um mercado único nacional se constitui, e o quarto momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado; único e diferenciado, um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

Neste momento, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais, no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais de uma metrópole. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. O vaticínio de André Siegfried (*Aspects du XXème siècle*) vendo em cada lugar o centro do mundo, ter-se-ia realizado.

Antes, sem dúvida, a metrópole estava presente em partes do País. Digamos que o núcleo migrava para o campo e para a periferia, mas o fazia com defasagens e perdas, com dispersão das mensagens e ordens. Se ao longo do tempo, o espaço se tornava mais e mais unificado e mais fluido, todavia faltavam as condições de instantaneidade e de simultaneidade que somente hoje se verificam.

Mas ao contrário do que muitos foram levados a imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo, nem este se apaga. O que há é uma verdadeira demultiplicação do tempo, devido a uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das novas condições de realização da vida social. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior do que aquela entre os diversos pontos do território.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo das metrópoles, que transmitem a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas.

Nenhuma cidade, além da metrópole, "chega" a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole. Informações virtualmente de igual valor em toda a rede urbana não são igualmente disponíveis em termos de tempo. Sua inserção no sistema mais global de informações de que depende o seu próprio significado — depende, na maior parte das vezes, da metrópole. Está aí o novo princípio da hierarquia, pela hierarquia das informações... a um novo obstáculo, a uma inter-relação mais frutuosa entre aglomerações do mesmo nível, uma nova realidade do sistema urbano.

Os momentos que, no mesmo tempo do relógio, são vividos por cada lugar, sofrem defasagens e se submetem a hierarquias (em relação ao emissor e controlador dos fluxos diversos). Porque há defasagens, cada qual desses lugares é hierarquicamente subordinado. Porque as defasagens são diferentes para os diversos variáveis ou fatores, é que os lugares são diversos.

As questões do centro-periferia, como precedentemente colocadas, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, da verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Temos, agora, diante de nós, o fenômeno da "metrópole transacional" de que fala Helena K. Cordeiro. Esta é a grande cidade cuja força essencial deriva do poder de controle sobre a economia e o território, de atividades hegemônicas nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do pro-

cesso produtivo em suas diversas etapas. Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial.

O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.

No caso brasileiro, vale a pena insistir sobre essa diferença, pois em ambos os momentos a metrópole é a mesma: São Paulo. Nas condições de passagem de uma fase à outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas pré-condições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril.

Estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos de desorganizar e reorganizar, ao seu talento e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional.

Em busca de novas horizontalidades

Conseqüência do que antes foi visto e tema de grande interesse é a relação entre território e mercado e como corolário a questão de saber se existe ainda a região como escalão intermediário. Será a região algo que nós mantemos no vocabulário porque as coisas velhas são tenazes? Ou só existiria o nível nacional e o local? Sem dúvida, a noção de região pode permanecer graças, de um lado, a dados infra-estruturais e, do outro lado, a dados supra-estruturais. Dados infra-estruturais: toda a materialidade preexistente que tem um certo papel de comando, conforme já vimos,

sobre a divisão do trabalho. Dados supra-estruturais: as iconografias que mantêm a idéia de região através da noção de territorialidade, que une os indivíduos herdeiros de um pedaço de território; uma determinada fração de espaço.

Mas é verdade também que, no Brasil, aquelas firmas oligopólicas, em número cada vez menor, que comandam o território, de alguma forma fragmentam o território em modo "vertical", porque a zona de mercado da grande firma não se integra por um processo de difusão por contigüidade, exceto numa parte do território a que chamamos de região concentrada do Brasil. No resto do País a sua área de mercado alcança certos pontos ou manchas de meio técnico-científico. Fora desse mercado privilegiado para as firmas hegemônicas, os interstícios são ocupados pelas zonas de mercado das firmas não hegemônicas. A área concentrada, onde o meio técnico-científico é contíguo, é formada pela maior parte dos estados do Sudeste e do Sul e parte do Centro-Oeste; há manchas desse meio técnico-científico, como o cerrado de Brasília, tendencialmente o centro-oeste da Bahia, partes do Nordeste, e há pontos do meio técnico-científico em todos os estados e nas cidades, sobretudo as médias. Há, pois, um recorte caprichoso da área preferencial de mercados das grandes firmas, que acompanha os grandes eixos de circulação fora da área concentrada, deixando para as outras firmas os interstícios. De modo que haveria uma repartição vertical e não horizontal do território, uma espécie de segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto mercado, na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual. Isso representa um desafio às planificações regionais, na medida em que as grandes firmas que controlam a informação e a redistribuem ao seu talento, têm um papel entrópico em relação às demais áreas e somente elas podem realizar a desejada

neg-entropia. O espaço é assim desorganizado e reorganizado a partir dos mesmos pólos dinâmicos. O fato de que a força nova das grandes firmas neste período científico-técnico traga como consequência uma segmentação vertical do território, supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar a uma nova horizontalização das relações que esteja não apenas ao serviço do econômico, mas também do social.

Haveria, pelo menos, duas formas de se chegar lá: uma, através da intervenção sobre o cotidiano, seja o cotidiano dos indivíduos nas suas relações interpessoais, seja o cotidiano da produção. Na medida em que, nas áreas agrícolas, o território se especializa do ponto de vista produtivo, há então uma certa restauração da horizontalidade das relações territoriais, mas em benefício dos atores hegemônicos da economia. E há outra forma de restaurar a horizontalidade das relações territoriais, isto é, através do poder. No caso do Brasil, nós sabemos, porém, que haverá talvez apenas dois estados capazes de uma ação regional autêntica: São Paulo e o Rio Grande do Sul. Os outros estados por intermédio dos poderes neles constituídos são praticamente incapazes de regionalização. Como pensar, através de uma nova regionalização do poder, uma realização eficaz do poder político no sentido de superar a fragmentação vertical, e, através de uma horizontalidade recuperada, atribuir às porções do território desse modo atingidas um conteúdo não apenas econômico mas também social? Em países como o nosso, o progresso técnico e as suas condições sócio-políticas modificam as regiões em benefício de alguns atores hegemônicos, responsáveis por novas relações territoriais onde os nexos distantes primam sobre os nexos próximos e o interesse econômico sobre o interesse social. Para reverter a tendência, uma política territorial adequada

supõe a regulação social da atividade econômica. Por exemplo, o fato de que no Brasil uma nova Constituição tenha consagrado uma nova distribuição de ingresso fiscal entre as diversas entidades territoriais (União, estados e municípios) deve ser aproveitado, a partir dos ensinamentos históricos, para a instalação de uma sociedade mais redistributiva.

A América Latina sempre foi, desde os inícios de sua história européia, um continente aberto aos ventos do mundo, enormemente permeável ao novo, em todos os momentos. Daí a sua vulnerabilidade e a sua força. A aceitação mais fácil e mais pronta dos modelos de modernização lhe tem permitido saltar etapas, percorrendo em muito menos tempo caminhos que ao velho Continente exigiram uma lenta evolução. Por outro lado, esse processo de integração se tem dado à custa de enormes distorções do ponto de vista territorial, econômico, social e político. O período técnico-científico começa a se implantar no continente sob esses mesmos signos, ajuntando novas distorções às herdadas das fases anteriores. Pode-se, todavia, imaginar, neste novo período histórico, que é a fase das organizações e, também, a fase da inteligência, que será possível reverter essa tendência? Aí está, sem dúvida, um grande desafio para os povos latino-americanos e os seus intelectuais, voltados a pensar o futuro a partir das realidades do presente. O ponto central não é apenas a escolha das novas variáveis históricas, num mundo em que a modernidade se tornou irrecusável, mas a dosagem de sua combinação, não mais a partir dos imperativos da técnica, que se tornou subordinada à economia, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e à economia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número.

DEBATE

Reservamos o espaço da seção *Debate* deste número para o artigo do Prof. Jorge Coli sobre a mansão da família Matarazzo, em São Paulo, cujo pedido de tombamento gerou ações e pronunciamentos controversos, com ampla ressonância, sem que a série de episódios possa ser considerada encerrada de todo, mesmo porque está em curso no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo um processo que trata do tombamento daquele prédio.

Assim, e por isso, a atitude desta revista, ao abrigar o texto do Prof. Coli, é a de convidar outros especialistas para que também compareçam ao nosso fórum com críticas e propostas de solução, que enriqueçam o debate, cujas implicações guardam muito do que ocorre hoje com a memória nacional.

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: A MANSÃO DOS MATARAZZO

Jorge Coli

Professor de História da Arte
da UNICAMP e conselheiro do Condephaat.

Há algum tempo a mansão dos Matarazzo, na avenida Paulista, foi motivo de um acirrado debate, muito veiculado pelos meios de comunicação. O Condephaat em março de 1989 havia proposto um estudo para o eventual tombamento da moradia. Por lei, enquanto durasse esse estudo, a casa ficaria protegida. Houve nitidas tentativas de destruição do imóvel através de bombas.

O estudo prosseguiu e, ao seu término, três conselheiros foram designados como relatores. Unanimemente, os pareceres mostraram-se favoráveis ao tombamento do bem em questão. O Conselho, porém, concluiu pela decisão oposta. Entrementes, a polêmica despertou o interesse da municipalidade de São Paulo que busca, agora, salvar o imóvel da destruição.

A polêmica fez com que emergissem questões mais amplas, próprias ao campo da preservação, suscitadas por um caso concreto e complexo. Tive oportunidade de intervir no debate através de um artigo em jornal e, enquanto Conselheiro do Condephaat, como relator do caso.

Reúno aqui o escrito publicado na *Folha d'*, suplemento de *A Folha de São Paulo* do dia dois de julho de 1989, sob o título "O caso da casa", e o parecer apresentado ao Conselho. Quero esperar que eles se completem e contribuam com elementos para a reflexão sobre problemas do patrimônio.

O caso da casa

Falou-se bastante sobre a casa Matarazzo, na avenida Paulista. O Condephaat decidiu protegê-la através de um processo para estudo de tombamento. Os proprietários não gostaram. Bombas foram colocadas no edifício. E na imprensa, várias vezes se ergueram, não para condenar o ato de vandalismo criminoso, mas para condenar a casa.

Edifício fascista: horror. Edifício anti-moderno: abominação. Edifício de concepção importada, alheio à nossa cultura: fora os carcamanos. Edifício feio: nariz torcido. Deve-se mesmo botá-lo abaixo, e não preservá-lo. Absurdo conselho esse do Condephaat, que decidiu por unanimidade que o imóvel não poderia ser destruído sem mais aquela, sem uma ponderação séria sobre seu significado.

A casa foi obra de Marcello Piacentini, o arquiteto de maior prestígio e de maior poder na Itália de Mussolini. A história da arquitetura italiana, naquele momento, é fascinante e única. Naturalmente, é impossível aqui retracá-la, sequer sumariamente. Não se pense, entretanto, que o fascismo excluiu — como o fizeram de modo radical o nazismo e o stalinismo — as concepções modernas nas artes e na arquitetura. Ao contrário, o regime permitia e mesmo estimulava experiências de vanguarda. Os jovens do *Gruppo 7* e depois do MIAR (Movimento Italiano para a Arquitetura Racional)

se queriam radicalmente modernos. Dentre eles se destacavam as altas personalidades de Terragni e Bardi. O primeiro, grande arquiteto francamente moderno; o segundo, teórico, animador, polemista do movimento jovem, organizador de exposições históricas, como a do MIAR, de 1931, em sua Galeria da Via Veneto. Nessa exposição podia se ver seu *Tavolo degli Orrori*, extraordinária fotomontagem pop *avant la lettre*, fustigando a mediocridade de uma cultura provinciana, de uma arquitetura historicista e grandiloquente, que se alastrara pela Itália de então.

É preciso porém lembrar que tudo isto se fazia sob a égide do fascismo. Assim, a obra-prima de Terragni — obra-prima da arquitetura italiana moderna do período — foi a *Casa del Fascio*, de Como. Do mesmo modo, a exposição do MIAR de 1931 foi inaugurada pelo próprio Mussolini e, como diz Luciano Patteta¹, P.M. Bardi tratava, nos seus escritos, de estabelecer as pontes entre fascismo e modernidade. Vai nessa linha a demonstração, no seu texto *Rapporto sull'architettura per Mussolini*, onde o racionalismo moderno na arquitetura surge como perfeitamente adequado a um poder que decidiu a transformação moderna do país: "Os novos arquitetos se propõem identificar na cidade mussoliniana a vida nacional, definida pela rígida educação militar, pelo objetivo do primado no mundo, pela obediência absoluta ao Chefe". Se se quiser: o autoritarismo da modernidade em arquitetura estende as mãos ao autoritarismo da ditadura moderna. *Perche*, conclui Bardi confiantemente, *Mussolini ha sempre ragione*.

É claro que esses jovens, cuja dignidade nas convicções e o esclarecimento intelectual não faz sombra de dúvida, foram vítimas — como enunciou Bruno Zevi² de

um generoso, mas trágico defeito de ingenuidade. Pois, naturalmente, encontravam-se mergulhados e sem recuo dentro do episódio histórico que viviam. E se aqui evocamos, mesmo rapidamente, estas questões, foi para indicar o quanto a noção de "fascista", em arquitetura, é complexa, desde que a queiramos compreender como conceito histórico e não como sumário insulto ideológico.

E Piacentini, nisto tudo? Piacentini era o grande inimigo desses jovens. A velha arquitetura historicista do século passado já estava morta, mas surgia uma outra, que simplificava as formas tradicionais e que tendia, cada vez mais, para um acentuado monumentalismo. Era esta a arquitetura de Piacentini. Os jovens não o odiavam, é claro, enquanto fascista, mas porque viam nele, além de um falso moderno, alguém que soubera ocupar todos os postos de importância estratégica, tornando-se, através do "monopólio do poder" de que fala Zevi, o árbitro das mais importantes realizações nacionais, o primeiro arquiteto de Mussolini. Dinócrates, chamava-o ironicamente Bardi, fazendo referência ao arquiteto monumentalista de Alexandre, o Grande.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, em 1950, Bruno Zevi não poupava Piacentini, num retrato impiedoso. No momento de triunfo absoluto da modernidade internacional e da derrota totalitária, a visão sobre o construtor mussoliniano não podia ser outra.

Hoje, entretanto, com o recuo histórico, é impossível endossar a mesma polêmica "moderna". Já em 1972, Luciano Patteta aprofundava a questão da arquitetura moderna na Itália e apresentava uma análise num tom francamente mudado: Piacentini jamais foi um passadista, nele

1. In Luciano Patteta. *L'architettura in Italia, 1919-1943 — Le polemiche*, Clup, Milão, 1972.

2. In Bruno Zevi. *Storia dell'architettura moderna*, Einaudi, Milão, 1950.

existe "a presença constante de um interesse pelo problema da modernidade da arquitetura e do seu desenvolvimento imprescindível a partir das novas possibilidades tecnológicas e da aderência aos temas da sociedade moderna" (p. 46). E sobretudo: "Permanecendo absolutamente impermeável aos ilusórios entusiasmos e às teses utópicas dos jovens racionalistas, Piacentini confirma de fato um papel de profissionalismo coerente e realista, em perfeita adesão às reais estruturas da sociedade italiana" (*idem*). O que as palavras de Pietro Maria Bardi confirmam, quando, entre severas críticas, a ele se refere entretanto como *uomo preparatissimo del resto, e indubitabilmente artista* (artigo no *L'Ambrosiano*, 1931).



Marcos Torhão

Piacentini não é mais, portanto, apenas o oportunista do fascismo, que a modernidade dos anos 30 e 50 execrou. Ele surge como um personagem de primeiro plano justamente no debate que então foi instaurado. E como, historicamente, é hoje esse debate que interessa, não podemos eliminá-lo por meio apenas da acusação de uma das partes. E se temos, em São Paulo, testemunhos da arquitetura desse personagem que, quer se queira, quer não, ocupou um primeiro plano nas questões levantadas pela modernidade internacional, não podemos nos dar ao luxo de destruí-los.

Há mais, entretanto. Gregori Warchavchik foi discípulo, e discípulo dileto, de Marcello Piacentini. Warchavchik, o introdutor da modernidade arquitetural no Brasil, o autor da "primeira casa modernista" em São Paulo, monumento fundamental da história da arquitetura brasileira, hoje felizmente preservado pelo Condephaat apesar — ali também! — das várias vozes que então se levantaram contra o seu tombamento, foi, em Roma, assistente de Piacentini, com quem realizou, em colaboração, o Cinema Savoia, em Florença. Nos anos 20, o escritório de Piacentini devia ser bastante aberto a aspectos da modernidade, atento, particularmente, à Secessão Vienense, a Wagner, a Hoffman, e também provavelmente a Loos. Warchavchik iria desenvolver no Brasil, mais definitiva e radicalmente do que a Itália de então lhe permitia, um caminho francamente moderno. Mas sua formação italiana — que me parece estar ainda por ser estudada em detalhe — foi necessariamente importante. Ora, nós possuímos obra do mestre italiano desse grande aluno, que se tornou um dos arquitetos mais importantes de nossa história. Poderíamos nos dar ao luxo de destruir esta casa, que faz parte não apenas das questões ligadas à modernidade italiana, mas que é a obra do mestre de nosso arquiteto modernista maior?

Algumas almas generosas poderiam dizer, no entanto, diante destes raciocínios:

tudo isto são sutilezas e fascismo é fascismo, que admite só ser combatido. Em nome do horror ao fascismo, destrua-se portanto a casa Matarazzo.

Que se deva combater, com todas as forças, quaisquer tendências fascistas ou fascizantes, parece-me um dever absoluto. Aqui, porém, estamos diante da História. Seria naturalmente muito bom se ela fosse feita somente segundo aquilo que gostaríamos, e não contivesse nenhuma das coisas que abominamos: uma História do que desejaríamos que fosse, e não do que foi. Mas a História não é assim, infelizmente. E se quisermos ter a inteligência dos problemas daquilo que, no passado, engendrou o presente, não podemos trabalhar com anátemas e exclusões. Simplesmente porque é impossível estudar o objeto que afastamos e destruimos.

E de que a casa Matarazzo possui indiscutível interesse histórico, não há dúvida nenhuma. Pois o conde Matarazzo, símbolo por excelência do industrial brasileiro, exemplo arquetípico do milionário imigrante que habita ainda fortemente nosso imaginário coletivo, decide fazer vir do seu país de origem, país das artes e da arquitetura, dois projetos de uma mesma autoria, a mais ilustre possível no momento, aquela que possui uma chancela oficial indiscutível: Marcello Piacentini. Faz construir assim um prédio de negócios na praça do Patriarca (o atual Banespa), que completa admiravelmente a paisagem do vale do Anhangabaú e do Viaduto do Chá. E realiza sua casa, espécie de *villa* romana do *cinquecento*, com volumes simplificados, no lugar mais miticamente prestigioso da cidade: a avenida Paulista. Como função simbólica, como testemunho da morada do nosso arquiindustrial milionário, como exemplo de um comportamento cultural engendrado por uma industrialização feita por imigrantes (transportar o que a pátria italiana, mãe das artes, podia produzir de mais excelso para o novo país de adoção e fazer com que a riqueza brasileira se transformasse,

aqui mesmo, em cultura italiana), a casa Matarazzo não pode ser destruída. Fosse o que ela fosse, tivesse o aspecto que tivesse.

E valeria mesmo levantar a questão nacionalista? O que vem fazer esta casa italiana, na nossa cultura? Mas quem somos "nós"? Os descendentes das três raças tristes que cantava Olavo Bilac? E os "outros" seriam todos esses imigrantes que vieram comprometer a nossa "pureza" de origem? É claro que tudo isto é absurdo, e a velha ideologia nacionalista — que possui ainda alguns seguidores entre nós — não tem o menor sentido. O fenômeno Marcello Piacentini na avenida Paulista a serviço do industrial Matarazzo concerne a nós, à nossa cultura, àquilo que somos. É um corolário cultural — da maior importância — do processo de industrialização pelo qual passou o País entre as duas guerras.

Enfim, resta o objeto, a própria casa. Disse que, fosse o que fosse, ela deveria ser conservada. Felizmente, ela é o que é, uma arquitetura serena, perfeitamente implantada no jardim que a envolve, momento de respiração nessa avenida Paulista que se verticalizou tão densamente e que nos dá esse aspecto de uma coleção de arranha-céus um ao lado do outro, como monstruosos bibelôs numa imensa prateleira.

Do ponto de vista de sua solidez, a casa provou largamente suas qualidades, resistindo impavidamente às bombas ali colocadas. Do ponto de vista formal, Piacentini romperia com a tradição decorativa da arquitetura historicista, que aliás, nas décadas anteriores, povoara a Paulista com casarões ornados e fantasiosos. A "modernidade" piacentiniana fazia com que a casa Matarazzo se singularizasse diante dos outros edifícios da Paulista pela sua descrição e quietude, obtida através do belo agenciamento dos volumes e da generosa muralidade. Esta concepção corresponde bem à formulação de um ideal traçado por seu autor: "mais do que uma fachada carre-

gada de motivos tão insípidos quanto fantásticos, (vale) uma superfície tranqüila onde um portão ou uma varanda fossem executados em pedra verdadeira, e com linhas compostas e lógicas”³.

Foi através de razões refletidas, claramente indicadoras do interesse histórico e monumental da casa Matarazzo, que o Condephaat decidiu se pronunciar favoravelmente a um processo para o estudo de seu tombamento. A iniciativa, aliás, veio do professor Carlos Lemos — infelizmente ausente do novo Conselho — cuja inteligência e atuação no que concerne ao patrimônio histórico, mais do que notórias, fazem dele uma das grandes autoridades que possuímos nesse domínio. Acrescente-se que imediatamente em seguida à explosão das bombas, chegou ao Condephaat um pedido de proteção à casa, com milhares de assinaturas, quase numa reação instintiva da comunidade diante do vandalismo que se cometia.

Muitos argumentos surgiram através dos jornais, condenando a casa Matarazzo. Eles se desdobraram num leque que vai da ingenuidade bem intencionada ao interesse financeiro mais imediato. Eles quase chegaram a louvar as explosões criminosas (e isto não é metáfora: são atos que clara e gravemente infringiram as leis). Eles fizeram apelos emocionais os mais duvidosos. Como o Condephaat não é nem ingênuo, nem interessado, nem leviano, nem inconstante, ele decidiu pelo estudo de um tombamento que, assim o espero, venha a se realizar.

PARECER SOBRE O TOMBAMENTO DA CASA MATARAZZO

A partir do exame do processo de tombamento da casa Matarazzo, av. Paulista, 1280, e, particularmente, da leitura da *Resenha e parecer histórico*, realizado pela historiadora do STCR, Sheila Schvarzman, levantamos as seguintes ponderações:

1) Primeira solicitação e primeiro parecer

O processo tem quatorze anos. Nesse longo período acumularam-se três pedidos de tombamento.

A primeira solicitação para tombamento foi feita pela Sociedade Amigos da Lapa de Baixo, em 1975, no momento das comemorações do “Centenário de Imigração Italiana para o Brasil”. Deste modo, membros da comunidade italiana reconhecem na casa um símbolo de identificação.

Na época do pedido, este aspecto não é levado em conta pelo relator do processo, professor Carlos Lemos, que analisa o edifício exclusivamente do ponto de vista monumental.

Hoje, é claro que a reivindicação de um setor importante da sociedade civil (a comunidade italiana, expressa através de uma associação) por algo que ela própria reconhece como símbolo — nos parece de um peso considerável. Devemos retê-lo portanto como um argumento para o tombamento do bem em questão.

O parecer negativo do professor Lemos parte do seguinte raciocínio: para que uma edificação nos interesse, é preciso que ela tenha vínculos formais com a arquitetura brasileira. Ou, para empregar um termo do professor Lemos, é preciso que ela se “aculture”. Ora, a casa Matarazzo é encomenda de um italiano a um arquiteto italiano, que não tenta incorporar nela aspecto algum de brasilidade — ou mesmo de “paulistaneidade”. Ela é o “outro” que não soube se integrar a “nós”.

Seria preciso, entretanto, rever esta perspectiva de uma forçosa separação entre “nós”, São Paulo e o Brasil, e os “outros”, os estrangeiros. A presença de europeus, particularmente italianos, entre nós, na arquitetura e na escultura monumental durante a primeira metade do século — trazendo consigo correntes formais de circu-

lação internacional — é um dado constitutivo evidente da cultura que então se desenvolve em nosso país.

Portanto, esta argumentação negativa envelheceu irremediavelmente. Além disso, como assinala Sheila Schvarzman, o parecer do professor Lemos não dá conta de vários aspectos fundamentais: "Este ponto de vista não vem acompanhado de qualquer levantamento iconográfico, arquitetônico ou histórico. A importância dos Matarazzo na constituição da indústria paulista e nacional é sequer aventada". Cabe aliás salientar que seu próprio autor, o professor Lemos, é hoje o responsável pela solicitação da reabertura do processo de estudo de tombamento.

2) Considerações sobre o papel da Casa Matarazzo na avenida Paulista

Em 1976, o Conselheiro Aziz Ab'Saber propõe uma outra análise, assinalando, diante da incontrolável verticalização da Paulista que então se processava, a importância da casa e de seu parque "para diversificar a organização global do espaço na área da nova Paulista". Ele lembra ainda que "nenhuma família foi tão persistente e fiel à velha e nobre avenida, como tem sido a família Matarazzo".

O conselheiro Aziz Ab'Saber introduz, desse modo, dois pontos da maior importância: um no que concerne à espacialidade da avenida Paulista, comprometida pela construção descontrolada de arranha-céus. Poderíamos completar este raciocínio assinalando que a mansão Matarazzo, pela sua horizontalidade, serve como um momento fundamental de respiração urbana. Nesse sentido, lembremos, dentre os exemplares mais interessantes e ilustres da arquitetura recente da avenida Paulista, que dois justamente desenvolvem uma horizontalidade capaz de romper com a densíssima vertica-



Marcos Tomhão

lização. Trata-se do Conjunto Nacional, que recuou sua lâmina vertical para os fundos do quarteirão, e o MASP (Museu de Arte de São Paulo), que deu um caráter aéreo à sua longa caixa retangular suspensa. A casa Matarazzo, com seu belo agenciamento de volumes, com sua muralidade generosa, bem acomodada em meio a seu jardim, mantém esse tema da arquitetura horizontal, tão necessária ao tecido urbano que a envolve. Assinalemos de passagem que, se a questão da "qualidade estética" de um bem nos parece um critério variável, incerto e pouco seguro para a sua preservação, é necessário convir que a casa, pela sua discrição e quietude, obtidas pela horizontalidade calma de seu volume, pelo despojamento das superfícies, onde sobressaem o portal e a sacada, feitos em bela pedra, é um momento de repouso em meio à desordem vertical da avenida Paulista. Ela corresponde perfeitamente à formulação de um ideal traçado por seu autor no manifesto *Architettura d'oggi*, de 1930: "mais do que uma fachada carregada de motivos tão insípidos quanto fantásticos,

(vale) uma superfície tranqüila onde um portão ou uma varanda fossem executados em pedra verdadeira, e com linhas compostas e lógicas”.

Mas o parecer do professor Aziz Ab'Saber não se refere apenas a questões físicas. Ele põe em relevo aspectos históricos, aspectos de memória cultural. A Casa Matarazzo se configura então como um testemunho, e um testemunho privilegiado. Ela foi a moradia de uma família, cujo destaque — real e simbólico — no processo de industrialização brasileiro, é absolutamente ímpar. Além disso, trata-se de uma família que se manteve, mais do que qualquer outra, fiel à sua residência na Paulista. Estamos, portanto, diante de um marco, de um traço importantíssimo deixado por um longo passado que, como nenhum, se confundiu com a história daquela avenida.

3) O segundo e o terceiro pedidos de tombamento: a evolução dos critérios

Ao primeiro pedido de tombamento de 1975, acrescentou-se outro, em 1982, proposto pelo então Secretário da Cultura, João Carlos Martins, envolvendo mais 31 imóveis situados na avenida Paulista. A casa Matarazzo passou, portanto, a fazer parte de um bloco de 32 imóveis que se pretendia preservar.

Os relatores, conselheiros Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello e Antonio Luiz Dias de Andrade, retiveram do grupo de 32 imóveis apenas 3. O argumento para a “liberação” dos outros 29 era de que a avenida fora um projeto urbano de concepção específica e global — e somente nesse projeto como um todo residiria o interesse das edificações. Como a avenida já se encontrava então alterada no seu espaço e já bastante verticalizada, os relatores não viam por que conservar os edifícios remanescentes: “O conjunto, sem exceção, dessas obras é que importava preservar como testamento maior dos momentos

tão importantes para a cidade de São Paulo” (f. 16).

Desse modo, foi a perda da integridade do conjunto o critério norteador para que o Condephaat, em 1982, aprovasse tal parecer. Apesar de reiteradas insistências do então Secretário da Cultura, que invocava o “reclamo de toda a sociedade”, 29 casas, do grupo de 32, são liberadas.

O critério da homogeneidade que resistiu ao tempo num conjunto de monumentos naturalmente deve ser considerado para a proteção desse mesmo conjunto. A *Place des Vosges*, em Paris, o *Regent's Park*, em Londres, Ouro Preto, entre nós, são exemplos de “conjuntos” monumentais que guardaram intacta sua preciosa implantação de origem. Entretanto, esta noção não pode ser um critério exclusivo, pois ela repousa sobre uma inter-relação estrutural que esquece a História. Muitos dos modernos centros urbanos são tecidos por uma coexistência de “tempos” diferentes, contendo a presença de traços significativos do passado nas modificações do presente. Estes últimos são resíduos muito preciosos de uma sucessão temporal e que devem ser mantidos, protegidos, preservados. A idéia do conjunto é muito satisfatória para o espírito que busca harmonia e coerência — e como vimos, ela já pôde ser suficiente para o julgamento de imóveis tão importantes quanto os da Paulista. Mas é ingênua se considerada à luz da História — que, infelizmente, não é nem harmônica, nem coerente.

A reflexão que atualmente podemos ter sobre o passado da arquitetura e do urbanismo parte de critérios que levam fundamentalmente em conta a dinâmica temporal. Assim, retomando a questão da casa Matarazzo, nós estamos também fazendo a história da evolução dos nossos critérios de preservação. Se, em 1982, essa idéia de um conjunto intacto podia ser uma razão decisiva para o Condephaat, hoje, feliz-

mente, ela é posta em questão. Diga-se de passagem, trata-se de um excelente sintoma da vitalidade intelectual do Condephaat, que não se mumificou em regras imóveis, mas soube evoluir para concepções cada vez mais complexas de suas normas.

É deste ponto de vista que a historiadora Sheila Schvarzman percebe a trajetória do processo da mansão Matarazzo, sublinhando que:

Hoje, a sua sobrevivência na avenida torna-se alvo de novas considerações onde a história, memória, contribuição social e qualidade de vida se unem e se completam (...). A sobrevivência desta casa e deste espaço já estão agregados à vida da cidade, à leitura do nosso espaço urbano, à memória e ao presente do cidadão que volta a se questionar sobre sua preservação.

É esta evolução que traz um terceiro pedido de tombamento proposto em 6 de junho de 1988, pelo deputado Fábio Feldmann. No final da gestão do último Conselho, o próprio professor Carlos Lemos solicita a reabertura do processo.

4) A mansão Matarazzo e seu arquiteto

A estes dados que foram levantados e estão presentes no processo, eu acrescentaria alguns elementos referentes ao valor da casa Matarazzo de um ponto de vista da história da arquitetura.

Seu autor, Marcello Piacentini, foi o arquiteto de maior prestígio e de maior poder na Itália de Mussolini. É preciso lembrar, entretanto, que, ao contrário do que se passava na Alemanha e na União Soviética, o fascismo permitiu e estimulou o desenvolvimento da modernidade nas artes e na arquitetura, o que instaurou um debate no qual Piacentini era uma das figuras centrais. De um lado, ele havia rompido com a velha arquitetura historicista — a mesma,

por sinal, que presidira o espírito presente nos casarões construídos até os anos 1930, na própria Paulista. É por isso que a casa Matarazzo, com seu despojamento, se singularizava diante das residências mais antigas e muito ornadas da avenida.

Por outro lado, Piacentini era visto pelos arquitetos da jovem geração italiana como alguém que não soubera aderir francamente à modernidade. Muitas polêmicas se desenvolveram então nos jornais e revistas especializados. Nos nossos dias, não é possível seguir qualquer uma das partes dessas polêmicas, mas é preciso constatar o papel central que Piacentini toma dentro delas. Ele surge como personagem de primeiro plano nesse debate então instaurado. Como hoje é o debate no seu todo que interessa, não podemos desconsiderar o arquiteto apenas através da posição de uma das partes, isto é, da modernidade. E se temos, em São Paulo, testemunhos da arquitetura desse personagem que ocupou um primeiro plano nas altas questões levantadas pela modernidade internacional, não podemos nos dar ao luxo de destruí-los.

Considere-se também que a história recente da arquitetura italiana soube, particularmente através de Luciano Patteta, descobrir, em Piacentini, uma complexidade que as posições polêmicas, muito esquemáticas, encobriam.

5) Piacentini e o Brasil

Além dessas questões internacionais, existem ainda as ligações entre Piacentini e a modernidade brasileira: Warchavchik estudou com ele e foi seu assistente na Itália, numa relação muito próxima e privilegiada.

Se o excelente livro de Anita Salmoni e Emma De Benedetti, intitulado *Arquitetura italiana em São Paulo*, é muitíssimo precioso, se existem ainda sobre a questão alguns outros estudos pontuais de ótima qualidade, necessário é convir que nos fal-

tam consideravelmente abordagens aprofundadas e específicas sobre a presença dos artistas italianos em nossa cidade. Artistas de grande importância, que às vezes intervinham circunstancialmente, às vezes se fixavam no Brasil, formando um meio numeroso e ativo, que mantinha sempre o diálogo com a produção artística da península. É nele que se insere Piacentini, como um acontecimento ao mesmo tempo coerente e de grande destaque.

Até pouco tempo, as reflexões nesse campo que existiam entre nós eram guiadas quase exclusivamente pelos critérios de nossa modernidade, que foi tão marcadamente nacionalista. Não víamos que Ximenes, Piacentini, Brizzolara, Emendabile, Zani, Rollo, entre tantos outros, traziam aqui, em monumentos ambiciosos, diferentes correntes formais da Itália de então. Nós os excluíamos de nosso olhar por não estarem incorporados a uma modernidade nacionalista. Eles eram confusamente considerados como "acadêmicos" e "não-brasileiros". Vislumbramos agora, entretanto, sua relevância e a necessidade de estudá-los.

6) A reação da comunidade

Resta assinalar que, logo após às tentativas de destruição da mansão Matarazzo por meio de bombas, a comunidade reagiu quase instintivamente. Foi assim que o Condephaat recebeu um abaixo-assinado que pôde recolher, imediatamente após o incidente, alguns milhares de assinaturas solicitando a este Conselho a proteção do imóvel.

Diante destas ponderações, estabelecemos os seguintes considerandos:

1 — considerando o caráter simbólico da casa Matarazzo para a comunidade italiana, manifestado desde a primeira solicitação de tombamento em 1974;

2 — considerando a importância da casa e de seu jardim diante do tecido urbano excessivamente denso da avenida Paulista;

3 — considerando a qualidade de sua arquitetura, pelo agenciamento dos volumes e pela calma muralidade que apresenta, num projeto de afirmada horizontalidade, que interrompe a excessiva verticalização da avenida Paulista;

4 — considerando seu excepcional caráter histórico, por ter sido a moradia da família que mais se identificou com o processo de industrialização do País, a ponto de adquirir um caráter arquetípico em nosso imaginário coletivo;

5 — considerando que a casa e seu jardim se encontram vinculados indissociavelmente à memória da cidade de São Paulo e da avenida Paulista, particularmente enquanto o local onde a família Matarazzo sempre viveu;

6 — considerando o papel de relevo de Marcelo Piacentini, seu arquiteto, na Itália contemporânea, sua incidência na cultura brasileira através da formação de Gregori Warchavchik e através do contexto tecido pelos numerosos artistas italianos em São Paulo;

7 — considerando o apelo feito através de uma lista de cerca de 5 mil assinaturas, o que revela a sensibilização da comunidade diante de um patrimônio que ela entende proteger;

8 — considerando que os critérios para a valorização de um imóvel como um bem a ser preservado evoluíram consideravelmente, e que todos aqueles levantados no passado contra o tombamento da casa Matarazzo hoje envelheceram;

somos favoráveis ao tombamento por este órgão da residência Matarazzo, situada à avenida Paulista, 1280, com as regulamentações propostas pelo conselheiro Cláudio Gomes.



NOTICIÁRIO

7º COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA "AS ORIGENS DA CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA" (Século XIX e início do século XX)

De 29 de setembro a 02 de outubro de 1991

- Coordenação:** Roberto de Andrade Martins
- Promoção:** Laboratório de História e Teoria da Ciência/UNICAMP
Departamento de Raios Cômicos e Cronologia/IFGW
- Apoio:** Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)
- Prazo para inscrição dos trabalhos:** 10 de junho de 1991
- Informações:** 7º Colóquio de História da Ciência
Caixa Postal 6059
13081 — Campinas — SP

6ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Organizada pela ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) e CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) — entidades que tradicionalmente têm se destacado no movimento de defesa da Escola Pública —, será realizada na Universidade de São Paulo, no período de 03 a 06 de setembro de 1991, a 6ª Conferência Brasileira de Educação.

Participarão desse evento nacional, educadores dos diferentes níveis de ensino e especialidades, provenientes de todas as partes do País, com o objetivo de debater as inúmeras questões relativas à problemática político-pedagógica da educação.

A 6ª CBE terá como tema central de reflexão "A Política Educacional de Educação".

Para maiores informações, consultar Secretaria Geral da 6ª CBE:

Faculdade de Educação da USP
Seção de Apoio Acadêmico — Sala 2 — Bloco A
Av. da Universidade, 308 — Butantã
CEP 05508 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 211-0011 ramal 2574

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Tem por objetivo formar e capacitar pesquisadores e docentes no campo da política científica e tecnológica, conscientes do momento atual e das transformações de médio e longo prazo que se delineiam a nível nacional, continental e mundial, com ênfase no aperfeiçoamento do pessoal científico vinculado às universidades e centros de pesquisa da América Latina.

O programa procura dotar seus egressos de um instrumental teórico e prático que os capacite para a reflexão crítica sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, as políticas subjacentes e suas implicações sócio econômicas.

Inscrições de candidatos até 15 de outubro de 1991

Informações: Departamento de Política Científica e Tecnológica - IG/UNICAMP
Caixa Postal 6152
Fone (0192) 39.1097
CEP 13081 - Campinas - SP

1º SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Será realizado de 4 a 6 de novembro deste ano, no Centro de Convenções da UNICAMP, o 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários, promovido pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos.

O evento tem como objetivos: promover a discussão sobre a política nacional de arquivos, especialmente no que diz respeito às universidades e, conseqüentemente, à Memória Científica, além de permitir a troca de experiências entre profissionais que atuam em arquivos universitários.

Estão previstas três Conferências Plenárias e seis Grupos de Trabalho — todos coordenados por especialistas convidados — além de Sessões de Comunicações que tratem de temas pertinentes, sujeitas a prévia aceitação pela Comissão de Publicações e Atas.

Informações: Comissão Organizadora do 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários
UNICAMP - ARQUIVO CENTRAL
Caixa Postal 6166 - Telefone (0192) 39.7741
CEP 13081 - Campinas - SP

NOVA ÁREA NO DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNICAMP

Foi criada uma nova área temática no Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP: *Desenvolvimento e pensamento social*. A nova área reúne um conjunto de professores cujas orientações teóricas, embora diversificadas, coincidem na escolha de uma perspectiva histórica segundo a qual as transformações sociais mais amplas e as classes sociais constituem fundamentos centrais para a análise nas Ciências Sociais.

A partir dessa perspectiva, a área *Desenvolvimento e Pensamento Social* visa contribuir para o conhecimento das questões relativas ao desenvolvimento social entendido

como um processo histórico complexo, ao qual estão vinculados o econômico, o político, o cultural, além do pensamento social, considerado como parte desse mesmo processo. A partir dessas noções de desenvolvimento e sociedade, a nova área seguirá a orientação interdisciplinar que caracteriza todo o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP.

As novas atividades do curso estarão voltadas principalmente para a realidade brasileira; entretanto, é também seu objetivo estimular projetos sobre a América Latina e trabalhos de reflexão e crítica teóricas. De um ponto de vista histórico, mas não necessariamente em análises globais, os projetos de pesquisa e de tese, de professores e alunos, estabelecerão objetivos específicos que poderão privilegiar tanto a teoria quanto estudos empíricos, tanto o Estado e as classes dominantes, quanto movimentos populares e as classes dominadas.

Tendo em vista os trabalhos desenvolvidos pelos professores já integrados nessa área, podem ser destacadas as seguintes linhas de pesquisa: tendências teóricas em Ciências Sociais; história, crítica da Economia Política e teoria social; principais pensadores e correntes do pensamento social; industrialização e formação da burguesia; movimentos sociais; teorias desenvolvimentistas, hegemonia burguesa e classes populares no processo de desenvolvimento.

A área *Desenvolvimento e Pensamento Social* conta, inicialmente, com a participação dos seguintes professores: Élide Rugai Bastos, André Villalobos, Antônio Carlos de Oliveira, Jorge Miglioli, Octavio Ianni, Reginaldo Moraes e Sergio Silva.

A primeira seleção de candidatos será realizada, juntamente com as demais áreas temáticas do Doutorado em Ciências Sociais, no próximo mês de outubro. Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, em Barão Geraldo, Campinas.

Em seu último número (2), *Resgate* apresentou duas falhas, ocorridas na seção Debate, cuja responsabilidade é debitada conjuntamente à Editora e à Comissão de Redação, que solicitam excusas aos leitores.

Na apresentação da seção, repetiu-se o texto que saiu no primeiro número, ao passo que o título da segunda colaboração foi indevidamente colocado.
